

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

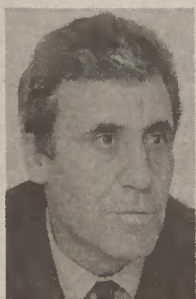
Semanário • ISSN 0870-1865 • 1 de Agosto de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1183 • Director: Carlos Brito

Sessão legislativa de frustração e desencanto

O Governo do eng. Guterres e o Grupo Parlamentar do PS parecem ter optado pelo tacticismo procurando convergências pontuais ora à direita, ora à esquerda, ora de novo à direita e mais uma vez à direita.

■ **Octávio Teixeira** Pág. 15

A privatização do futuro



Não são os trabalhadores nem os cidadãos que beneficiarão das privatizações, mas tão só o grande capital nacional e estrangeiro.

■ **Jerónimo de Sousa** Pág. 14

INTERNACIONAL

TURQUIA Solidariedade urgente

A dramática luta dos presos políticos turcos não foi em vão. O governo turco foi forçado a recuar.

Págs. 3 e 11

Suplemento especial neste número



Vitórias inexistentes

Págs. 5 e 24

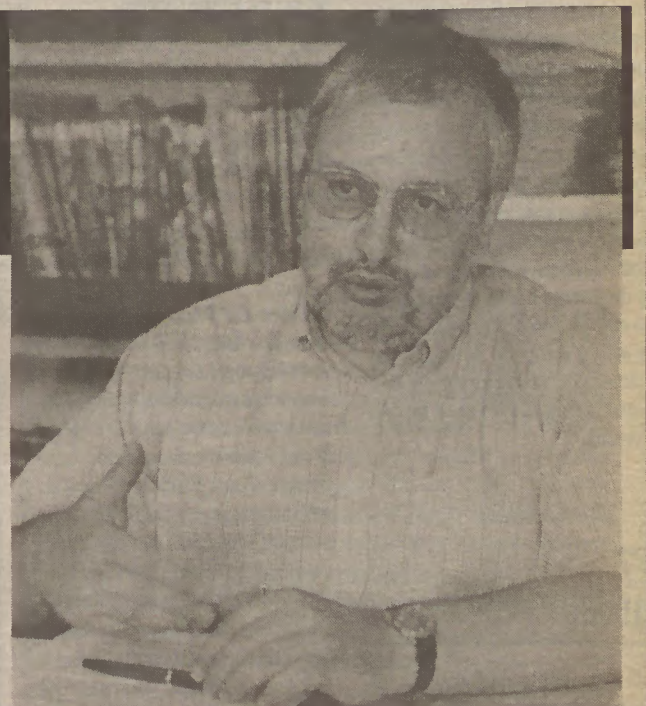
QUOTA DO TOMATE NÃO AUMENTOU

Legalização de imigrantes

Centrais

O drama continua

Entrevista com Henrique de Sousa





Conferência de Imprensa do PCP sobre Política Agrícola Comum

RESUMO

24 Quarta-feira

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, em visita à ilha das Flores, considera que os Governos Regional e da República há muito deviam ter promovido a divulgação da carne açoriana ■ O ministro da Agricultura, Gomes da Silva, anuncia a proibição do arranque da vinha nos próximos dois anos e a autorização do Conselho de Ministros da UE para novas plantações numa área de 719 hectares. A quota de produção do tomate aumenta 4,3 por cento ■ A União Europeia ameaça abandonar a cidade de Mostar, que administra desde 1994, caso a comunidade croata continue a não aceitar os resultados das eleições de 30 de Junho.

25 Quinta-feira

Os 15 países da União Europeia acordam a redução do Orçamento de 1997 ■ O Conselho de Ministros aprova o Plano de Acção para recuperação de empresas em situação financeira difícil que implica a assunção por parte do Estado de 50 milhões de contos de dívidas ■ Começam a ser afixados os resultados dos exames da segunda chamada ■ As greves de fome que duram há 67 dias nas prisões da Turquia fazem mais três vítimas, depois das mortes verificadas no domingo, na terça-feira e ontem ■ Na sequência de um golpe de Estado no Burundi, o presidente constitucional Sylvestre Ntibunganya é substituído por Pierre Buyoya.

26 Sexta-feira

O PCP promove uma conferência de imprensa sobre política de emigração ■ Almeida Santos ocupa interinamente a presidência da República, substituindo Jorge Sampaio, por motivo de uma intervenção cirúrgica ■ Governo e Junta Metropolitana do Porto assinam um protocolo, no valor de 116 milhões de contos para saneamento básico ■ Um consórcio constituído pela Sonae é o único concorrente pré-qualificado para comprar os créditos do Estado sobre a Torralta ■ Um cidadão libanês desarmado desvia para o aeroporto de Miami um avião da companhia espanhola Iberia que fazia a ligação entre Madrid e Havana.

27 Sábado

O Presidente da República é sujeito a uma operação bem sucedida ao coração ■ A Associação Cabo-Verdiana do Norte de Portugal (ACNP) inaugura na Av. dos

Aliados, no Porto, um gabinete de apoio à legalização de imigrantes clandestinos ■ A morte de mais três grevistas da fome faz subir para onze o número de presos políticos mortos nas prisões turcas em consequências desta forma de luta ■ Elementos da oposição indonésia incendiam vários edifícios em Jacarta, entre eles a sede do banco estatal Exim.

28 Domingo

PP, como único partido concorrente, ganha as eleições antecipadas para a freguesia de Antas, concelho de Penalva do Castelo ■ Associação dos Agricultores do Porto (APA) contabiliza dez mil cabeças de gado sem escoamento; só nos seis concelhos do vale do Sousa ■ Acabou em Gmunden, Áustria, o I Sínodo Europeu de Mulheres ■ O Presidente Clinton lança apelo à comunidade internacional para que decreta «fortes sanções» contra os países que apoiem ou pratiquem actos terroristas, mencionando especificamente o Iraque, Irão, Líbia e Sudão.

29 Segunda-feira

Governo apresenta plano para recuperação de 250 a 300 milhões dos mais de mil milhões de contos de dívidas ao fisco e segurança social ■ Portugal e Espanha articulam posições para defesa dos produtos mediterrânicos no seio da União Europeia ■ Comissão Europeia afirma que as vendas livres de impostos vão ser abolidas dentro da União até 30 de Junho de 1999 ■ China junta-se às potências nucleares que vão observar uma moratória dos ensaios nucleares a partir de hoje ■ O Chefe de Estado egípcio, Mubarak, inicia visita aos EUA para discutir com o Presidente Clinton forma de preservar o processo de paz no Médio Oriente.

30 Terça-feira

Ministra da Qualificação e Emprego, Maria João Rodrigues, anuncia, em Portalegre, que o Governo vai investir 2,5 milhões de contos na criação de mil postos de trabalho ainda este ano ■ Governo entrega em Almada 24 fogos aos desalojados do ex-Asilo 28 de Maio ■ O Comissário Europeu da Agricultura, Franz Fischler, formaliza em Bruxelas proposta de financiar parte da assistência aos produtores de carne bovina, afectados pela BSE, com reduções nos subsídios aos cereais ■ Comandante militar de Jacarta ordena aos seus soldados que disparem contra quem quer que seja que perturbe a ordem pública ■ Ministros do G-7 e da Rússia adoptam em Paris 25 medidas para reforçar a luta antiterrorista.

EDITORIAL

Trabalho e conversa

Sem surpresa, um jornalista constatava recentemente que, tendo os comunistas dominado "com inegável mestria uma situação que à partida se afigurava difícil", "pouca gente terá dado por isso". Sem surpresa, até porque Diogo Pires Aurélio, escrevendo o seu artigo de opinião no *Diário de Notícias*, tem ali sido um profissional destacado e não lhe passou certamente despercebida a discrição com que a generalidade dos órgãos de comunicação social, o próprio *DN* inclusive, têm tratado as atitudes, as iniciativas e as propostas do Partido Comunista Português. Tal actividade tem-se verificado "longe dos holofotes das televisões e das primeiras páginas dos jornais, que estão acorrentadas pela própria lógica ao mais superficial e passageiro dos acontecimentos (...)".

Com efeito, que sabe a chamada "opinião pública" - aquela que costuma servir para as sondagens - da actividade e das propostas dos comunistas?

Não serão certamente as boas intenções de articulistas de Verão, que publicam as suas crónicas à hora estival da distração e do ócio, que poderão colmatar a gravíssima lacuna de uma informação ampla e pluralista que não relegue para a sombra o papel e o trabalho do PCP - o não silêncio e esconda.

Desse trabalho, quase em forma de balanço, falam muito poucos. É quase necessária uma atenção aturada para dar conta do significativo e extraí-lo da prosa, ainda que esta venha embrulhada em alguma simpatia. O artigo de Narana Coissoró, no *Independente* da semana passada, por exemplo, não nega elogios à actividade do grupo parlamentar do PCP. Liberto de obediências em relação a um PP que lhe destruiu o antigo CDS onde foi figura destacada, zangado com a gestão monteirista, Coissoró sente-se à vontade para desancála, para apoucar a postura do PS, com uma liderança "sem sucesso" e escavacar o grupo parlamentar do partido chefiado por Marcelo Rebelo de Sousa.

Quanto ao PCP, tem "o melhor líder" desta sessão e "um grupo coeso". "Este pequeno e aguerrido grupo de deputados", assinala, "desde há muitos anos trabalha harmoniosamente para fazer oposição". Narana Coissoró não deixa aqui de rogar a Deus para que o PCP assim continue "por muitos e muitos anos". Na oposição...

O mais importante, porém, do que, sobre o PCP, aparece nas páginas a que nos referimos, não vem nas palavras de Narana, encontrando-se inscrito no quadro ilustrativo das iniciativas dos vários grupos que compõem a Assembleia da República. O grupo parlamentar comunista, na oposição hoje como na legislatura anterior, foi o mais prociquo em projectos de lei. Comparando a anterior com a actual legislatura, o PCP, que antes apresentou 88 projectos (contra 28 do PSD, 66 do PS e 4 do CDS), continua à frente - nesta sessão os comunistas avançaram com 80 projectos (o PSD 37, o PS 49 e o PP 20). Destaque ainda para o PEV, com 6 projectos na anterior legislatura e 7 na actual.

Mas este quadro não deve ser lido como se de uma classificação competitiva se tratasse, havendo que fazer a leitura política de tais números. De salientar que se, quando havia maioria absoluta do PSD, apenas um projecto comunista foi aprovado, nesta sessão 9 projectos do PCP conseguiram pas-

sar na AR. No balanço político da actividade global da Assembleia que Octávio Teixeira faz hoje nas páginas do *Avante!*, em artigo que intitulou "Sessão legislativa de frustração e desencanto", o líder parlamentar do PCP chama a atenção para o facto de que a AR "se alterou profundamente e para melhor", na sequência das legislativas de Outubro passado. "Hoje, toda e qualquer iniciativa legislativa ou política que tenha de passar pela AR tem de ser aí efectivamente debatida politicamente, sujeitando-se ao contraditório das posições políticas e das opções de voto de todos os grupos parlamentares".

No entanto, o dirigente comunista, embora assinala como positiva a recuperação pela AR dos seus "poderes constitucionais no âmbito legislativo e no da fiscalização da actividade do Governo", não deixa de apontar ao PS a sua postura taticista, "procurando convergências pontuais ora à direita, ora à esquerda, ora de novo à direita e mais uma vez à direita".

O pendor direitista do PS e do seu Governo, que privilegia o entendimento parlamentar com o PP, é ainda verberado por Octávio Teixeira que também aponta ao executivo de Guterres o ter como prioridade absoluta "a todo o custo e com todos os sacrifícios, injustiças e consequências económicas e sociais", o cumprimento das orientações de Maastricht.

A recente entrevista do Primeiro-Ministro à *Reuter*, concedida nos amenos jardins de S. Bento, não deixa dúvidas. Enquanto vai distribuindo pelo País promessas de milhões, Guterres, em inglês, promete à Europa um Orçamento do próximo ano com "duros" cortes nas despesas públicas.

De conversa - com ampla cobertura noticiosa - está o País cheio. Da conversa de Guterres em viagens e aparições; das sentenças de Monteiro; das diatribes de Marcelo que ainda há dias, na Madeira, mostrou lá ter ido não para dar apoio a Jardim mas para deste receber a bênção, fugindo mesmo a distanciar-se da violenta declaração separatista de Jaime Ramos, que anunciou a continuação da "guerra até à autonomia total"...

A conversa da oposição da direita não consegue esconder as convergências fundamentais com o PS. E a conversa do PS não logra esconder a sua política de direita. É assim que o trabalho dos comunistas, preocupados com a resolução dos problemas dos trabalhadores, do povo e do País, depara não poucas vezes com a atitude negativa dos socialistas que recusam projectos do PCP, desmentindo promessas próprias. Foi o caso dos projectos de redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, da reforma das mulheres e, até, do rendimento mínimo garantido, que o PS recusou para avançar com o seu, menos consentâneo com as necessidades populares.

Mesmo assim, alguns importantes projectos comunistas conseguiram passar a malha apertada das convergências - nomeadamente o que revê o regime jurídico dos acidentes de trabalho; o da regularização extraordinária dos imigrantes; o que institui uma Lei de Bases do desenvolvimento florestal; o que cria uma rede de serviço público para tratamento e recuperação de toxicodependentes; o que garante às mulheres o direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego.

Deste trabalho, porém - como de outras iniciativas do Partido que dizem respeito aos problemas e aspirações dos portugueses e que alargam as fortes ligações do PCP aos trabalhadores e às suas lutas -, não reza a comunicação.

Enquanto vai distribuindo pelo País promessas de milhões, Guterres, em inglês, promete à Europa um Orçamento do próximo ano com "duros" cortes nas despesas públicas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cape Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Imprensa
Bênica Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL

(Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

EUROPA

50 números: 24 750\$00

ESPAÑHA

50 números: 13 300\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

O «acordo secreto»

À medida que o tempo passa, mais se presente que o Governo do PS se arrisca a uma queimadura de primeiro grau com o caso do «acordo secreto» celebrado em Abril de 1992 entre o Governo do PSD e António Champalimaud.

Como se recordará, o «acordo» teria consagrado que, em troca da sua desistência de várias acções contra o Estado, António Champalimaud receberia como principais contrapartidas uma conta em seu nome no Banco Pinto & Sottomayor creditada em dez milhões de contos e o pagamento pela CIMPOR de 6,5 milhões de contos ao BPSM, por assunção de dívidas de empresas de Champalimaud que vieram a ser integradas naquela empresa cimenteira.

Como também é sabido, estas contrapartidas foram concretizadas por aquelas duas empresas de maioria de capitais públicos, portanto dependentes de tutela governamental, precisamente no dia a seguir a Champalimaud ter comprado a Mundial Confiança por 17 de milhões de contos (repare-se na proximidade dos montantes envolvidos nestas duas operações...), plataforma de que se serviu para com-

prar depois o BPSM, o qual por sua vez veio depois a constituir a plataforma que lhe permitiu comprar o Totta, naquilo que muito boa gente considera ser a prova de que o «génio» de Champalimaud está em conseguir ficar dono de uma data de empresas financeiras sem gastar um tostão que seja verdadeiramente seu.

Uma vez denunciada a existência deste escandaloso acordo, o novo ministro Sousa Franco declarou publicamente que no Ministério das Finanças não se encontrava o texto do acordo e determinou há dois meses que a Inspeção Geral de Finanças se ocupasse deste «desaparecimento».

O que é espantoso, ou talvez não, é que, independentemente de inquéritos e averiguações oficiais, nem Elias da Costa nem Braga de Macedo, respectivamente secretário de Estado e ministro das Finanças à época do «acordo», não sintam na actualidade o impulso de um testemunho público responsável e responsabilizante sobre a sua versão dos factos. De igual modo, é muito estranho que o anterior ministro Eduardo Catroga não sinta o impulso de esclarecer publicamente se, no seu tempo, esse texto estava ou não no Ministério.

Com tanta gente a ficar calada, é natural que, no mínimo, cresça a suspeita de que estão à espera das conclusões da Inspeção Geral de Finanças para, em face delas, escolherem a versão que lhes convirá debitar.

E enganam-se os que pensarem que arrastados inquéritos conseguirão fazer esquecer este assunto. Enganam-se também os que falam e agem como se o que estivesse em causa fosse o mero desaparecimento de um papel e como se o remate deste assunto pudesse vir a ser um nebuloso processo-crime contra «incertos».

É que esta é uma relevante questão política atinente a um caso gritante de utilização dos recursos do Estado para a reconstituição do império de Champalimaud. E para um seu primeiro esclarecimento, bastaria o Primeiro-Ministro, António Guterres, convencer o socialista Sousa Gomes, que era e é presidente da CIMPOR, a explicar em que condições e com que articulações ou instruções é que aquela empresa desembolsou os tais 6,5 milhões de contos, já agora divulgando a acta da reunião em que tal foi decidido.

■ Vitor Dias

Terrorismo

«O que a maioria dos americanos parece querer é que lhe seja dito que os responsáveis foram terroristas e ver os EUA lançar uma operação de retaliação» — assim resume Tony Jenkins «Expresso de 27.7» o estado de espírito reinante nos EUA na sequência da explosão do avião da TWA que vitimou 230 pessoas.

Esta visão das coisas é extremamente perigosa. Percebe-se, naturalmente, a dor face a tamanha tragédia. Mas é preocupante que essa dor se traduza na necessidade doentia de encontrar e retaliar verdadeiros ou falsos culpados.

Não estão ainda detectadas as razões que provocaram a explosão do Boeing; no entanto, desde o dia da tragédia, foi espalhada a tese de «atentado terrorista», tese que, como é habito nestas situações, era complementada com a atribuição das responsabilidades a «árabes» ou a países árabes». Ou seja: ainda não se sabe se se trata ou não de um acto terrorista e já se sabe quem são os culpados...

A verdade é que, para já, Clinton e os seus amigos democratas e republicanos, estão a aproveitar para pressionarem o apoio da UE e do G 7 + a garrafa de Vodka ao projecto — que já tinham — de flagelar economicamente os Estados árabes que Clinton considera «apoiantes e promotores do terrorismo internacional». Ulteriormente decidirão qual o país ou os países a flagelar belicamente e quantas mortes valem os 230 malogrados passageiros do avião da TWA. Se isto não é terrorismo — tão condenável como qualquer outro — não sei o que chamar-lhe.

A confirmar-se a tese de atentado terrorista é óbvio que se trata de um

acto de cruel selvajaria e desumanidade que nada, rigorosamente nada, pode justificar. Todavia, concluir desde já que foi atentado e que foi perpetrado por «países árabes», constitui um caminho extremamente perigoso. E se se tiver em conta que a escolha do país ou dos países responsáveis pelo «acto terrorista» está a ser feita de acordo com as «prioridades estratégicas de Washington, no momento» — então é preciso dizer que a atitude do governo dos EUA constitui um autêntico acto de terrorismo. Coisa que, aliás, não surpreende visto que, como sabe quem quer saber, tal como os grupos terroristas, os governos dos EUA são capazes de tudo — inclusive de pôr em perigo ou sacrificar vidas de civis desde que isso seja necessário à sua «prioridade estratégica do momento».

Se o espaço o permitisse valeria a pena complementar o que acima fica escrito com um outra linha de raciocínio — a partir, precisamente do atentado bombista de Atlanta. Referindo-se aos bombistas — por enquanto desconhecidos — Clinton sentenciou assim: «Eles merecem a pena de morte. Eis-nos perante dois exemplos de prática terrorista: o dos criminosos que colocaram a bomba que matou 2 pessoas e feriu 110, e o de Clinton, aproveitando um acto terrorista para defender e justificar a continuação da pena de morte nos EUA. Aliás e bem vistas as coisas o governo dos EUA é o principal beneficiado com estas tragédias: por um lado vê reforçada a sua visão da pena de morte como necessária ao... «respeito pelos direitos humanos»; por outro lado vê reforçados e aumentados os pretextos para seleccionar e atacar os países árabes que constituam as suas «prioridades estratégicas do momento».

■ José Casanova

Hora marcada

Ficar doente é um azar que pode acontecer a qualquer um, mas se é verdade que os males do corpo não poupam ninguém, não é menos verdade que muitas são as circunstâncias susceptíveis de contribuir para saúdes precárias, e mais ainda as que condicionam o legítimo direito a todos devido no acesso aos cuidados de saúde. E nesta matéria não é propriamente de azar que se trata, mas tão só da velhíssima máxima de que «somos todos iguais, conquanto uns sejam mais iguais do que outros».

Que o digam as mulheres que têm o «azar» de estar internadas na Maternidade Magalhães Coutinho, com patologias graves a exigir pronta intervenção cirúrgica, agora enredadas nos meandros de um jogo do empurra em que parece ter sido esquecida a sua humana condição.

Em causa está, ao que parece, um qualquer desajustado entre as administrações dos hospitais da Estefânia e dos Capuchos, encarregadas de acordar entre si a cedência, pelo segundo, de um bloco operatório que garanta os «serviços» até agora efectuados na Magalhães Coutinho.

A desactivação da decrépita maternidade é, obviamente, uma necessidade inquestionável. Acontece, porém, que a transferência de «serviços» não pode, no caso vertente, ser feita de forma burocrática ou ao sabor de critérios económico-financeiros, pela simples razão de que adstritos a eles se encontram pessoas, mais a mais doentes, algumas inclusive em risco de vida.

Ora sucede que este «pormenor» parece ter sido descurado, a fazer fé na ordem emitida pelas

autoridades competentes, proibindo os médicos de continuar a operar na referida maternidade, sem estarem criadas alternativas e quando há casos urgentes a assistir.

Segundo notícias vindas a lume, as negociações entre o Hospital da Estefânia e o Hospital dos Capuchos complicaram-se, por obscuras razões, com este último apenas se propondo disponibilizar uma sala de operações, dois dias por semana, e só a partir das quatro horas da tarde.

Os médicos da Magalhães Coutinho, cerca de meia centena, com doentes para operar, viram-se forçados a largar o bisturi e a agarrar na caneta:

«Ao abrigo da Constituição Portuguesa, venho declarar-me não responsável pelas ordens emanadas pela ministra da Saúde,

da ARS de Lisboa e Vale do Tejo e da Administração do Hospital da Estefânia, que me impedem de praticar intervenção cirúrgica».

A carta, enviada à ministra da Saúde, Maria de Belém, responsabiliza-a pelas «graves consequências» que poderão advir desta insólita situação.

Desconhece-se, até à data, se a ministra, aparentemente mais preocupada com problemas de gestão e rentabilização financeira das unidades hospitalares, já despatchou o assunto. No interim, as doentes da Magalhães Coutinho que se cuidem: no estado em que está a saúde em Portugal, urgências só com hora marcada. Duas vezes por semana. Dez horas por dia. Depois das quatro.

A isto chama-se organização, evidentemente.

■ Anabela Fino

TURQUIA

Solidariedade urgente!

A dramática luta dos presos políticos turcos não foi em vão. Depois de se ter arrogantemente recusado a qualquer forma de diálogo o governo turco foi forçado a recuar. Ameaçou com o assalto militar e um banho de sangue nas cadeias mas teve de chegar a um compromisso que, atendendo parcialmente as justas reivindicações dos presos, permitiu o termo da greve da fome de quase 300 presos que durou 69 dias e fez pelo menos 12 vítimas.

O poder turco, prepotente e arrogante, não é imbatível. Teve de curvar-se perante a extraordinária coragem e determinação dos presos, o crescimento do movimento popular de solidariedade que das portas das cadeias atirou para as ruas de Istambul e outras cidades muitos milhares de pessoas, a condenação da opinião pública internacional. Entre os próprios aliados da Turquia fizeram-se ouvir vozes de inquietação a que o governo turco não podia ficar insensível.

Entretanto a solidariedade com os presos políticos e os democratas da Turquia não pode parar. O termo da greve de fome não significa que as gravíssimas violações dos direitos humanos nas cadeias turcas tenham terminado. O «Caixão», a sinistra cadeia de alta segurança de Eskisehir, não foi encerrado. E sobretudo importa não esquecer que a dramática situação vivida nas prisões turcas é expressão de um regime repressivo brutal.

O autêntico genocídio que está a ser praticado contra o povo curdo (já cerca de 40 000 mortos e 1500 aldeias bombardeadas e queimadas pelo exército) é a sua expressão mais grave. O poder turco continua a negar a existência da nacionalidade curda, a proibir o uso da língua curda, a perseguir quantos simplesmente se atrevam a discutir a questão curda. Mas a opressão e a violência atinge todo um povo que continua refém de um regime arbitrário que assimila ao «terrorismo» toda e qualquer verdadeira oposição. As lutas sociais dos trabalhadores e as manifestações populares são violentamente reprimidas, como aconteceu no 1º de Maio. Intelectuais, escritores, artistas, jornalistas são presos e torturados por simplesmente erguerem a sua voz em defesa dos direitos do povo curdo. Contam-se por muitas centenas os democratas assassinados e desaparecidos. Deputados eleitos são lançados nas prisões e sujeitos a longas condenações.

Simultaneamente a Turquia prossegue uma política externa agressiva no plano regional, não esconde reivindicações territoriais (nomeadamente em relação ao Iraque e à Grécia), continua a ocupar ilegalmente o norte de Chipre onde mantém uma força de 30 000 homens, estabeleceu com Israel uma aliança militar que constitui uma ameaça para a paz na região, está conluída com os EUA na Bósnia, onde ainda recentemente chegou ilegalmente armamento proveniente da Turquia.

É com este regime repressivo que o «Ocidente» entende manter as mais estreitas relações de carácter político, económico e militar. É preciso não esquecer que a Turquia é membro da NATO, da OCDE e do Conselho da Europa. E que ainda recentemente, em Dezembro de 1995 — apesar da firme oposição de 149 deputados do Parlamento Europeu em que se destacaram os do PCP e respectivo Grupo —, se tornou o primeiro país com o qual a União Europeia estabeleceu uma União Aduaneira. Para o conseguir foram invocados «progressos» no respeito pelos direitos humanos e agitado o «perigo islâmico» na Turquia. Agora que se revelou ainda mais o carácter repressivo do regime, e quando o primeiro-ministro é precisamente o chefe do Refah, o partido islâmico reaccionário que se tornou a força mais votada, que novos pretextos serão forjados para continuar a conciliar com a brutalidade do regime turco?

As ditaduras, de fachada «multipartidária» ou não, estão necessariamente condenadas pela luta dos povos. Assim aconteceu em Portugal. Assim acontecerá na Indonésia, de onde nos chegam também notícias de importantes lutas democráticas contra uma ditadura assente num dos mais sangrentos massacres que a história contemporânea regista (cerca de um milhão de comunistas e outras democratas foram assassinados no golpe militar de Suharto). Assim acontecerá na Turquia.

Os democratas e revolucionários hoje alvo de impiedosa perseguição, encarcerados nas prisões turcas com o velho labéu de «terroristas», serão os dirigentes de amanhã. O Governo do PS devia ter isto bem presente. O seu estranho silêncio perante a tragédia dos presos políticos na Turquia é indigno de Portugal de Abril!

■ Albano Nunes

SEMANA

Reeditar AD em Lisboa

Com as autárquicas no horizonte próximo, PSD e PP afinam estratégia conjunta para Lisboa. Reeditar a AD parece ser a solução desejada por Pacheco Pereira e Jorge Ferreira, publicamente manifestada no final de uma reunião destinada a abordar as formas de entendimento que corporizem uma alternativa à Coligação "Por Lisboa". Nesse sentido, certamente por consciência de que a tarefa de garantir uma alternativa credível não se adivinha fácil, resolveram começar a tra-

balhar quanto antes e em força, estabelecendo um calendário de contactos que inclui um novo encontro já agendado para o corrente mês com vista ao acerto de projectos, do programa comum e do possível candidato. Na linha de partida prefiguram-se já os nomes de Santa Lopes e de Ferreira do Amaral. Previsivelmente, outros virão a entrar na dança. Macário Correia, esse, talvez porque ninguém se tenha lembrado dele, veio já a terreiro afirmar a sua disponibilidade para assumir tal tarefa.



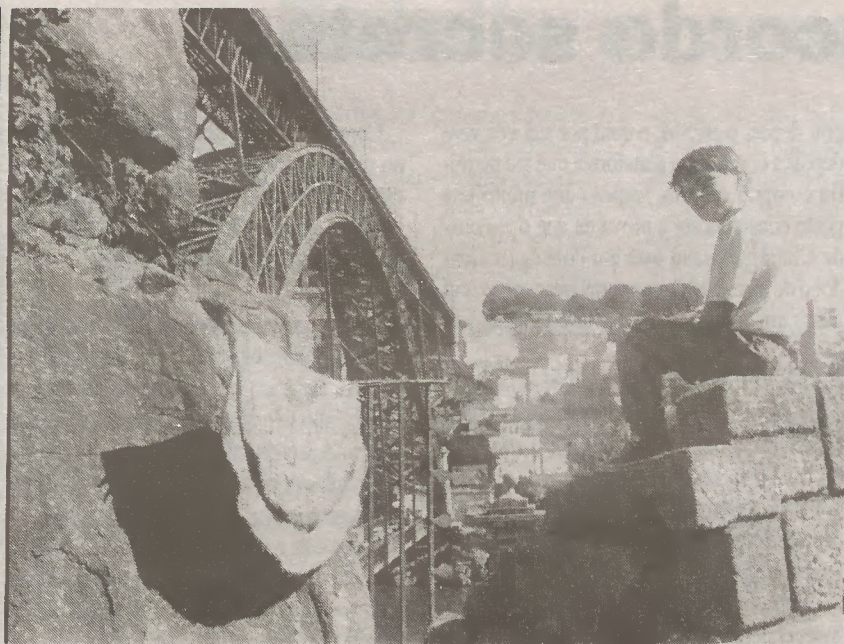
Marcelo homenageia Jardim

Marcelo Rebelo de Sousa foi à Madeira homenagear Alberto João Jardim, figura que apelidou de "grande homem, grande político e grande estadista". Acolhido com exuberantes manifestações na festa do PSD em Chão de Lagoa, talvez embalado pelo clima de cruzada dos correligionários que o antecederam no uso da palavra contra os "traidores" e "cubanos" que "nos querem colonizar", o profes-

sor achou oportuno defender não apenas a extinção do cargo de ministro da República, mas também o aumento de poderes da Assembleia Legislativa Regional, o reforço dos meios financeiros e fiscais e até "uma televisão pública para a Madeira".

"Queremos que o presidente do Governo da Madeira não seja um governador civil a mando de Lisboa", adiantou mesmo o líder do PSD, num tom

inflamado que não ficaria atrás ao de Jaime Ramos, secretário-geral do PSD/Madeira. Deste, a reter do discurso, para além do habitual destempero da linguagem, foi a advertência de que a "guerra" não terminou, "vai continuar" e "só terminará quando a autonomia for total". Pelo mesmo diapasão alinhou Alberto João Jardim para garantir que a "Madeira é dos madeirenses".



116 milhões para o Porto

Um contrato assinado entre o Governo e os municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP) vai garantir até 1999 uma transferência para a região de verbas que totalizam 116 milhões de contos. Entre os objectivos visados por este vultuoso financiamento contam-se a melhoria das redes de abastecimento de água e esgotos, bem como do tratamento dos lixos urbanos, sectores onde reconhecidamente existem os mais variados

problemas e deficiências que urge corrigir. Na cerimónia, presidida por António Guterres, vieram a lume a este propósito alguns dados estatísticos que conferem oportunidade ao investimento. Em todos eles, como foi sublinhado, é notório o diferencial que separa os valores regionais das médias nacionais. No caso das habitações com ligação à rede de esgotos, por exemplo, enquanto a média nacional se situa nos 49 por

cento, atingindo os 86 por cento na Área Metropolitana de Lisboa, na Área Metropolitana do Porto este indicador não ultrapassa os 45 por cento. Não menos significativo é o que se passa no capítulo do abastecimento de água. É que se em Lisboa a percentagem da população servida pela rede pública chega aos 92 por cento, na AMP não ultrapassa os 69 por cento. Esclarecedor é ainda o facto de apenas cinco por

cento das habitações de toda a AMP terem ligação a estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

Do que fica dito, resta uma questão: com este "pacote" de milhões, trata-se de "reparar uma injustiça histórica", como gostou de lhe chamar na ocasião o Primeiro-Ministro, ou de tentar apagar o mau trabalho de gestões municipais lideradas durante anos a fio por destacados militantes do PS e PSD?

Participação modesta

Uma participação modesta tem marcado no geral a participação dos atletas portugueses nas Olimpíadas de Atlanta. Sempre aquém, até ao momento, de expectativas (ilusoriamente?) alimentadas, têm sobrado os sinais de desalento face a resultados que traduzem o estágio de desenvolvimento do desporto nacional. Nem mesmo nas modalidades onde à partida eram depositadas esperanças maiores, como no atletismo, os resultados apareceram. "Desilusão", titulam os jornais. Será? Certamente que sim, para quase todos, mas sobretudo para quem não se dá conta da discrepância existente, por um lado, entre o esforço, a carolice e a suprema

vontade de atletas, técnicos e alguns dirigentes desportivos e, por outro, a falta de apoios, de estruturas e de incentivos que, esses sim, constituem a espinha dorsal da nossa política desportiva.

Inquirida por um matutino quanto às reais possibilidades da sua prestação na final do lançamento do disco, proeza conseguida pela recordista nacional Teresa Macha, a sua resposta é lapidar: "Vou para a final na desportiva, sem complexos, mas sei perfeitamente quanto valem as outras finalistas. Valem muito mais do que eu, pois certamente que não devem treinar num parque de estacionamento de automóveis como eu..."



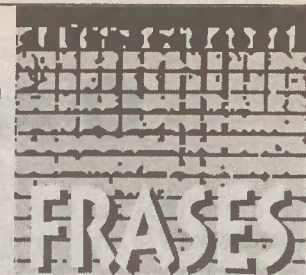
Bomba em Atlanta

Uma bomba explodiu no Parque Centenário onde decorria um concerto nocturno, em Atlanta, provocando dois mortos e uma centena de feridos. O terror a ensombrar os Jogos Olímpicos e a fazer aumentar um clima de tensão que, apesar das apertadas medidas de segurança, não foi possível eliminar, sobretudo a partir da trágica queda do

Boeing 747 da TWA, cujas causas continuam por determinar.

Reagindo ao fatídico acontecimento, o presidente Clinton apelou à união de esforços da comunidade internacional para o combate ao terrorismo, apressando-se a apontar o dedo acusador aos países que em sua opinião apoiam estes actos, citando concreta-

mente o Iraque, o Irão, a Líbia e o Sudão. Por si omitido, lamentavelmente, foi o facto de no interior dos EUA - como demonstram os factos e é sublinhado pelos mais variados observadores - abundarem as milícias e grupos paramilitares de extrema-direita e fascistas que nos últimos anos têm revelado a sua faceta terrorista.



"A solução é esta: transformar todos em desportos de praia!"

(Ferreira Fernandes - «Diário de Notícias»)

"Nem acredito nisto!"

(Miguel Maia, jogador de voleibol de praia, em Atlanta, citado em «Público», 27.07.96)

"A SIC transforma qualquer ninharia num espectáculo; a RTP transforma cada espectáculo numa ninharia."

(Mário Castrim - «Tal e Qual», 26.07.96)

"O Partido Popular nasceu para ser diferente do CDS, mas está a tornar-se cada vez mais parecido com o pai que pretendeu matar."

(Fernando Madrinha - «Expresso», 27.06.96)

"Se as picardias entre o Ministério das Finanças e outros ministérios acontecem quando a matéria não é escaldante, o que sucederá quando for necessário negociar verbas e cortar despesas (no próximo Orçamento de Estado)?"

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 27.07.96)

"Tenho sido muito rigoroso no apoio empenhado ao programa do Governo e do sr. primeiro-ministro."

(Sousa Franco, Ministro das Finanças - «Expresso-Revista», 27.07.96)

"Estando os cadernos eleitorais profundamente desactualizados, os mortos e os que mudaram de residência vão votar contra as regiões."

(Luís Sá, sobre o referendo vinculativo e o problema da «abstenção técnica» - «Expresso», 27.07.96)

"Com essas linhas de continuidade da política anterior do PSD, é evidente que o PS e o Governo constataram que não seria com o PCP que conseguiriam ter as convergências e os acordos pontuais."

(Octávio Teixeira - «Público», 27.07.96)

"As propostas e sugestões para uma "social-democratização" do PCP acompanhadas da agitação da cenoura no exercício do Poder não representam apenas o mortífero conselho para que o PCP adoptasse uma orientação e objectivos que, no máximo, fariam dele uma penosa espécie de ala esquerda do PS."

(Vitor Dias, "À Esquerda" - «Semanário», 27.07.96)

"Nada mais perigoso do que frustrar expectativas."

(Alberto Costa, Ministro da Administração Interna - «Expresso-Revista», 27.07.96)

"O balanço positivo de Guterres não exclui uma gestão política muitas vezes deficiente."

(José Carlos de Vasconcelos - «Visão», 25.07.96)

"O rigor é a alma da política."

(Sousa Franco, Ministro das Finanças - «Expresso-Revista», 27.07.96)

"Hoje em dia no futebol as coisas são cada vez mais transparentes."

(Manuel Damásio - «Semanário», 27.07.96)

"Se milhares de pais e mães enviam os seus filhos para escolas privadas, pagando as respectivas propinas, é porque as escolas privadas fornecem educação de melhor qualidade do que as escolas públicas."

(Pedro Arroja - «Diário de Notícias», 28.07.96)

"Procura-se branco sem sotaque"

(pista do FBI, segundo manchete do «Público», 29.07.96)



Em causa Mercado de Frutas e Legumes



Resultados «decepcionantes» para «magra» satisfação

Os resultados do último Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia e o facto de o Governo português ter aceite uma proposta global da reforma da OCM das Frutas e Legumes, «inaceitável» nas palavras do próprio Ministro da Agricultura, mereceram, na segunda-feira passada, uma tomada de posição pública do PCP. Em conferência de imprensa, Agostinho Lopes, da Comissão Política, acompanhado de Lino de Carvalho, deputado e membro do Comité Central, divulgou o parecer do PCP face a esta matéria.

Reforma da OCM das Frutas e Legumes

1. A propósito do último Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia o País foi alvo de uma operação de mistificação dos resultados obtidos pelo Governo português.

Tendo tido entretanto acesso não às informações que o Ministro da Agricultura divulgou mas às conclusões da sessão do Conselho (Documento 9145/96, Presse 211-G) estamos em condições de afirmar que a pretexto da quota do tomate o Governo pretendeu transformar resultados claramente decepcionantes para os interesses portugueses em alegadas vitórias inexistentes.

De facto e sem prejuízo de alguns resultados que minimizaram as propostas iniciais altamente gravosas da Comissão Europeia quanto à quota do tomate a verdade é que nem nesta matéria os resultados correspondem ao que o Ministro da Agricultura anunciou nem a importante reforma da Organização Comum dos Mercados das Frutas e Legumes, onde os resultados foram nefastos, se limita à questão do tomate.

Quanto a esta é positivo que a proposta inicial, sem fundamento, da Comissão Europeia, de redução de cerca de 20% na quota do tomate para concentrado não tenha obtido vencimento.

Contudo:

a) É uma muito magra satisfação manter a quota que temos actualmente (832 945 toneladas no concentrado) quando a Espanha viu aumentada a sua quota em 20,6% (mais 114 056 toneladas), e a Grécia em 3,4% (mais 32 412 toneladas).

b) Não houve aumento de 4,3% na quota. O que se lê, nas conclusões da reunião, no que se refere a Portugal, é «para o concentrado manutenção da sua quota ao nível actual». O que houve foi uma autorização de transferência, no primeiro ano da reforma, de 10 000 toneladas da quota do «tomate pelado» para a quota do concentrado.

Nas conclusões do Conselho lê-se ainda que «nenhuma modificação nos níveis iniciais das quotas será feita até ao terceiro ano, data em que serão feitos ajustamentos na base das produções dos dois primeiros anos».

Neste quadro o que ficou unicamente acordado não foi nenhum aumento futuro efectivo da quota mas simplesmente a previsão de possibilidade de «um aumento de 5% da quota portuguesa de tomate transformado» (que inclui o pelado, o concentrado e outros produtos à base de tomate).

c) E, em todo o caso, o que será francamente negativo para os produtores, é que a transferência, no primeiro ano das 10 000 toneladas da quota do tomate pelado para o tomate para concentrado e eventuais aumentos da quota no futuro terão sempre como contrapartida, para Portugal, a redução da ajuda à produção, o que aparentemente não se aplica à Espanha, à Itália e à Grécia que viram as suas quotas e ajudas efectivamente aumentadas.

Isto é, enquanto nestes Países, e particularmente na Espanha, os agricultores podem expandir a produção e receber a correspondente ajuda, os agricultores portugueses não só não podem alargar a produção como, no acaso eventual de o virem a fazer, verão reduzidas as ajudas.

2. Mas o aspecto porventura mais grave dos resultados do Conselho agrícola reside no facto de, ao contrário das afirmações de aparente firmeza anteriormente formuladas, o Governo português ter aceite, seguramente como moeda de troca, uma proposta global da reforma da OCM das Frutas e Legumes que o próprio Ministro da Agricultura tinha considerado inaceitável.

Trata-se:

a) De medidas de desincentivação da produção através da diminuição do preço de retirada que pode ir até aos 40% com uma primeira redução de 20% logo no primeiro ano de aplicação da reforma, em relação aos preços médios de 95/96 o que se traduz num agravamento da própria proposta inicial da Comissão.

b) Da obrigatoriedade das organizações de produtores serem obrigadas a suportar 40% do custo de gestão dos mercados com o seu próprio fundo de maneo a financiar por cotizações dos produtores, e da ausência de medidas de apoio ao rendimento.

É de sublinhar que esta política de co-financiamento e de inexistência de apoios ao rendimento não tem precedentes nas anteriores reformas dos cereais e de carne, altera critérios anteriormente fixados na reforma da PAC e contraria inequivocamente os compromissos assumidos no Con-

selho de Ministros da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros de Setembro de 1993 onde foi assumido pela União Europeia o compromisso de serem totalmente financiados os encargos com a gestão dos mercados das produções mediterrânicas.

É inaceitável e constitui um precedente grave para as futuras reformas do vinho e do azeite que o Governo português tenha aceite, assim, a quebra do princípio de solidariedade financeira e a aplicação de dois pesos e duas medidas nas políticas agrícolas da Comunidade: quando se tratou de reformas que interessavam aos grandes países e empresas agrícolas produtoras do Norte da Europa, a Comunidade financiou-as a 100% e atribuiu apoios ao rendimento.

Quando se trata de produções que interessam particularmente a países como Portugal e aos pequenos agricultores já parte do financiamento das políticas tem que ser pago pelo produtores e pelos respectivos Estados membros e não há apoios ao rendimento.

c) Não foi salvaguardado o princípio da preferência comunitária o que se traduzirá numa ainda maior invasão dos mercados europeu e nacional por frutas e legumes provenientes de países terceiros.

d) As alfices e as couves continuam excluídas da lista de produtos (Anexo II) que beneficiam de apoios comunitários de retirada no âmbito do regime de intervenções no mercado.

3. Estes resultados globais são altamente negativos conduzindo futuramente à desincentivação da produção horto-frutícola, à desincentivação da criação de organizações de produtores e à quebra do rendimento dos agricultores numa das áreas estratégicas e alternativas para a agricultura portuguesa. A posição de aceitação da reforma pelo Governo português contraria profundamente a recomendação da Assembleia da República, aprovada por unanimidade, e que se pronunciava pela necessidade «de serem claramente assegurados na futura política comunitária os princípios da preferência comunitária e de solidariedade financeira».

A reforma da OCM agora aprovada não respeita sequer as insuficientes propostas de emenda contidas no Relatório Árias Cañete votado no Parlamento Europeu a 14 de Março passado. (Talvez se justifique agora perguntar aos deputados europeus do PS/PSD/PP a justeza dos seus votos favoráveis dados na presunção de que a Comissão e o Conselho iam seguir as indicações do Parlamento Europeu...) Como também não respeita o Parecer emitido pelo Comité Económico e Social das Comunidades Europeias.

Como se verifica, e não dizemos isto com alegria, os resultados globais alcançados são negativos para os interesses da agricultura e dos agricultores portugueses e estão longe de corresponder às alegadas vitórias anunciadas pelo Ministro da Agricultura.

A importância estratégica dos frutos e legumes frescos para a agricultura e para os agricultores portugueses, onde representam 35% do PAB vegetal e 18% do PAB total, deveriam ter obrigado o Governo português a posições de maior firmeza na defesa e promoção do sector que não estão traduzidas nos resultados alcançados no último Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia e designadamente num período em que se perspectiva a diminuição dos apoios estruturais à agricultura nacional.

A importância estratégica dos frutos e legumes frescos para a agricultura e para os agricultores portugueses, onde representam 35% do PAB vegetal e 18% do PAB total, deveriam ter obrigado o Governo português a posições de maior firmeza na defesa e promoção do sector que não estão traduzidas nos resultados alcançados no último Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia e designadamente num período em que se perspectiva a diminuição dos apoios estruturais à agricultura nacional.

Outros resultados do Conselho e a agricultura portuguesa

Também de outras decisões do Conselho se vangloriou o Ministro da Agricultura. Só que também as restantes «vitórias» são bem magras e insignificantes para contrapartidas a decisões graves para a agricultura portuguesa.

Cantou «vitória» o Ministro com a decisão do País não ficar obrigado ao arranque da vinha durante 2 anos e com uns ridículos 719 hectares para novas plantações. Esqueceu-se de dizer que a distribuição dos 10 000 ha de novas plantações a nível da Comunidade premiou os países com altas produtividades e/ou responsáveis pelos excedentes comunitários e que esses países que continuam a encharcar o mercado nacional de vinho de má qualidade também foram desobrigados do arranque.

Cantou «vitória» o Ministro com o insuficiente acréscimo da quota de

beterraba de 10 000 toneladas e com a promessa (e para já só existe a promessa) de que a Comissão irá apresentar ao Conselho uma proposta que permita que as explorações agrícolas entre 1 e 2 ha continuem a ter direito a Indemnizações Compensatórias.

São «vitórias» que não podem ocultar a gravidade da já referida aprovação da OCM das Frutas e Legumes, e também a aprovação do Pacote de Preços para a campanha de 96/97 e que no fundamental propõe reduções reais dos preços institucionais dos produtos agrícolas. Pacote de Preços Agrícolas que vai significar a continuação da baixa de rendimentos dos agricultores portugueses, com mais dificuldade em enfrentar uma crescente liberalização dos mercados agrícolas, quer por via dos compromissos decorrentes dos Acordos do GATT/OMC quer por efeito dos sucessivos acordos da União Europeia com países terceiros - Marrocos, Turquia, Mercosul, África do Sul, etc.

As manifestações de produtores de batata da região de Coimbra na sexta-feira passada, os problemas que vivem os produtores de melão do Ribatejo e outras regiões, são o espelho de uma situação que não cessa de se agravar, com a produção agrícola nacional desvalorizada, sem escoamento, enquanto o País é invadido por produções de outros países.

Acrescente-se a situação dramática dos criadores de gado bovino

decorrente dos problemas criados pela BSE, e sem que o Governo tome o conjunto de medidas de emergência que a situação impõe. O País arrisca-se a liquidar completamente esta fileira da produção pecuária.

Talvez fosse ajustado que o Governo falasse menos das suas «vitórias» em Bruxelas e agisse mais para responder aos problemas da agricultura portuguesa.

Política Florestal Nacional

A aprovação, pela Assembleia da República, por unanimidade,

no último dia dos trabalhos parlamentares, da Lei de Bases da Política Florestal elaborada a partir de, entre outros, o Projecto de Lei de Bases de Desenvolvimento Florestal do PCP que tinha sido aprovado na generalidade, dota o País de uma boa e inovadora Lei Florestal.

Pela primeira vez é definida a obrigatoriedade de Planos Regionais de Ordenamento Florestal e de Planos de Gestão das Explorações que permitirão o tão necessário ordenamento florestal do País.

Acolhendo integralmente um capítulo que só constava do Projecto de Lei do PCP de medidas de carácter prioritário, a Lei de Bases da Política Florestal não se limitou a fixar princípios, objectivos e orientações gerais mas definiu um conjunto de treze medidas concretas de urgência de que destacamos as que se referem ao reforço e estruturação dos processos de prevenção, vigilância e apoio aos fogos florestais.

Contudo, não basta ter uma boa lei. É preciso ter um Governo que adopte as medidas e os investimentos necessários a uma boa e rápida execução da lei.

Ora, o que se está a passar em matéria de reestruturação dos Serviços Florestais, com falta de diálogo e numa linha de confronto com os profissionais do sector, não augura nada de bom.

Neste quadro não se compreende que sejam retirados aos serviços florestais a gestão dos espaços florestais públicos com a criação, tal como o Ministro da Agricultura anunciou na Assembleia da República, de «um esquema empresarial para gerir as matas públicas», sendo ainda mais grave e inaceitável que o Governo pense incluir neste «esquema empresarial» as áreas dos baldios.

O PCP recorda que, tal como a Constituição dispõe, a posse e gestão dos baldios pertencem inalienavelmente aos povos organizados em assembleias de compartes e são intoleráveis quaisquer tentativas de se caminhar para a sua alienação ou privatização como pode estar subjacente à solução empresarial anunciada.

O PCP exorta o Governo a, pelo contrário, reforçar os serviços florestais em meios humanos, técnicos e financeiros, que lhes permitam pôr em prática a Lei de Bases agora aprovada.

Este é que é o caminho certo e não soluções que esvaziam ainda mais as funções e competências do Ministério da Agricultura.

O mesmo, aliás, se passa no capítulo da prevenção e combate aos fogos florestais. Em vez de serem adoptadas medidas inovadoras e eficazes na prevenção e vigilância e reforçados os meios de combate aos incêndios, o Secretário de Estado Armando Vara optou por uma inaceitável e irresponsável estratégia de confronto e desvalorização da imagem e dos esforços dos corpos de bombeiros.



É magra satisfação manter a quota que temos actualmente, disse em conferência de imprensa Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP

PONTA DELGADA Esquerda europeia visita Açores

Terminou no passado dia 23 a visita que uma delegação de deputados do Parlamento Europeu do Grupo da Esquerda Unitária-Esquerda Verde Nórdica fez a Ponta Delgada a convite do PCP/Açores.

Do programa da visita constou uma reunião de trabalho, subordinada ao tema «A insularidade distante e o desenvolvimento dos Açores», tendo-se verificado ainda encontros com uma Associação de Desenvolvimento, uma Associação Agrícola, uma Câmara de Comércio e uma União Sindical. Para apresentação das conclusões da reunião sobre «A insularidade distante e o desenvolvimento dos Açores» foi feita uma conferência de imprensa, no sábado passado, no Hotel de Ponta Delgada.

A delegação, constituída pela deputada espanhola Angela Sierra, pela deputada finlandesa Mariatta Kankoen e pelos deputados portugueses Honório Novo e Sérgio Ribeiro, foi acompanhada durante toda a visita pelo coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota.

MONTEMOR-O-NOVO Das palavras aos actos

Apesar de se tratar de uma velha e justa aspiração de Montemor, as sucessivas propostas do PCP para inclusão no Orçamento de Estado de verbas para «os Minutos» têm sido sistematicamente rejeitadas pelos outros partidos, diz em comunicado a Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP, lembrando que o projecto da Barragem está pronto desde 1977, ou seja, há 19 anos.

Congratulando-se, assim, com o debate realizado na AR em 10 de Junho, em que «todos os partidos apoiaram, em palavras, a necessidade e a justiça da construção da Barragem dos Minutos», o PCP defendeu o início da sua construção em 1997 e, através do seu deputado Lino de Carvalho, lançou um desafio aos outros partidos: a apresentação de uma proposta, assinada por todos os deputados eleitos por Évora para que o Orçamento de 1997 inscreva verbas para a construção dos Minutos, caso esta Barragem volte a ser esquecida pelo Governo.

ALTO DO PINA Freguesia ou empresa?

Em comunicado à população, os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia do Alto do Pina acusam o Executivo da Junta de Freguesia de incapacidade na gestão dos meios disponíveis e de quebra no cumprimento das promessas feitas.

As propostas que os eleitos do PCP têm feito ao longo deste mandato com o objectivo de dar resposta às carências de vária ordem sentidas pela freguesia, muito concretamente nas zonas mais degradadas - que vão do acompanhamento da evolução da situação do Bairro Portugal Novo, à segurança dos cidadãos ou à regularização da caótica situação no trânsito -, têm merecido o total desprezo do Executivo. Isto, apesar de algumas delas terem tido o voto favorável de todas as forças partidárias com representação na Assembleia de Freguesia.

O objectivo do Executivo é o lucro como se a freguesia de uma empresa se tratasse, concluem os eleitos comunistas face às contas de gerência apresentadas e que anualmente revelam um aumento do saldo transitado na ordem de largos milhares de contos.

AVEIRO Regulamento sem justificação

A Comissão Concelhia de Aveiro, após debate sobre alguns problemas do concelho, tornou públicas as posições que sobre os mesmos possui, designadamente sobre a iniciativa levada a cabo pelos agricultores e Junta de Freguesia de Cacia, no sentido da recuperação de terrenos salinizados para a agricultura no Baixo Vouga.

Há muitos anos que o PCP defende a realização de obras para a defesa de terrenos agrícolas, a recuperação de terrenos salinizados e a regularização e aproveitamento das águas do Rio Vouga, garantem os comunistas, afirmando ainda que tais obras devem obedecer a estudos técnicos e ambientais sérios e em diálogo com as organizações directamente envolvidas.

No que se refere ao protesto que os comerciantes de S. Jacinto fizeram chegar ao PCP, contra um Regulamento camarário que obriga ao encerramento das esplanadas às 22 horas, os comunistas consideram que tal Regulamento não só não tem qualquer justificação, como prejudica seriamente os comerciantes, os cidadãos que ali residem ou que ali se deslocam em férias ou turismo e, naturalmente, o desenvolvimento turístico do concelho de Aveiro.

LISBOA Alianças perigosas

Para ajudar a realização de uma política contra os trabalhadores, com a menor oposição possível destes, a Tendência Socialista está «a fazer vários ensaios de alianças com o PSD e toda a direita» no sector bancário, acusam os comunistas, num comunicado aos trabalhadores bancários.

Depois de denunciar uma série de situações onde essa aliança se está a verificar, os bancários do PCP consideram que os socialistas deviam tirar as devidas lições da derrota do Governo PSD e das derrotas das listas em que se aliaram com o PSD, garantindo que «continuarão a desenvolver a sua acção de unidade e luta» em torno de problemas tão sentidos como as privatizações, o cumprimento do horário de 7 horas, a não remuneração do trabalho suplementar, ou da desregulamentação laboral.

PCP

Évora

Comunistas prestam contas

Para fazer o balanço da 1ª sessão legislativa no que se refere à actividade do deputado eleito pelo distrito, a Direcção da Organização Regional de Évora promoveu no passado dia 22 de Julho uma conferência de imprensa em que participaram Raimundo Cabral, responsável da DOREV e membro do Conselho Nacional do PCP, Lino de Carvalho, deputado, Eulália Miranda e António Foito membros do Secretariado e do Executivo da DOREV do PCP.

«Sem esgotar a multiplicidade» de iniciativas tomadas em relação ao distrito, os comunistas destacaram, entretanto, algumas, sendo o desbloqueamento do Alqueva uma delas. Apesar do caminho a percorrer até que o Alqueva seja uma realidade, a verdade é que foram as posições públicas dos deputados comunistas, a sua visita às obras do empreendimento, a convocação do Ministro João Cravinho à Assembleia da República, abrindo um debate em Plenário, que levaram a que o PS avançasse formalmente com o Empreendimento.

Também a Barragem dos Minutos mereceu a intervenção do deputado comunista por Évora, quer na discussão do Orçamento de Estado /1996, quer no debate em plenário da petição subscrita por mais de 4600 montemorenses, onde

Lino de Carvalho apresentou a todo os partidos uma proposta (aceite pelo PSD e PP) para inclusão de uma dotação no próximo OE/97 para a construção da Barragem. Iniciativa com que os comunistas avançarão, se a proposta original de Orçamento não vier a contemplar essa obra.

Foi por proposta do Grupo Parlamentar do PCP que a Assembleia da República aprovou a inclusão em PID-DAC de uma dotação de 50 000 contos para o município de Évora no quadro das comemorações do 10º aniversário da classificação do Centro Histórico de Évora como Património da Humanidade. E entregue foi ainda na mesa da AR, durante esta sessão legislativa, um projecto de lei visando a reestruturação administrativa da cidade de Évora, antiga aspiração e necessidade da população.

No âmbito da sua actividade, o deputado comunista

apresentou ainda um requerimento ao Governo no sentido de garantir por um lado a manutenção da unidade da Portucel Guadiana na zona onde se encontra actualmente (Réguengos de Monsaraz/Mourão) e, por outro, impedir o encerramento da fábrica Melka em Évora. E realizou duas intervenções referentes à diminuição do valor das portagens na estrada Lisboa-Montemor e às obras de conservação do troço da EN 254 entre Viana do Alentejo e Évora, esta última resultante de diligência feita junto de todos os deputados pelos órgãos autárquicos de Viana do Alentejo.

IV Congresso do PCP (II ilegal) comemorado na Lousã

Num ano singular de notáveis efemérides da nossa história contemporânea, a iniciativa da celebração no próprio local do cinquentenário da realização do IV Congresso do nosso Partido (II ilegal) pela Direcção da Organização Distrital de Coimbra do PCP

conjuntamente com a Comissão Concelhia da Lousã, onde teve lugar, assumiu um significado especial.

De facto, no ano em que se comemoram o 75º aniversário do PCP e o 65º da publicação do «Avante!» na clandestinidade; o 50º aniversário da criação do MUD e do MUD Juvenil - datas marcantes do movimento operário, popular e democrático português (e ainda de sombrios acontecimentos no país e no mundo: o 70º aniversário do advento do regime fascista em Portugal e o 60º do começo da Guerra Civil de Espanha que fortemente se repercutiu no nosso País), a do II Congresso ilegal representa o termo do período de consolidação da reorganização de 1940/41 do PCP e marca o começo do arranque para uma nova estratégia organizativa visando a defesa do aparelho clandestino face aos poderosos meios de ataque dos governos fascistas, de consolidação orgânica na via da constituição de um partido verdadeiramente nacional na sua expressão geográfica.

No plano político, no momento em que o Governo fascista manobrava para se evidenciar aos olhos dos seus amigos ocidentais após a der-

rota militar do nazi-fascismo como «democracia orgânica» mantendo intacta a sua natureza fascista e colonial, no momento em que sectores democráticos e da esquerda em Portugal perfilhavam a crença da deterioração e extinção do regime fascista pela sua desagregação automática, interna, o IV Congresso apresenta a via do «levantamento nacional» e da insurreição para lhe pôr cobro (menos de um ano antes do Congresso haviam sido assassinados pela polícia política de Salazar os camaradas Alfredo Dinis (Alex) e Germano Vidigal, de Montemor-o-Novo).

O convívio comemorativo da Lousã, reunindo numerosos camaradas e simpatizantes do Partido e outros democratas da Lousã, de Coimbra e Cantanhede constituiu uma realização de notável mérito político.

Além de vários camaradas da Direcção da Organização Distrital e concelhia, esteve presente o camarada Dias Lourenço, um dos participantes do IV Congresso que evocou o acontecimento. É de pôr em relevo que a iniciativa teve uma interessante cobertura da Comunicação Social regional e nacional.

CAMARADAS FALECIDOS

Miguel Serrano

Com 74 anos de idade, faleceu no dia 24 de Julho, após doença prolongada, o camarada Miguel Serrano, jornalista e escritor.

Natural de Moura, Miguel Serrano trabalhou em diversos jornais regionais e nacionais, tendo nos anos 50 fundado e dirigido a «Planície» e entre 1989 e 1992 sido director-adjunto do «Diário do Alentejo». Paralelamente à sua actividade jornalística, publicou diversas obras literárias, em cuja temática está sempre presente o Alentejo, que amou profundamente. Usando a escrita como uma arma de combate, em tudo o que escreveu sobressai com grande acutilância a revolta e a denúncia de todas as injustiças, mostrando com clareza as suas posições de classe.

Militante do Partido, Miguel Serrano foi um intelectual que ao longo de toda a sua vida trabalhou de forma digna e coerente pela concretização dos ideais que abraçou ainda jovem.

José Bento Coelho

Com 48 anos de idade, faleceu no dia 20 de Julho o camarada José Bento Coelho. Membro do Partido desde 1982, era trabalhador reformado do Montepio Geral e pertencia à Organização dos Bancários de Lisboa. Sindicalista activo e dedicado, integrou as estruturas representativas daquele Banco e fez parte do Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Edmundo Aljustrel

Com 66 anos de idade, faleceu no passado dia 17 de Julho o camarada Edmundo Aljustrel. Activista destacado do movimento associativo, foi dirigente da Academia de Santo Amaro e Cova da Moura. Estava organizado em Alcântara, tendo sido membro do Organismo de Direcção do Partido na Zona Ocidental da Cidade e da Comissão de Freguesia de Alcântara.

António Martins Paulo

Faleceu no passado dia 19 de Julho o camarada António Martins Paulo. Militante do PCP desde 1974, este camarada estava organizado na freguesia de Almada.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

ERRATA

Na notícia divulgada no «Avante!» de 25 de Julho, sobre a deslocação de uma delegação de «Os Verdes» à sede do PCP, onde foi recebida por Carlos Carvalhas e Carlos Brito, foram erradamente citados os nomes dos seus representantes.

Corrigindo o lapso, pelo qual apresentamos as nossas desculpas, informamos que a delegação de «Os Verdes» era constituída por André Martins, Fernando Pésinho e Heloísa Apolónia.

LISBOA

Desatenção inaceitável

Um despacho assinado pela secretária de Estado da Educação (n.º 27/SEEI/96) abre uma época especial de exames de acesso ao ensino superior, envolvendo, entre outros estudantes, aqueles que «por ocorrência de competições desportivas relevantes» estejam impedidos de realizar exames das épocas normais e estejam abrangidos pelo decreto-lei n.º 125/95 de 31 de Maio (Atletas de Alta Competição). E - pasme-se! -, em anexo, estabelecem-se as datas: 23, 24, 25 e 26 de Julho.

«É surpreendente e inaceitável a desatenção» que este despacho revela, denuncia o Gabinete de Imprensa do PCP, em comunicado de quinta-feira passada. E chamando a atenção para o envolvimento de muitos jovens atletas nos Jogos Olímpicos (a decorrer entre 19 de Julho e 4 de Agosto) e noutras competições desportivas «relevantes», como o Campeonato da Europa Sub-18, o PCP considera indispensável a imediata correcção desta situação.

BRAGANÇA

Debate Universidade

Na sua reunião de 23 de Julho, a Direcção da Organização de Bragança do PCP, na análise que fez da situação política e social, abordou o debate que recentemente a Associação Comercial e Industrial de Bragança promoveu sob o lema «Pró-Universidade de Bragança».

Congratulando-se com a iniciativa, os comunistas consideram, no entanto, «desgarrada e isolada dos interesses da região» a defesa de um pólo da UTAD em Miranda, por parte do Dr. Júlio Meirinhos, Presidente do Conselho da Região Norte, e afirmam que, no debate, o PS «meteu os pés pelas mãos», deixando os brigantinos sem saber se mantêm ou não o compromisso, que assumiu em campanha eleitoral, de criar a Universidade de Bragança.

OVAR

Marketing a mais, obras a menos

A Comissão Concelhia de Ovar do PCP afirma que o desencanto e a desilusão gerados pela política do PS são visíveis no panorama autárquico.

«Aquilo que sobra em operações de marketing», diz o PCP, falta na resolução efectiva dos problemas. E lembrando o que se passa com o novo Pavilhão Gimnodesportivo (que inaugurado há meses continua sem funcionar), afirma que enquanto se consomem verbas elevadíssimas em obras de funcionalidade duvidosa, o concelho permanece deficitário na rede de abastecimento de água e de esgotos, na recolha do lixo, nos índices mais elementares da qualidade de vida.

Os comunistas de Ovar mostram-se ainda preocupados com a «descaracterização da malha urbana do município» que se verifica, e que põe em causa a riqueza paisagística de diferentes áreas. Afirmando, por fim, que a resolução dos problemas não se compadece com lutas pessoais ou partidárias, a concelhia do PCP defende um diálogo cada vez maior e o empenho colectivo de todos no concelho.

S. JOÃO DA MADEIRA

Mais uma empresa encerrada

Mais uma empresa que encerra, desta vez a Sanjo, no concelho de São João da Madeira. Mais de 100 trabalhadores no desemprego, com quatro meses de salários e subsídio de férias em atraso, uma empresa que deixa de produzir (a qualidade dos seus produtos parece que não oferecia dúvidas), a Segurança Social a braços com mais umas dezenas de subsídios de desemprego a atribuir... «É este o exemplo do que a economia de mercado pode produzir?» pergunta a Comissão Concelhia de S. João da Madeira do PCP, em nota à comunicação social.

Lembrando o caso da Oliva - empresa capaz, com condições de viabilização, trabalhadores à altura da qualidade dos seus produtos, encomendas em carteira, etc. -, os comunistas perguntam de novo porque não foi ainda definitivamente declarado o processo de viabilização da Oliva. Porque é que a Câmara Municipal não providenciou as alterações ao PDM necessárias para garantir a preservação do espaço da Oliva como zona industrial? Não venham depois «chorar lágrimas de crocodilo», diz o PCP, defendendo que cada um assumia as suas responsabilidades no processo e acabem «as jogadas no escuro».

SESIMBRA

Em nota à comunicação social de 21 de Julho, a Comissão Concelhia de Sesimbra informa que a ano e meio do final do mandato, as propostas apresentadas pelos eleitos da CDU estão cumpridas ou em vias de o serem. Entretanto, denunciam os comunistas, a oposição tem pautado a sua intervenção por interesses partidários, sendo designadamente a posição dos eleitos do PS de «permanente bloqueio» à resolução dos vários problemas do concelho.

Em relação às pescas, dizem os comunistas que continuam por resolver questões como a criação da regulamentação do trabalho a bordo e de medidas e meios de segurança. E manifestando o seu repúdio pelas condições degradantes em que foram instalados os pescadores, em contraste com os modernos edifícios onde estão instalados os serviços do porto, a Concelhia do PCP exige a criação da Capitania do Porto de Sesimbra, reivindicação cada vez mais justa e pela qual o PCP lutará.

**Encontro de emigrantes comunistas
Governo perde
potencial de expectativa**

Em conferência de imprensa, realizada no passado dia 26 no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, o PCP divulgou as conclusões - que a seguir se transcrevem - saídas do Encontro de emigrantes comunistas que nesse dia se realizou para abordar questões relativas à política de Emigração. Presentes na mesa estiveram João Armando, membro do Comité Central, Fátima Garcia, do Organismo de Coordenação na Europa (Bélgica), José Costa, do Organismo de Coordenação na Europa (Holanda) e Sidónio Candeias, do Organismo de Direcção Nacional na Suíça.

1. A apreciação que fazemos em matéria de política de Emigração dos cerca de nove meses de Governo PS tem, necessariamente, como pano de fundo, a herança desastrosa da governação PSD nesta mesma área: foram dez anos marcados por discursos demagógicos e medidas que prejudicaram em particular os trabalhadores emigrantes e suas famílias.

Podemos compreender as dificuldades e a impossibilidade de, no espaço de nove meses, o Governo do PS corrigir totalmente os efeitos negativos dessa política. Só que não será possível manter por muito mais tempo o discurso ambíguo que se instalou na Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP).

Com efeito, a par das declarações em catadupa do secretário de Estado sobre as boas intenções em aplicar o programa do Governo nesta área, assistimos a declarações do mesmo governante a lamentar-se sobre as dificuldades orçamentais que impedem a aplicação prática do mesmo programa. Isto tem um nome, é demagogia!

O Governo do PS já começou a perder o grande potencial de expectativa que ganhou em Outubro e que assenta no pressuposto de uma necessária e urgente nova política de emigração.

No seu programa de Governo o PS contemplou em grande parte as preocupações das comunidades portuguesas (encontramos muitas das propostas do PCP, incluindo a da revisão do Regulamento Consular pela qual desde há muito tempo nos vimos a bater). No entanto, algumas delas são apenas referenciadas de forma muito genérica mas, pela sua importância, continuam a merecer o nosso reparo, nomeadamente, a rede do ensino do português no estrangeiro. Esta é uma área de extrema importância a exigir medidas concretas e urgentes para travar a sua degradação.

2. A Assembleia da República aprovou, finalmente, no passado dia 12 de Julho, a Lei que cria o Conselho das Comunidades Portuguesas.

O texto aprovado acolheu algumas das propostas do PCP, sendo de salientar as que vão no sentido de garantir uma maior democraticidade do processo, bem como uma participação mais alargada.

Consideramos que o Grupo Parlamentar do PCP, ao votar favoravelmente o diploma, tomou, sem dúvida, a posição

mais acertada. Subscrevemos também o teor da sua Declaração de voto.



Preocupações das comunidades portuguesas são apenas referenciadas de forma muito genérica no programa do Governo, dizem os emigrantes comunistas

No entanto, o texto agora aprovado tem um pendor excessivamente governamentalizado e limitador de uma ampla participação dos principais interessados, os emigrantes, e difere de forma substancial do projecto de lei oportunamente apresentado pelo PCP - projecto este que mereceu o elogio de elementos de outras forças políticas, assim como o apoio de muitos membros das comunidades portuguesas.

Vamos estar atentos à Portaria (a publicar pelo Governo) que irá definir os círculos eleitorais, na expectativa de que venham a ser corrigidas as disparidades existentes no «Mapa em anexo», inicialmente apresentado e depois retirado.

Cabe agora ao Governo a principal responsabilidade pela divulgação junto das comunidades portuguesas do diploma, quer através da rede consular, quer pelos órgãos de informação.

Pelo seu lado os emigrantes comunistas tudo farão para que

esta estrutura venha a ser de facto um órgão verdadeiramente representativo das comunidades portuguesas de forma a contribuir para a resolução dos seus problemas.

3. Lamentavelmente o Governo do PS, ao contrário do que afirma no seu programa de governo, absteve-se na votação da proposta de directiva comunitária que visa regular a situação dos trabalhadores destacados, temporariamente, num outro Estado-membro. O Governo português e o do Reino Unido (que votou contra), foram os únicos governos a não votar favoravelmente esta proposta.

A Comissão dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu discutiu, na passada 4ª feira, o relatório do deputado comunista Sérgio Ribeiro sobre a proposta da Comissão Executiva da UE que visa estender o campo de aplicação de um outro regulamento (1408/71), mais geral, sobre os regimes de segurança social para os trabalhadores que se deslocam nos países da União Europeia.

O relatório é favorável à proposta e reforça-a, entre outras razões, por consagrar, no âmbito da livre circulação de pessoas, o direito de transferência das pensões de pré-reforma para outro país de residência do beneficiário, como o seu país de origem. É necessário que os governos dos Estados-membros, em Conselho de Ministros, aprovem a proposta da Comissão com o parecer do Parlamento Europeu e, depois, a introduzam nas legislações e práticas nacionais.

4. Os emigrantes portugueses sabem quanto custa o desenraizamento provocado pela saída das suas terras, muitas das vezes com a separação das famílias, para viver noutro lugar do mundo, com outros hábitos e culturas diferentes. Situações semelhantes são vividas pelos imigrantes em Portugal, vindos sobretudo dos PALOP's e do Brasil.

Os emigrantes comunistas formulam os melhores votos para que o enunciado de boas intenções que presidiu à constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa se venha a concretizar com vista ao estreitar dos laços de solidariedade, amizade e cooperação entre os povos de todos estes países.

Tal teria um particular significado, porque sentimos as crescentes desigualdades e injustiças sociais que se vivem no mundo, com as consequentes manifestações de marginalidade e exclusão social que se traduzem, muitas das vezes, em expressões de racismo e xenofobia.

Não podemos deixar de referir a contradição existente entre as declarações oficiais portuguesas sobre o reforço dos laços de amizade e cooperação que estão subjacentes à CPLP e o facto de Portugal ser um dos países que subscreveu o Acordo de Schengen, acordo este que assenta num sistema policial e repressivo.

Deputado visita Vila Franca

Promovida pela Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira, uma delegação do PCP, integrando o deputado António Filipe, realizou no passado dia 26 uma visita ao concelho.

Na Fábrica de Moagens Moapão, uma empresa viável hoje abandonada, António Filipe comprometeu-se perante o grupo de trabalhadores que recebeu a comitiva, a inquirir o Governo sobre quais as medidas que pensa tomar no sentido de acautelar os interesses dos trabalhadores.

Na extensão de Alverca do Centro de Saúde de Alhandra, a seguir visitada, foi possível verificar a ausência de condições para servir eficazmente a população e a justeza da campanha de assinaturas promovida pelo PCP para a resolução do problema. A delegação do PCP, depois de visitar a Soci-

idade Filarmónica e Recreio Alverquense, onde António Filipe teve ocasião de informar sobre as iniciativas legislativas recentemente tomadas pelo PCP com vista à criação de um quadro legal de apoio à actividade associativa, seguiu para a sede dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria. Também aqui, António Filipe informou o comandante e o presidente da Direcção, que os recebeu, do projecto de lei que o Grupo Parlamentar do PCP se prepara para apresentar de isenção de alvará para ambulâncias dos bombeiros.

Finalmente, no Alhandra Sporting Clube, onde a delegação depois se deslocou, a delegação comunista comprometeu-se a propor a inclusão no PID-DAC das verbas necessárias para a construção do equipamento desportivo necessário à colectividade.

NACIONAL

DESCARGAS NO TEJO

As descargas poluentes efectuadas para o Tejo e perfeitamente visíveis da ponte D. Luís, em Santarém, e das margens das freguesias ribeirinhas, no dia 16 de Julho, motivaram a apresentação de um requerimento pelo Grupo Parlamentar de «Os Verdes» no qual questiona o Governo sobre as medidas que foram tomadas no sentido de averiguar as origens do ocorrido, bem como sobre a fiscalização que é feita na zona entre Abrantes e o Cartaxo e à estação de tratamento de efluentes da empresa CAIMA.

ACAMPAMENTO PELA ESQUERDA

Decorreu na Vila do Paul, entre os dias 18 e 21 de Julho, o 2º Acampamento Pela Esquerda no âmbito do qual teve lugar um debate com a participação de Eduardo Costa, membro do Conselho Português para a Paz e Cooperação. A iniciativa centrou-se fundamentalmente na actual situação do povo cubano tendo despertado o interesse de muitos jovens presentes. Mais uma vez foi repudiado o embargo económico imposto pelo imperialismo, nomeadamente pelos EUA, e destacada como factor positivo a solidariedade internacional das forças progressistas de todo o mundo.

O acampamento contou ainda com a presença de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, que numa breve intervenção afirmou que o capitalismo não será o último modelo de organização económica pois não é capaz de encontrar soluções para os graves problemas sociais que o mundo enfrenta.

Aquele dirigente teceu ainda algumas considerações contra a política de direita que o PS vem seguindo e realçou o trabalho dos comunistas e dos democratas do Paul, que com muita persistência ganharam a confiança da população da freguesia, constituindo um exemplo vivo da diferença de uma autarquia CDU.

REFORMAR A «REFORMA»

A JCP qualifica de «irresponsável e demagógica» a atitude do Governo PS que propõe bonificações, segundos e terceiros exames, recusando-se a combater «o verdadeiro problema» ou seja a manutenção do *numerus clausus*.

A organização volta a repudiar a nota mínima para o acesso ao Superior e exige o esclarecimento urgente das condições em que decorrerá a candidatura dos estudantes que irão efectuar os exames nacionais de 2ª época. Recordando que «milhares de estudantes são vítimas de processos de avaliação incoerentes e injustos, de currículos que nada têm a ver com a realidade», a JCP sublinha que é altura de o Governo «ouvir os estudantes e os demais agentes educativos, conhecer a realidade e reformar a reforma educativa que tem vindo a ser feita nos últimos 10 anos».

TRANSPORTES EM BELAS

Em apenas dois dias um abaixo-assinado recolheu 851 assinaturas de utentes da freguesia de Belas em protesto contra a anulação de numerosos horários e alterações de percurso de carreiras da «Lisboa Transportes» pertencente à VIMECA.

A iniciativa partiu dos eleitos da CDU que depois de uma reunião com os responsáveis da VIMECA, em que fizeram a entrega das assinaturas, conseguiram uma resposta positiva às principais exigências dos utentes.

SEMÁFOROS EM V. DE AZEITÃO

Depois das acções realizadas pela população e pelos eleitos da CDU, a Câmara Municipal de Setúbal decidiu finalmente, na semana passada, concessionar a uma empresa a instalação de sinalização luminosa automática no cruzamento de Vendas de Azeitão.

A CDU espera que os trabalhos sejam rapidamente concluídos e saúda a população pela luta determinada pelas reivindicações e aspirações da freguesia de S. Simão, que há anos é esquecida e votada ao abandono pela Câmara.

MELKA REPRIME

A fábrica de confecções Melka, em Évora, aproveitando o processo de despedimento ilegal de uma dirigente do Sindicato dos Têxteis e Vestuário do Sul, nomeou para a gestão da empresa «um autêntico coronel» para reprimir os trabalhadores, refere um comunicado da União dos Sindicatos de Évora.

Na passada segunda-feira, dia 29 de Julho, o dito gestor, que dá pelo nome de Luís Soares, por ordem da administração, mandou para casa todas as trabalhadoras da secção de corte, apesar de as atingidas manterem o seu contrato até ao dia 2 de Agosto. A USE cõndena tal atitude sublinhando que as trabalhadoras estão abrangidas por despedimento imoral e injustificado e agora são vítimas de autoridade e violação de direitos.

Rodoviária de Lisboa

Greve atinge 70 por cento

Apesar dos malabarismos dos administradores que chamaram trabalhadores de folga e exerceram pressões várias sobre os grevistas, a paralisação convocada pela FESTRU para passada segunda-feira na Rodoviária de Lisboa registou uma adesão de 70 por cento.

Um comunicado da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU/CGTP-IN) lamenta a falta de informação sobre a realização da greve e responsabiliza a administração da empresa que mandou retirar das viaturas todos os cartazes a anunciar a paralisação. A Federação distribuiu cerca de meio milhão de cartazes pela zona afectada pela greve, metade dos quais foram naturalmente colocados nos autocarros.

Durante o plenário reunido no dia de greve, os trabalhadores exigiram que a administração da empresa mude de atitude e cumpra a lei e o acordo de empresa em vigor, em particular no que se refere ao regime de horário de trabalho, cuja alteração a administração procura impor para reduzir a retribuição mensal e introduzir as cha-

madas «ajudas de custo», consideradas ilegais e uma forma de a empresa fugir aos impostos.

Os trabalhadores ameaçam continuar a luta pelo pagamento normal do trabalho suplementar; do subsídio de Agente Único, como parte integrante da tabela salarial; pagamento do trabalho prestado em dias de descanso semanal e feriados, conforme o Acordo de Empresa; do tempo de descanso adquirido no tempo de trabalho suplementar efectuado; pela manutenção do actual regime de horário de trabalho e definição das funções existentes; e contra a fuga aos impostos por parte da administração da empresa que põe em causa a segurança social dos trabalhadores.

SN - Longos

Em luta estão igualmente os trabalhadores da Fábrica da



A administração da Rodoviária de Lisboa mandou retirar das viaturas os cartazes que anunciavam a greve da passada segunda-feira

Maia da Siderurgia Nacional, que cumpriram períodos de greve, entre os dias 25 e 28 de Julho, pela manutenção dos direitos e garantias e por melhores salários. Nesta empresa - SN Longos - adquirida pelos espanhóis da Megaça e pelos italianos da Riva, ainda não houve aumentos salariais este ano e a administração aposta na desregulamentação da Convenção Colectiva de Trabalho, tendo chegado ao extremo de colocar quadros técnicos em funções indiferenciadas tentando que estes abandonassem os seus empre-

gos. Ao mesmo tempo que ameaça com despedimento colectivo, faz chantagem psicológica e acena com processos disciplinares sobre aqueles que aderem às lutas.

Os trabalhadores estão determinados a prosseguir as acções contra os despedimentos e ilegalidades da Riva e Megaça, exigindo aumentos dos salários. Este processo reivindicativo será seguido logo após as férias pelos trabalhadores das instalações do Seixal, as quais se encontram neste momento praticamente encerradas.

Lisboa

Um semestre de agravamento social

Um estudo realizado pela União de Sindicatos de Lisboa conclui que durante os primeiros seis meses deste ano registou-se um agravamento significativo da vida dos trabalhadores. Com a degradação do tecido produtivo, cresceram o desemprego e a precariedade, verificando-se o ataque aos direitos laborais e insistência dos salários em atraso.

Segundo dados referentes a Maio último, existiam 477 600 desempregados no continente, 110 967 dos quais se encontram no distrito de Lisboa, onde a taxa de desemprego atinge 11 por cento e representa 23,8 por cento do desemprego global no território continental.

Com níveis preocupantes de precariedade, sucedem-se a um ritmo alucinante os encerramentos e falências de empresas. Uma amostra efectuada no final de 1995 indica que estavam nesta situação 90 empresas de dez sub-sectores de actividade.

Perante a passividade do Governo, inúmeros processos arrastam-se em tribunal, permitindo que o patronato continue a dever aos trabalhadores mais de três milhões de contos, criando situações de miséria em milhares de famílias.

Os salários em atraso são outro grave flagelo. A USL, a partir de uma pequena amostra referente a Julho, afirma que de cerca de 130 empresas 44 têm

remunerações em falta, incluindo-se nestas além do vencimento, o 13º mês, férias e prémios.

O panorama no que respeita aos direitos dos trabalhadores não é mais animador. A USL fala de ataque generalizado e cita um conjunto de exemplos demonstrativo.

Na Sociedade Comercial Novembal foi diminuído o tempo de pausa para refeição, e os trabalhadores são obrigados a cumprirem o horário de tra-

balho sem qualquer interrupção.

Igual situação se verifica na Filográfica, onde o subsídio diário de refeição é de 500 escudos para os homens e de 200 escudos (!) para as mulheres. Este subsídio tem também diversos valores na Gráfica European, havendo trabalhadores a quem é totalmente recusado.

Os casos sucedem-se: na UMAR deixou de haver pausa para refeição e os trabalhadores

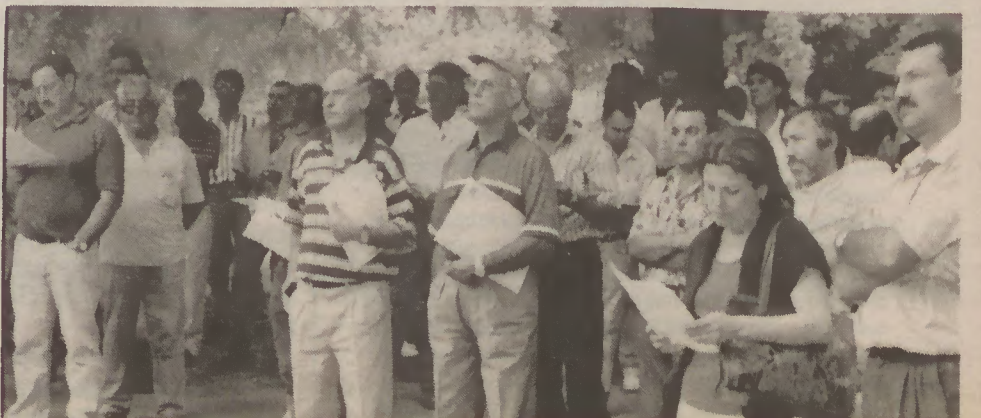
comem junto às máquinas que permanecem em funcionamento; nos Laboratórios Azevedo não são permitidos plenários sindicais na hora de almoço; nas Fábricas Barros há a tentativa de impor a polivalência de funções e são rigorosamente controladas as idas à casa de banho; na Triunfo Internacional são descontados os prémios de assiduidade aos que aderem às greves; no Carrefour existe limitação do exercício da actividade sindical.

STAL em plenário

Cerca de duas centenas de dirigentes, delegados e activistas sindicais do STAL reuniram-se em plenário, quinta-feira da passada semana, no Jardim da Estrela em Lisboa.

Durante esta acção, os sindicalistas fizeram um balanço negativo das negociações, acusando o Governo de protelar injustificadamente a publicação das medidas já acordadas e que deveriam ter entrado em vigor em Fevereiro último.

O plenário considerou ainda não haver vontade política por parte do Governo para cumprir o estabelecido no acordo que assinou com os sindicatos da Frente Comum da Administração Pública, chamando a atenção para a falta de resposta às questões específicas dos trabalhadores das autarquias, nomeadamente a regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, reivindicada há anos pelo sector.



Dirigentes e activistas do STAL de todo o país vieram a Lisboa exigir que o Governo cumpra o acordo

NACIONAL

Carlos Carvalho visita as Flores População confia na CDU

A convite da organização local do PCP, e no quadro da preparação das eleições regionais, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, deslocou-se no dia 24 de Julho à ilha das Flores, tendo tido, nos três dias que aí passou, a oportunidade de contactar com agricultores, pescadores, comerciantes e população da ilha.

Entre os contactos efectuados pelo Secretário-Geral do PCP, destacam-se as visitas a uma Associação de Agricultores das Flores, a uma unidade fabril de laticínios e às Câmaras Municipais das Lajes e de Santa Cruz.

Dos agricultores ouviu Carlos Carvalho o enunciar de uma realidade marcada pelo pessimismo: uma verdadeira situação de calamidade - dizem - se os governos regional e da República não intervierem em relação à produção da carne. Reconhecem os agricultores que as propostas apresentadas pelos comunistas, para a criação de uma rede de abate local e exportação de carne embalada em vácuo, já deviam ter sido implementadas e criticam o facto de não ter havido da parte das entidades

competentes uma campanha de promoção e valorização da carne açoriana.

Também de muitos populares Carlos Carvalho ouviu queixas relativas aos estragos provocados pelas intempéries do ano passado que, destruindo caminhos e pontes importantes para as comunidades locais, continuam praticamente sem resposta. Simultaneamente, palavras de apreço foram proferidas em relação ao trabalho da CDU.

Populares chegaram a declarar publicamente que o deputado da CDU era o único que defendia os interesses da ilha, sendo o verdadeiro embaixador das Flores na Assembleia Regional.

A visita do secretário-geral do PCP à ilha das Flores, onde em toda a parte foi alvo de manifestações de simpatia, mereceu a atenção generalizada dos órgãos

de comunicação social regional, tendo Carlos Carvalho sido directamente entrevistado pela televisão regional para o Telegiornal de sábado à noite.

A deslocação do Secretário-Geral do PCP terminou na sexta-feira à noite com uma sessão pública, uma das maiores realizadas na ilha das Flores, para apresentação da lista de candidatos da CDU às eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Na sessão intervieram ainda Paulo Valadão, deputado do PCP, e Decq Mota, responsável do PCP/Açores e candidato às eleições regionais.

Na intervenção que proferiu, Carlos Carvalho diria que o

grande problema dos Açores não é o ministro da República mas sim o problema do escoamento com preço justo da carne de vaca, os problemas dos agricultores e pescadores, o problema do emprego e dos custos dos transportes. E, em síntese, o problema do desenvolvimento nas suas vertentes social e ambiental.

São estas as questões centrais, as que mais preocupam os açorianos, insistiu o Secretário-Geral do PCP, acrescentando: tudo o mais são manobras de diversão. Tudo o mais serve para desviar a atenção de quem tem culpas efectivas na governação regional.



O secretário-geral do PCP, acompanhado de Decq Mota, candidato da CDU, ouve os problemas dos pescadores

Saneamento básico na AMP

Atraso de anos é culpa do PS e PSD

Durante anos os autarcas da área metropolitana do Porto desvalorizaram e negaram os números oficiais apresentados pela CDU referentes aos níveis de serviço em saneamento básico. Recentemente descobriram que afinal eram exactos e que era verdade que estavam muito abaixo das médias nacionais. «Mais vale tarde do que nunca», observaram os eleitos da CDU que na semana passada promoveram uma conferência de imprensa para abordar esta temática.

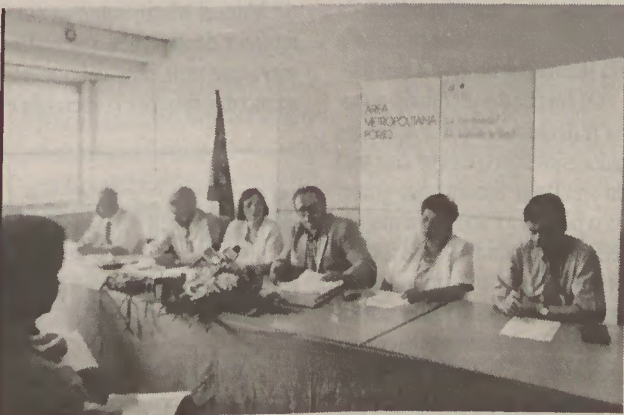
Apesar do reconhecimento tardio das carências, a CDU não hesita em responsabilizar os autarcas do PS e do PSD pela actual situação, afirmando que «não deram prioridade aos investimentos» nesta área «porque investir em redes de esgotos e água não era obra visível e de encher o olho do cidadão eleitor».

E se já não impressiona a promessa demagógica de «recuperar em três anos o tempo e o espaço perdidos», a CDU considera ser falta de pudor o anúncio «como se fossem novos milhões, pelo se fossem novos milhões de contos que ainda não de vir do Fundo de Coesão e outros fundos comunitários, e que já há dois anos estão inscritos no 2º Quadro Comunitário de Apoio».

Como se tal não bastasse, os 116 milhões previstos vão servir apenas para as grandes infra-estruturas, caso da construção

da Lipor II, das ETAS (Estação de Tratamento de Água de Superfície), em Lever, das novas captações de água no Paiva e, provavelmente, para a duplicação de exdutores submarinos deficientemente calculados e construídos, de algumas ETAR's (Estações de Tratamento de Águas Residuais) já iniciadas ou a iniciar a curto prazo.

A resolução das «enormes insuficiências em termos de rede e ramais de esgotos e de água para ligação às habitações continua adiada, sem financiamento assegurado e sem a prioridade indispensável à viabilização prática de todos os outros investimentos. Para que até 1999 fosse possível, de facto, recuperar o atraso de todos estes anos, seria indispensável mais do dobro dos investimentos», afirmam os autarcas da CDU.



A CDU afirma que os milhões agora prometidos não resolvem os gravíssimos problemas do saneamento

Na conferência de imprensa participaram Antero Pires, vereador na CM de Gaia, António Graça, deputado na AM de Matosinhos, António Luís Pimenta Dias, vereador na CM de Gondomar, Armando Pimenta, vice-presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, Bastos Cunha, deputado na AM da Maia, Eduarda Ferreira, vereadora da CM de Valongo, Ilda Figueiredo, vereadora da CM do Porto, e Joaquim Cancela, vereador da CM da Póvoa de Varzim.

Cláudio Torres - Aquele que não mudou de princípios

Foi há pouco tempo merecidamente distinguido para o cargo de director do Parque Natural do Vale do Guadiana, pelo que esse facto só engrandece distinguido e distinguidores. Tal como sucedeu com o Prémio Pessoa. Refiro-me claramente a Cláudio Torres.

Sei que de Mértola, doutras partes do país e do estrangeiro vêm boas informações sobre o cientista. Da sua seriedade pessoal e intelectual.

A classificação do parque natural - em que foram propoentes a Câmara Municipal de Mértola, a Associação de Defesa do Património de Mértola, a Câmara Municipal de Serpa e a Associação Rota do Guadiana, também desta vila - tem o mesmo reconhecido interesse que os outros parques naturais.

Mas não ficamos por aqui. A nomeação de Cláudio Torres tem merecido contestação. O «Independente» e o «Expresso», da mesma laia, dão notícia, sem desmentido até agora, de atitudes e declarações das mais diversas pessoas bem instaladas em postos governamentais. É um fedelho do Inatel, é o presidente da CCR do Alentejo, ex-«revolucionário» quando a perspectiva era outra, e *tutti quanti* para por aqui ficarmos.

Alguma comunicação social fala, pois, do «ex-compagnon de route» do PCP; lembram e relembram as «antigas divergências», quando ele considerado «pró-PCP». Batem-se todos por uma espécie de discriminação retrospectiva. Todos têm boa memória quando referem os ex-comunistas. Mas não é isso, na verdade, a meu ver, o que mais os preocupa. A questão é outra: eles não perdoam que algumas pessoas (com valor moral e intelectual, no caso é Cláudio Torres) não tenham mudado de princípios. Vejam lá se eles se lembram, por exemplo, de um ex-«revolucionário», de nome António Barreto, que saiu do PCP para ser mais revolucionário e, para isso, foi juntar-se aos esquerdistas. Esse, depois, ministro da Agricultura do PS ficou de triste memória na destruição da Reforma Agrária. Este um caso para citar apenas um exemplo significativo.

No meio de tudo isto, são os prejuízos na necessidade de proteger a imensa bacia do Guadiana e de desenvolver uma orientação integrada e participada.

Os concelhos de Mértola e de Serpa - depois de oito anos de luta - ganham legitimamente o reconhecimento da área protegida, em grande parte do conjunto dos seus territórios. O país ganhou, mais exactamente. Mas ainda há que levar à prática. Já começaram os obstáculos, quando «ainda a procissão vai na praça»...

Mas o que faz doer mais neste caso - é o silêncio de muita gente e de algumas instituições. Esperam o quê? Aguardam, porventura, que, sem posições de luta firme, os impedimentos serão vencidos? Parece que não conhecem tais figuras...

■ João Honrado

Baião

Matadouro municipal faz falta

A Associação dos Agricultores do Porto - APA participou numa reunião com o secretário de Estado da Produção Agro-Alimentar realizada na passada terça-feira para debater soluções para o futuro do Matadouro Municipal de Baião.

A reunião foi solicitada pela Câmara Municipal de Baião, em conjunto com outras Câmaras e cooperativas agrícolas dos con-

celhos circundantes e com a APA que defendem a reabertura do matadouro encerrado há cerca de dois meses.

Segundo a APA, o concelho de Baião tem necessidade de um Matadouro próprio para abate, nomeadamente dos bovinos de raça arouquesa cuja criação se tem desenvolvido na região.

O encerramento daquela unidade está a prejudicar seriamen-

te os agricultores uma vez que o prometido matadouro regional de Penafiel, apresentado como alternativa credível para o Vale do Sousa e Baixo Tâmega, tarda a concretizar-se.

Sem matadouro, não resta aos criadores outra solução senão abandonar a produção de carne, facto que irá agravar ainda mais a já difícil situação social no concelho mais isolado

e desertificado do distrito do Porto.

Segundo o censo de 1991, o concelho perdeu 10 por cento da população, e tem 23 por cento dos activos ocupados na agricultura. Por isso, sublinha a APA, o Matadouro é uma estrutura fundamental para a fixação de pessoas à terra e para o desenvolvimento da produção de carne bovina de raças autóctones.

Congelamento de salários

Em 1997, os funcionários públicos espanhóis verão os seus salários congelados, de forma a economizar 200 mil milhões de pesetas. Segundo os secretários de Estado da Administração Pública e do Orçamento, esta medida justifica-se no âmbito de uma «solidariedade necessária» para garantir os critérios de convergência europeus e garantir um aumento das reformas igual ao da inflação. As Comisiones Obreras (CCOO) e a União Geral dos Trabalhadores anunciaram já para Setembro várias jornadas de protesto. Esta medida «torna difícil o prosseguimento do diálogo social» e «viola um acordo assinado com o governo anterior, em 1994», afirmou o secretário-geral das CCOO para a administração pública, Carlos Sanchez.

Japão

Os eleitores japoneses de Maki, uma cidade a noroeste de Tóquio, vão às urnas no domingo para decidir sobre o local onde deverá ser construída uma central nuclear. Este é o primeiro referendo realizado no Japão sobre um projecto nuclear. O presidente da Câmara local afirmou já que o desejo maioritário da população será respeitado. Entretanto, cinco outras cidades japonesas receberam indicações para que sejam realizados referendos no mesmo sentido.

Irão

Cerca de meio milhar de iranianas morrem anualmente de parto, um quarto das quais com idades compreendidas entre os 13 e os 19 anos, segundo um estudo do Ministério da Saúde do Irão. Como indica o documento divulgado na semana passada, 30 a 50 por cento das mulheres e crianças das regiões mais desfavorecidas sofre de subnutrição e problemas de sangue. Praticamente 80 por cento das iranianas casam-se antes dos 20 anos e a maioria tem o primeiro filho aos 19.

EUA/Bielorrússia

Manifestações e assassinatos planeados faziam parte do plano da CIA para abater o presidente da Bielorrússia, segundo diz Viktor Ilykhin, deputado comunista russo e presidente do comité parlamentar de segurança, citado pela Lusa. Ilykhin afirma que 18 agentes especiais da CIA, conduzidos por um

Greve da morte na Turquia

Em protesto contra as degradantes condições prisionais, as torturas infligidas aos presos, as perseguições às suas famílias e a reabertura da cadeia de Eskisehir - conhecida como o «caixão» -, mais de 300 presos turcos desencadearam uma greve da fome, levada até às últimas conseqüências. Depois de 69 dias de luta, doze presos morreram, enquanto dezenas de outros se encontram já em coma.

Evidenciando um claro desrespeito pelos direitos humanos e reflectindo o seu carácter de repressão aos democratas e ao povo curdo, o Governo turco só no dia 28 cedeu, sob pressão da população e da comunidade internacional.

O Governo, actualmente liderado pelos islamitas, acordou em retirar os presos políticos - maioritariamente comunistas - do estabelecimento de Eskisehir. O Executivo evitou ainda que as forças de segurança tomassem

de assalto as prisões, como tinha ameaçado o ministro da Justiça.

Na quinta-feira, cerca de 1 500 pessoas manifestaram-se pacificamente em frente ao palácio da Justiça, em Istambul, contra a «indiferença do Estado» face às greves de fome. A manifestação foi organizada por vários partidos de oposição ao Governo, sindicatos, associações e organizações profissionais.

PCP e CGTP protestam

O Secretariado do Comité Central do PCP, na sexta-feira,

enviou telegramas ao presidente da Turquia, ao ministro da Justiça turco e à embaixada da Turquia em Portugal, expressando «a mais viva indignação e firme protesto perante a brutal violação» por aquele país «dos direitos humanos e liberdades democráticas mais elementares», reclamando que sejam urgentemente atendidas as legítimas reivindicações dos presos, de modo a evitar novas vítimas.

O PCP divulgou ainda um comunicado sobre a actual situação dos presos políticos na Turquia, afirmando que «leva a sua voz de indignação e pro-

testo contra estes crimes e reclama que sejam atendidas de imediato as justas reivindicações dos presos políticos turcos, evitando novas vítimas. O Partido Comunista Português reclama igualmente do Governo português uma tomada de posição de condenação e exigência de urgente respeito pelos direitos humanos junto do governo da Turquia».

No mesmo dia, os eurodeputados comunistas interrogaram a Comissão Europeia sobre como pretende reagir à violação das liberdades democráticas na Turquia, tendo em conta o recente Acordo de União Aduaneira entre a UE e aquele país e as anteriores resoluções que claramente expressam que os direitos dos homens terão de ser respeitados pelo governo de Ancara.

Também a CGTP-IN manifestou a sua oposição à política turca, apelando para a instauração «de uma solução justa que respeite os direitos do homem». «A Turquia, país membro do Conselho da Europa, da NATO e candidata a membro da UE, tem deveres de que não se pode alhear», sublinha a Central Sindical, numa nota à imprensa.



Manifestação de solidariedade com os presos, na Turquia

Indonésia

Cresce contestação à ditadura de Suharto

Chefiados pelo Partido Democrático da Indonésia (PDI), milhares de indonésios manifestaram-se, em Jacarta, contra o regime do presidente Suharto entrando em confronto com centenas de batalhões de tropas e agentes policiais, naqueles que foram os piores motins registados na cidade nos últimos 25 anos.

Depois da polícia indonésia tomar a sede do PDI no fim da manhã de sábado, sete a dez mil manifestantes envolveram-se com a polícia antiterror durante todo o dia. Com o reforço das forças de segurança, ao fim da noite, os manifestantes foram reprimidos, tendo sido efectuadas, no total, 200 detenções. Segundo um dirigente do PDI, citado pela agência Lusa, 85 pessoas ficaram feridas, das quais 35 em estado grave e duas em coma. Registaram-se ainda dois mortos, um deles vítima de um dos incêndios que deflagraram na ocasião e outro que sucumbiu a um ataque cardíaco.

O bairro residencial de Salema foi palco dos mais violentos confrontos e onde estes mais se prolongaram. Segundo os números oficiais, 22 prédios e 93 veículos foram incendiados. Os prejuízos foram avaliados em dezenas de milhares de contos.

No domingo, o centro da capital indonésia foi cercado, de forma a evitar que os conflitos se alargassem ao resto da cidade, entretanto já pacificada. Nessa altura, o Governo autorizou aos soldados o uso de armas automáticas e espingardas.

Com intervalos de 300 metros,

as estradas que rodeiam a sede do PDI estão cercadas por elementos das forças de autoridade. A segurança das residências do presidente indonésio e do vice-presidente, Try Sustrisno, foram fortemente reforçadas.

Também sob controlo do exército está a delegação de Jacarta do Instituto de Apoio Jurídico (YLBHI) e a sede da Nahdlatul Ulama, a maior organização muçulmana do país, que havia já apoiado Megawati Sukarnoputri, líder do PDI.

Apelando através da Internet, o Instituto afirmou que está «sob profunda ameaça das autoridades indonésias», acrescentando que alguns dos «membros do PDI ficaram feridos nos confrontos e durante o ataque à sede receberam tratamento no nosso edifício. Agora as autoridades vêm o YLBHI como a nova sede das forças democráticas apciantes de Sukarnoputri». «Como grupo civil de direitos humanos, não temos possibilidade de resistir ao poder das Forças Armadas, por isso apelamos à ajuda do mundo e aos nossos amigos para que manifestem solidariedade, incluindo através dos canais diplomáticos», lê-se no documento.

Na segunda-feira, o índice da Bolsa de Valores de Jacarta baixou mais de dois por cento na primeira hora.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros australiano, declarando que «a actual situação é, naturalmente, uma questão interna da Indonésia», pediu à sua embaixada em Jacarta que observe a situação.

Os confrontos do fim-de-semana reflectem a insatisfação dos indonésios com o regime ditatorial do presidente Suharto, que governa o país há 31 anos com mão de ferro, presidindo a jogos de poder e privilégios entre um pequeno grupo de pessoas formado maioritariamente por seus familiares mais chegados.

Os movimentos de Jacarta vêm-se agora juntar à resistência ao regime que há mais de 20 anos, em Timor-Leste, a resistência tem perpetuado.

PCP reclama medidas

O PCP veio a público, segunda-feira, reprovar o silêncio do Governo português quanto às notícias relativas ao desenvolvimento futuro das relações entre a União Europeia e a Indonésia.

«Perante o prosseguimento da repressão do povo maubere e as notícias que nos chegam da própria Indonésia da violenta repressão das forças democráticas deste país, mais estranho se torna tal silêncio», lê-se no comunicado.

O PCP reclamou ainda do Governo «um rápido e claro esclari-

mento sobre a sua posição nesta matéria e sobre que iniciativas se propõe adoptar contra esta anunciada orientação da UE».

No mesmo dia, o eurodeputado comunista Joaquim Miranda colocou uma questão ao comissário Manuel Marin sobre as suas recentes declarações, onde afirmava que seria possível o reatamento das relações comerciais e

económicas entre a UE e a Indonésia, acrescentando que os direitos humanos seriam considerados de modo separado. Joaquim Miranda pediu o esclarecimento do comissário sobre as referidas afirmações e sobre o modo como está a ser preparada de facto a próxima reunião com a ASEAN, prevista para Fevereiro do próximo ano.

Aniversário da Revolução Cubana

A Associação de Amizade Portugal-Cuba celebrou o 43º aniversário da Revolução Cubana ao Quartel Moncada com uma acção de divulgação contra o bloqueio dos EUA na Rua Augusta, em Lisboa. Na ocasião foram distribuídos cerca de três mil documentos. À noite, perante um milhar de pessoas, realizou-se um espectáculo no Largo de Camões, com a participação de dois grupos musicais cubanos, que se seguiram a uma intervenção da Embaixadora de Cuba.

No dia 24 de Julho partiu para Cuba uma brigada portuguesa composta por 42 jovens, que aí realizam algumas actividades de solidariedade com o povo cubano, até meados de Agosto.



Burundi Os tutsis, de novo

Dia 25 de Julho foi dia de golpe de Estado no Burundi. Desta vez, foi o *tutsi* Pierre Buyoya que o protagonizou, derrubando o presidente constitucional *hutu* Silvester Ntibantunganya.

O primeiro sinal de que algo se passava no plano político burundinês deu-se quando o presidente, Sylvestre Ntibantunganya, eleito há três anos, se refugiou na residência do embaixador dos EUA, em Bujumbura, na quarta-feira. No dia seguinte, o exército, dominado pelos *tutsis*, anuncia um golpe de Estado. A ilegalização dos partidos políticos, a suspensão do Parlamento, a proibição de greves e concentrações públicas, o decretamento do recolher obrigatório e o encerramento das fronteiras terrestres e aéreas foram as medidas imediatas da Junta militar presidida por Pierre Buyoya.

Segundo o ministro da Defesa, esta é uma medida transitória, mas não há qualquer indicação sobre o seu termo.

Buyoya afirmou que o seu primeiro objectivo é acabar com «os massacres e todas as formas de criminalidade que têm prevalecido» no país. Prometendo que irá promover a reconciliação nacional e o regresso à democracia, pediu ainda à comunidade internacional que o aceite.

Pierre Buyoya já tinha sido presidente do Burundi entre 1987 e 1993, também na sequência de um golpe de Estado que derrubou o presidente Jean-Baptiste Bagaza. Nas primeiras eleições democráticas da antiga colónia belga, foi derrotado por Melchior Ndadaye, o primeiro *hutu* a ser eleito chefe de Estado, assassinado dois meses depois por militares *tutsi*.

Este é mais um episódio da guerra pelo poder entre as duas etnias do Burundi: *tutsis*, minoritários mas dominantes, e *hutus*, em maior número. Nos últimos três anos, morreram dezenas de milhares de pessoas, vítimas dos confrontos entre os dois grupos, e as perspectivas de futuro não são positivas.

condenaram imediatamente o golpe de Estado *tutsi*.

O ministro alemão Klaus Kinkel considerou inaceitável «a implementação anticonstitucional de um novo presidente», acrescentando que «um governo não pode esperar o nosso apoio quando ascende ao poder violando a Constituição».

Segundo a Lusa, o ministro dos Negócios Estrangeiros canadiano, Lloyd Axworthy, solicitou a restauração das instituições políticas e democráticas naquele país africano. O golpe de Estado «não soluciona os antigos problemas do Burundi, que só podem ser abordados com um novo compromisso político que respeite os princípios democráticos e os direitos das minorias», sublinhou.

Em Washington, o porta-voz do departamento de Estado norte-americano apelou aos líderes das etnias do Burundi que resolvam as suas divergências de uma forma pacífica.

Passado recente

Os massacres que se têm vindo a multiplicar desde 1993 iniciaram-se com uma tentativa de golpe de Estado. Pierre Buyoya surgia até agora, aos olhos da comunidade internacional, como um homem que iniciou uma política de luta contra a corrupção, liberalizou a economia e instaurou o processo democrático no país. Em 1988, após vários massacres entre as duas etnias rivais, criou uma Comissão para a Reconciliação Nacional. Na altura nomeou um governo de maioria *hutu* e ordenou que as duas etnias tivessem o mesmo número de assentos no Comité Central de Uprona.

Sylvestre Ntibantunganya, o presidente agora deposto, eleito em 1994, definiu a partilha de poder entre *tutsis* e *hutus*.

Cronologia

1993

21 de Outubro: Melchior Ndadaye, o primeiro presidente *hutu* do Burundi, eleito em Julho de 1993, é assassinado num golpe de Estado fomentado pelos militares *tutsis*, que, no entanto, sai frustrado. Esta acção é seguida de massacres que vitimam 50 mil pessoas nas duas etnias.

1994

13 de Janeiro: O *hutu* Cyprien Ntaryamira é eleito presidente.

6 de Abril: os presidentes burundês, Ntaryamira, e ruandês, Juvenal Habyarimana, são mortos na explosão do seu avião, abatido sobre Kigali.

30 de Setembro: Sylvestre Ntibantunganya, *hutu*, presidente interino desde 7 de Abril, é eleito presidente. Os partidos tinham assinado dia 10 uma convenção de governo que partilhava o poder entre a oposição (Unidade para o Progresso Nacional-UPRONA, *tutsi*) e a maioria (Frente para a Democracia no Burundi-FRODEBU, *hutu*).

1995

24 a 26 de Março: Violentos combates em Bujumbura entre extremistas *hutus* e o exército (maioritariamente *tutsi*) fazem mais de 500 mortos. Trinta e cinco mil pessoas, sobretudo *hutus*, refugiam-se no Zaire.

11 de Dezembro: Segundo os Médicos Sem Fronteiras, 10 a 15 mil pessoas foram massacradas desde o início de 1995.

1996

Fevereiro e Março: Os combates entre o exército e os rebeldes *hutus* fazem centenas de mortos.

29 de Abril: Num mês, 27 000 burundeses refugiam-se no Zaire apesar do encerramento da fronteira.

3 de Maio: Segundo a rebelião *hutu*, o exército dispara sobre uma multidão em Musigati (noroeste). A Amnistia Internacional afirma que «pelo menos 300 pessoas foram mortas por soldados».

28 de Maio: A França anuncia a suspensão da cooperação militar.

4 de Junho: Novas conversações na Tanzânia entre a FRODEBU e a UPRONA, depois de uma primeira sessão frustrada de trabalho em Abril. Três membros do Comité Internacional da Cruz Vermelha - dois suíços e um italiano - são mortos em Mugina durante uma emboscada. A organização retira-se do país.

12 de Junho: A Amnistia afirma que grupos armados do Burundi, *tutsis* e *hutus*, «mataram arbitrariamente e deliberadamente dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças desarmados».

17 de Junho: Howard Wolpe é nomeado como representante dos Estados Unidos «para as negociações de paz no Burundi», onde, segundo a Casa Branca, mais de 100 000 pessoas foram mortas desde o início de 1994.

25 de Junho: Na Cimeira de Arusha sobre o Burundi, o governo pede, pela primeira vez, aos seus vizinhos africanos «assistência» militar para fazer parar os massacres. A UPRONA apela à «resistência» contra os «actos de traição» da cimeira.

Inícios de Julho: cerca de 7 mil burundeses refugiam-se no Ruanda e no Zaire, fugindo aos combates no noroeste.

3 de Julho: A rebelião *hutu* acusa o exército de ter morto «mais de mil civis *hutus*» a 27 de Junho na província de Cibitoké. O exército burundês desmente.

5 de Julho: Vários milhares de opositores *tutsis* ao presidente Ntibantunganya (*hutu*) - apoiados pelo primeiro-ministro Antoine Nduwayo (*tutsi*) - manifestam-se em Bujumbura «contra as intervenções estrangeiras» no Burundi.

10 de Julho: A cimeira da Organização de Unidade Africana em Yaoundé reitera as conclusões da cimeira de Arusha.

15 a 21 de Julho: Jovens *tutsis* manifestam-se em Bujumbura contra intervenções militares estrangeiras, reclamando a sua «integração temporária no exército».

8 de Julho: A situação «tornou-se insustentável» no Burundi, onde as vítimas se contam por milhares de mortos, segundo o relator especial das Nações Unidas.

19 de Julho: É anunciado que mais de 300 civis *hutus* foram mortos entre 15 e 25 de Junho na província de Gitega durante três operações levadas a cabo pelo exército contra a rebelião.

20 de Julho: Cerca de 330 *tutsis*, essencialmente mulheres e crianças, são massacrados no campo de refugiados de Bugendana.

23 de Julho: Cerca de 13 500 refugiados ruandeses *hutus* foram expulsos do norte do Burundi, segundo o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

Acolhido à pedrada, o presidente Ntibantunganya é obrigado a deixar Bugendana, depois de ter sido violentamente cercado pela multidão que assistia aos funerais dos 330 *tutsis*.

24 de Julho: A UPRONA denuncia a convenção de governo de Setembro de 1994, sob a qual foram fundadas as instituições burundesas.

O presidente Ntibantunganya refugia-se na residência do embaixador norte-americano em Bujumbura.

Esta cronologia foi feita com base em dados veiculados pela Lusa.

coronel mistério escondido na Europa de Leste, Paul Gaybort, montaram uma base em Varsóvia, na Polónia, para planear a destituição do presidente Lukashenko, assumidamente comunista. Na Bielorrússia, o ministro do Interior afirmou que o serviço de segurança tinha sido alertado para a alegada conspiração norte-americana já há algum tempo. Num contexto de agitação social, previsto para o início de Agosto, alguns dirigentes da Frente Popular (nacionalista) deveriam ser assassinados. A imprensa acusaria, então, o presidente de ser instigador dos assassínios, de forma a que o parlamento aprovasse uma moção de destituição de Lukashenko.

Irão-Iraque

O norte do Iraque, a base do Partido Democrático do Curdistão do Irão (PDKI), foi alvo de pesados bombardeamentos do exército iraniano, no domingo. Segundo o PDKI, 2 mil soldados do Irão entraram três dias antes naquela zona, transportados por 200 veículos e levando consigo armamento de todos os calibres. Dos bombardeamentos resultaram pelo menos oito mortos do lado dos independentistas. Um responsável do exército iraniano adiantou que «as operações de limpeza prosseguirão até à evacuação total das regiões fronteiriças e à retirada dos assaltantes». O PDKI divide o controlo do Curdistão iraquiano com a União Patriótica do Curdistão desde a revolta curda contra o governo de Bagdad, em 1991, aquando da Guerra do Golfo.

Foro de São Paulo

O IV Encontro do Foro de São Paulo, em que participaram mais de quatrocentos representantes de partidos políticos e organizações de esquerda da América Latina, condenou vivamente o neoliberalismo e o bloqueio económico dos Estados Unidos a Cuba. Nas palavras do brasileiro Luís Lula da Silva, do PT, «não é possível que os bloqueios sejam usados como forma de pressão política», pois «quem sofre são as crianças e os anciãos, as pessoas que estão apenas querendo sobreviver». A iniciativa, realizada durante três dias em São Salvador, assistiram como observadores delegados de organizações de Espanha, Vietname, Coreia do Norte, Uganda e Zimbabwé.

Reacções internacionais

O secretário-geral das Nações Unidas declarou, em comunicado, que «a comunidade internacional não aceitará, em caso algum, uma mudança de governo através da força ou outros meios ilegítimos».

Por seu lado, a Organização de Unidade Africana (OUA) considerou que a acção dos militares tinha uma «ilegalidade inaceitável». «Este golpe de Estado é contrário à vontade do povo burundês e de África», disse o secretário-geral da organização.

Tanto os Estados Unidos como a Alemanha e o Canadá

Espanha ETA volta a atacar

Anunciando previamente os atentados que iria perpetrar, a ETA actuou na passada semana perante a passividade forçada do governo e das forças de segurança espanholas. Depois de uma trégua de sete dias, interpretada como sinal da sua pretensa fragilidade, a guerrilha basca conseguiu assustar cidadãos de diversas nacionalidades, que actualmente se encontram a passar férias em Espanha, e, ao mesmo tempo, chamar a atenção internacional para a sua causa.

Descontente com as condições exigidas pelos membros do pacto de Ajuria Enea, que exigem a libertação imediata do guarda prisional há mais de 170 dias sequestra-

do e a aceitação pública pela ETA do estatuto político do País Basco, a organização independentista não hesitou em levar a cabo mais atentados.

Tudo indica que estas novas acções dos etarras têm como fonte os novos activistas juvenis que nos últimos meses se têm juntado à organização.

Por seu lado, o Governo de José Maria Aznar fechou as portas a qualquer tipo de diálogo, anunciando que «não haveria quaisquer contactos com os terroristas», e desencadeou um conflito com o Partido Nacionalista Basco, apoiante parlamentar do Governo, ao atacar os seus membros por estes defen-

derem o diálogo com os independentistas.

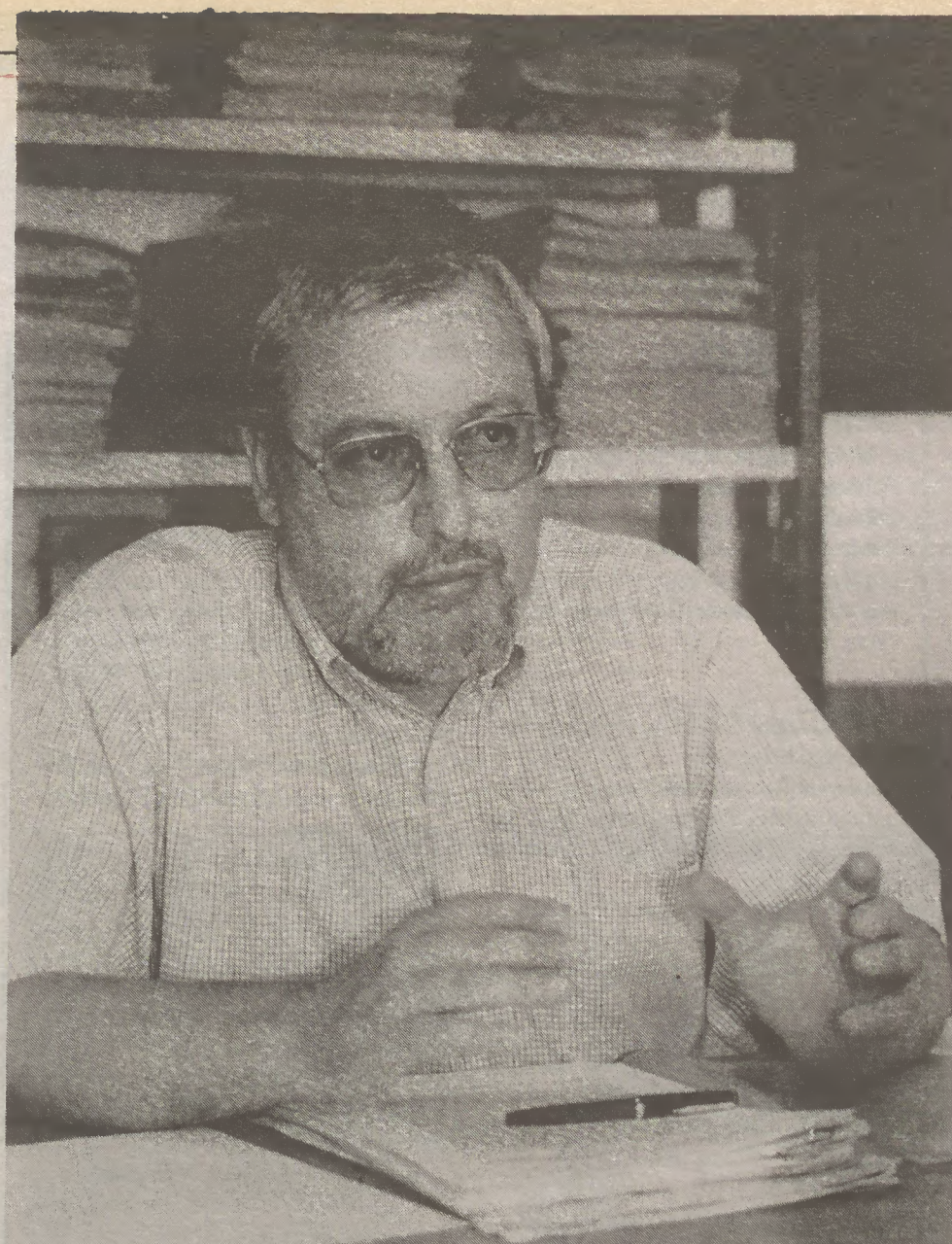
No dia 23, as polícias espanhola e francesa conseguem deter Julio Egorrola, o dirigente número três da ETA, no sul de França. Algumas horas depois, um automóvel armadilhado explodia em San Sebastian, ferindo um português naturalizado espanhol.

No dia seguinte, um comando é detido em Pontevedra, na Galiza. O Ministério do Interior espanhol disse que o referido comando se preparava para uma acção terrorista na região, muito possivelmente contra o presidente do Governo Autónomo, Manuel Fraga Iribarne.

Texto: Henrique Custódio

Fotos: Jorge Caria

Entrevista com Henrique de Sousa



Um mar de problemas

Considerando que os graves problemas dos imigrantes em Portugal não se resolvem com «operações mediáticas» como a do sr. Alto Comissário para a Imigração que, há dias, visitou concelhos da Margem Sul acompanhado duma deputada do PS, «pelos vistos esquecido do peso político e autárquico do PCP na zona, e que existem deputados do PCP e de outros partidos», visita, aliás, que «curiosamente se esqueceu de dois concelhos (Almada e Seixal) onde se localizam grandes comunidades imigrantes e onde as autarquias têm feito um bom trabalho», Henrique de Sousa identificou alguns desses (outros) problemas e propôs soluções, que estão perfeitamente ao alcance do actual executivo socialista. Assim ele tenha a vontade política necessária para o fazer...

Um desses problemas, é o da discriminação dos imigrantes no acesso à habitação social e ao emprego.

«Nesta matéria», afirma Henrique de Sousa, «é urgente a revogação do Decreto Nº 97/77, que estabelece em 10% o limite dos imigrantes assalariados numa empresa, o que não resolve o problema do desemprego dos portugueses e apenas incentiva o trabalho clandestino e ilegal dos imigrantes, alargando, por essa via, a precariedade e a exploração de todos os trabalhadores, imigrantes ou não». E acrescentou:

«Aqui, foi positivo o protocolo conseguido entre os sindicatos ligados à CGTP-IN e a EXPO'98, no sentido de garantir que, nas empreitadas, os trabalhadores estejam perfeitamente legalizados, barrando o caminho ao trabalho clandestino».

Outra legislação que urge revogar é o Decreto-Lei Nº 70/77, que «discrimina os imigrantes no acesso à habitação social por concurso», bem como é necessário alterar a Lei que regula a entrada, saída, permanência e expulsão de estrangeiros, que, «no seu actual conteúdo, dá poderes discricionários ao SEF e às autoridades administrativas, designadamente na determinação de internamento dos imigrantes em situação ilegal nos famigerados Centros de Instalação Temporária, que mais se assemelham a efectivos centros de detenção».

Também é urgente «eliminar os muitos obstáculos administrativos que, até hoje, continuam a levantar problemas e a dificultar o reagrupamento das famílias dos imigrantes».

Finalmente há «a grande importância que o Estado e a sociedade têm que atribuir à integração dos jovens de segundas e terceiras gerações, oriundos de famílias de imigrantes e portugueses de nascimento, para quem urge criar condições de integração plena na escola, no emprego, na cultura, no desporto, na sociedade a que pertencem de pleno direito».



“Os problemas dos imigrantes em Portugal excedem, largamente, esta grave questão da legalização (...), quer nas dificuldades de reagrupamento familiar, quer nas discriminações laborais, culturais, sociais e de habitação de que são objecto os imigrantes em Portugal”

Legalização de inigrantes em Portugal

O tempo esgota-se e o drama continua

legalização, dado o relativo fracasso e as deficientes condições em que funcionou o anterior período de regularização (entre 1992 e 1993) e que foi marcado por uma visão autoritária, administrativa, burocrática e centralista do Governo do PSD e que logo na altura suscitou severas críticas.

Basta referir que, no balanço público, segundo dados oficiais, contribuiu apenas para a legalização de 39 116 emigrantes, sendo conhecido que são pelo menos da ordem das dezenas de milhares (não há dados fiáveis) o número de imigrantes ilegais, na sua grande maioria dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's).

Tudo indica que são mais numerosos os imigrantes clandestinos que os que foram legalizados, o que mostra a falência relativa desse primeiro processo de legalização.

Nesse caso, quais são as grandes deficiências deste processo de regularização?

Sinteticamente, são quatro:

- A obrigatoriedade da renovação anual da autorização de residência nos primeiros três anos após a legalização.

- A exiguidade dos prazos para recurso.

- A discriminação negativa sobre os cidadãos não originários dos PALOP's, que não têm direito a este processo se chegaram a Portugal após a entrada em vigor dos acordos de Schengen (25 de Março de 1995).

- A inviabilização do processo apresentado por algum cidadão requerente da legalização, se estiver mencionado no Sistema de Informações Shengen para efeitos de não admissão por parte de outro país membro do sistema.

São deficiências graves, que parecem comprometer seriamente a credibilidade e, sobretudo, a eficácia do processo de legalização...

São deficiências que revelam, mais uma vez, a hipocrisia de um Governo que, por um lado, faz o discurso da compreensão para com os problemas da imigração em Portugal, nomeadamente a proveniente dos PALOP's, e, por outro, continua a colaborar na construção xenófoba da chamada «Europa fortaleza», submetida aos acordos de Schengen e ao Tratado de Maastricht, que visam responsabilizar e culpabilizar os imigrantes pelo aumento do desemprego e da criminalidade e estabelecer barreiras à sua inserção nos países da União Europeia onde trabalham e vivem.

Entretanto, houve propostas do PCP que, se tivessem sido acolhidas pela Lei que regulamentou esta Legalização Extraordinária, teriam evitado diversos problemas...

...Problemas que já são visíveis neste mês e meio que o processo leva de realização, como se fossem a sequência da recusa das propostas avançadas pelo PCP.

Um, foi a não consagração legal duma parceria contratualizada, envolvendo as autarquias locais e as associações de emigrantes com o Governo, que garantisse um processo de legalização mais participado, mais descentralizado, com uma definição clara de direitos, obrigações e meios de intervenção das instituições participantes e que valorizasse o decisivo papel que as autarquias locais podem ter neste processo de regularização pela sua relação mais próxima e directa com as comunidades de imigrantes.

Outra: apesar de ter sido acolhida a proposta do PCP quanto ao assegurar da participação das associações de imigrantes no processo, isto apenas foi aceite de modo genérico, não tendo sido definidos, como propúnhamos, o tipo de apoios a conceder às associações para a sua intervenção.

Finalmente, não foi acolhida a nossa proposta de formação de uma comissão consultiva que fosse constituída por representantes das associações de imigrantes, que acompanhasse todo o processo e pudesse propor aperfeiçoamentos, incluindo a hipótese de um alargamento do período de legalização, se tal viesse a ser considerado necessário.

Que comentário fazes a essas opções governamentais?

Este: o partido do Governo, ao não acolher estas propostas, revelou não ter compreendido e assimilado todas as lições dos problemas verificados durante o processo de legalização do consulado cavaquista, optando por manter uma atitude centralista no plano dos poderes de decisão e dos meios e tendo das associações de imigrantes, do movimento anti-racista, das autarquias e dos sindicatos uma visão sobretudo instrumentalizadora.

Mês e meio depois de iniciado o processo extraordinário de legalização, que faz o Governo?

Aos apoios prometidos, às candidaturas apresentadas pelas associações de imigrantes e pelo movimento anti-racista nos Governos Cívicos e ao Alto Comissário, a resposta continua a resumir-se a adiamentos e promessas vagas, quando estamos a quatro meses e meio do final do processo de legalização.

As propostas do PCP

No seu programa eleitoral às eleições legislativas do ano passado, o PCP já exigia «a abertura de um novo processo de regularização dos imigrantes em situação ilegal, assegurando condições adequadas e medidas de apoio para a sua concretização, apoiando nomeadamente a intervenção directa, nesse processo, das associações representativas desses cidadãos».

Esta era a primeira das medidas prioritárias preconizadas pelo PCP em defesa dos direitos fundamentais dos imigrantes no nosso País e no quadro da exigência de uma nova política de imigração.

As outras medidas eram as seguintes (e continuam a ser, porque o PCP não faz reivindicações para as esquecer ao sabor das conveniências):

- A eliminação de restrições impostas aos imigrantes no acesso à habitação social e a concessão de apoios específicos no acesso à habitação;
- O combate às discriminações no acesso ao emprego e nas condições de trabalho;
- A extensão dos esquemas de protecção social e jurídica aos trabalhadores imigrantes;
- A garantia de condições de igualdade no acesso ao ensino e à saúde;

- A existência de programas específicos visando o respeito pela identidade cultural dos imigrantes, através de medidas de promoção cultural e de protecção dos seus usos e formas de expressão cultural originárias;
- O apoio às associações representativas das comunidades imigrantes;
- A revogação da possibilidade de expulsão por decisão meramente administrativa e das medidas detentivas inconstitucionais;
- A responsabilização efectiva do Estado, através de uma entidade ou estrutura responsável, pela inserção social das comunidades imigrantes na sociedade portuguesa.

O MAI limitou-se à editar uns folhetos e uns cartazes um mês depois de iniciado o processo, ainda por cima pedindo às autarquias, aos sindicatos e às associações de imigrantes que os distribuíam...

Então, o que era exigível que o Governo fizesse, e não fez?

Exigível, é o termo, por isso se pergunta:

Onde está a campanha de informação que cabe ao Governo realizar, com meios de intervenção próprios?

Onde está a campanha de esclarecimento dirigida aos imigrantes pela TV, rádio e jornais, para vencer os receios, os medos e a desinformação de quem, como os imigrantes, se encontra fragilizado na sua relação com o Estado e com a sociedade?

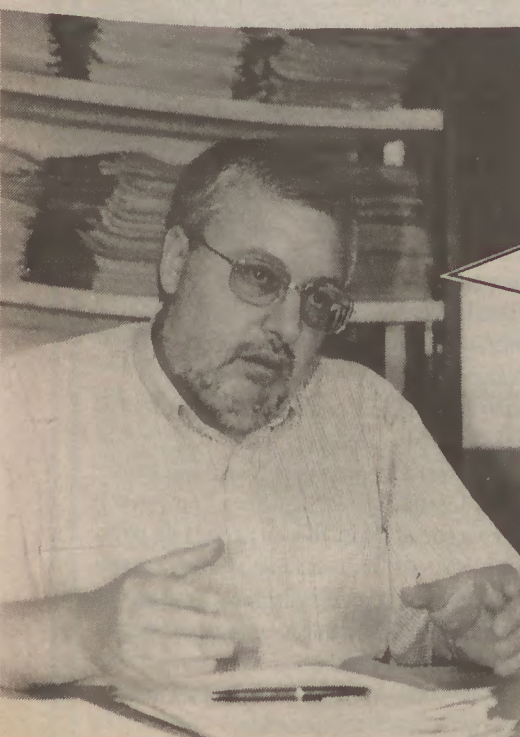
Onde está a campanha de esclarecimento dos próprios cidadãos portugueses, para conquistar uma mais profunda compreensão e apoio a esta campanha e às vantagens da boa inserção social, cultural e cívica dos imigrantes na sociedade portuguesa, como contributo positivo para fazer progredir os factores de coesão social, convívio e harmonia da sociedade?

Acreditamos a todo isto, mês e meio depois do início do processo de legalização, onde está o Decreto regulamentador da Lei (que foi prometido), que dê clareza e um enquadramento mais responsável e rigoroso deste processo, designadamente quanto ao papel e aos apoios, prometidos mas não cumpridos, às associações?

Todavia, mês e meio depois de iniciado o processo, há-de haver resultados já conseguidos e apurados...

Estão, neste momento, apresentados nos postos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), até 24 de Julho, 8487 processos de legalização. Mas, na verdade, se há 8487 processos de legalização entregues - número, apesar de tudo, baixo relativamente ao volume previsto -, isso deve-se ao intenso trabalho que, com meios reduzidos e sem apoio, o PCP, as autarquias e as associações de imigrantes e os sindicatos vão realizando através de acções de esclarecimento, de emissão de materiais próprios, de criação de postos e serviços de atendimento e de apoio.

Entretanto o Governo - que recusou as propostas do PCP para reforço na Lei do papel das autarquias e das associações - pretende agora,



“Assinale-se o desenvolvimento preocupante de concepções de cariz racista, visando manipular e culpabilizar os imigrantes pelos graves problemas de desemprego, criminalidade e de droga existentes na sociedade portuguesa e cujas causas profundas não radicam nos imigrantes enquanto tal, mas na política de direita, de exclusão e desigualdade que a mesma tem engendrado”

pelo seu procedimento, atirar para as costas destas as responsabilidades da informação sem meios ao dispor, mas pouco ou nada faz para superar, com meios próprios, o fosso de desconfiança que separa os imigrantes clandestinos do processo de legalização.

Desconfiança que tem razões bem concretas...

Sem dúvida! Um exemplo: o imigrante clandestino, para se dirigir a um posto do SEF para apresentar o seu processo de legalização (SEF esse, recorde-se, que tem funções de polícia), sente esse acto como uma atitude de risco em relação ao seu futuro em Portugal. Por isso, o Governo - se é verdadeiro nas boas palavras que profere a favor dos imigrantes - não pode abdicar da sua responsabilidade em dar confiança e garantias, com o peso do Estado, em todo este processo.

Qual tem sido a intervenção do PCP, em todo este processo?

Por um lado, a nossa intervenção nesta Lei está em coerência com o nosso Programa Eleitoral de 1995 (ver caixa). Por outro, temos a nossa intervenção no terreno.

O PCP tem sido a única força política que tem realizado, desde o início de Junho, uma campanha de diálogo, esclarecimento e informação com as comunidades e associações de imigrantes, sobre o processo de legalização.

Nesta campanha, têm-se empenhado dirigentes nacionais e locais do PCP, deputados e autarcas. Sabem-no bem os imigrantes com que temos dialogado nos bairros da Pedreira dos Húngaros (Oeiras), das Fontainhas ou Santa Filomena (Amadora), de Santa Marta dos Corroios ou Quinta do Cabral (Seixal), do Afonsoeiro (Montijo), no Barreiro, no bairro do Forno da Cal (Belas) e vários outros.

Enão fomos lá pedir votos. Fomos lá dialogar, informar da lei e do processo, ouvir para preparar novas iniciativas políticas e legislativas do PCP que ajudem a responder aos muitos problemas dos imigrantes em Portugal.

Para terminar...

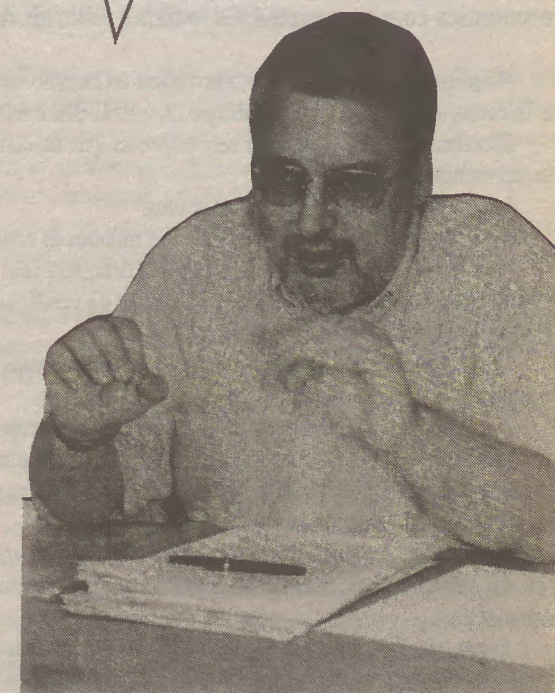
...Para terminar, assinala-se o seguinte: sendo muito importante que este processo de legalização seja bem sucedido e corrigidas as suas notórias insuficiências, importa frisar que os problemas dos imigrantes em Portugal excedem, largamente, esta grave questão da legalização.

Nas reuniões que temos realizado e no contacto com estas comunidades, são numerosos e dramáticos os problemas humanos com que nos

temos defrontado, quer na dificuldade da aquisição da nacionalidade portuguesa, quer nas dificuldades de reagrupamento familiar, quer nas discriminações laborais, culturais, sociais e de habitação de que são objecto os imigrantes em Portugal.

Acrescente-se, a isto, o desenvolvimento preocupante de concepções de cariz racista, visando manipular e culpabilizar os imigrantes pelos graves problemas de desemprego, criminalidade e de droga existentes na sociedade portuguesa e cujas causas profundas não radicam nos imigrantes enquanto tal, mas na política de direita, de exclusão e desigualdade que a mesma tem engendrado.

“As deficiências neste processo revelam, mais uma vez, a hipocrisia de um Governo que, por um lado, faz o discurso da compreensão para com os problemas da imigração em Portugal, nomeadamente a proveniente dos PALOP's, e, por outro, continua a colaborar na construção xenófoba da chamada "Europa fortaleza"”



Portugueses sem pátria

A dificuldade de aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização é outro dos problemas que afligem os imigrantes em Portugal. «Assinale-se nesta matéria», disse-nos Henrique de Sousa, «o contraste entre as boas palavras do Governo para consumo público e a sua prática discriminatória e xenófoba, em consonância com os ditames de Schengen e Maastricht».

Considerando que «um exemplo concreto basta para ilustrar o que se passa», relatou-nos.

«Na nossa deslocação ao bairro da Pedreira dos Húngaros, encontramos uma trabalhadora com actividade legalizada numa empresa de limpeza. É de origem cabo-verdiana, está em Portugal desde 1975 (portanto há 21 anos), vindo na altura encontrar-se com os seus pais, que já cá se encontravam desde 1968. Tem uma filha de oito anos nascida, obviamente, em Portugal. Pois, por incrível que pareça, as autoridades portuguesas têm, até hoje, recusado a aquisição da nacionalidade tanto à mãe, que trabalha e vive no nosso País há 21 anos, como à filha, que nasceu em Portugal!»

«Isto apesar da Lei da Nacionalidade dizer, taxativamente, no seu Artº 6º que o Governo pode conceder a nacionalidade portuguesa aos estrangeiros que o requirem, desde que sejam maiores ou emancipados, residam em território português há pelo menos 6 ou 10 anos (conforme oriundos dos PALOP's ou de outros países), conheçam suficientemente a língua portuguesa, tenham idoneidade cívica e capacidade para assegurarem a sua subsistência».

«É, flagrantemente, o caso desta senhora... e de muitas, muitas outras pessoas».

«Entretanto, como se vê pelo próprio relatório do SEF de 31 de Dezembro de 1995, nesta data estavam pendentes 2440 pedidos de aquisição de nacionalidade portuguesa por naturalização (dos quais, 783 foram apresentados em 1995, o que significa que os restantes 1657 já vinham de anos anteriores). Informa também o relatório que o ano passado só houve 30 deferimentos destes pedidos, menos ainda que os já escassos 144 concedidos no ano anterior».

«É nesta cruzada dos números que se averigua o que valem as boas palavras do Governo socialista», comentou Henrique de Sousa. «Obviamente, o que daqui se retira é um escrupuloso cumprimento dos ditames da Comunidade Europeia em matéria de imigração. De facto, apenas os compromissos assumidos pelos governantes portugueses com a Comunidade Europeia podem explicar esta prática de, na secretaria e de forma administrativa, obstaculizar a natural e legítima aquisição da nacionalidade portuguesa por parte de muitos cidadãos perfeitamente inseridos na sociedade portuguesa, que cá residem há muitos anos e contribuem para o desenvolvimento de Portugal».

EM FOCO

A privatização do futuro

A fase de aceleração do processo de privatizações por parte do Governo de Guterres, inserida no programa delineado para não deixar pedra sobre pedra daquilo que constitui o melhor património público empresarial, a concretizar-se, seria um verdadeiro acto de agressão à nossa soberania económica com consequências sociais e laborais de uma gravidade incalculáveis.

No primeiro lote de empresas a privatizar o Governo incluiu a Telecom, a Cimpor, a EDP, a Tabaqueira, o BFE/BBI e o BTA. Escolheu a "nata". Optou por seis empresas que, no conjunto, apresentam estes números:

Lucros em 1995: 157 milhões de contos.

Impostos pagos ao estado em 1995: 271 milhões de contos.

Numa visão economicista e imediatista os defensores das privatizações sobrevalorizam o encaixe resultante da venda, silenciando no entanto algumas questões centrais:

1ª - O carácter estratégico que algumas destas empresas têm no quadro da nossa economia.

2ª - A médio prazo, diminuindo o Estado os seus haveres, vai ver-se obrigado a aumentar os impostos, a aceitar novos aumentos do seu défice líquido ou de monetizar défices posteriores para poder financiar as suas despesas.

3ª - Não são os trabalhadores nem os cidadãos que beneficiarão das privatizações, mas tão só o grande capital nacional e estrangeiro.

Antes, porém, convém lembrar os autênticos processos de mão baixa nas avaliações, nomeadamente da Telecom, que começou por ser avaliada em 1200 milhões de contos para baixar até 665 milhões, ou seja, pouco mais de metade do seu valor real.

Com um chocante à-vontade, um responsável do Governo de Guterres veio afirmar em público que depois destas seis empresas haverá uma privatização de 15 em 15 dias, vangloriando-se que, isto sim, é um processo coerente e eficaz, ao contrário dos repêlões privatizadores do executivo cavaquista.

O próprio Primeiro-Ministro, após a derrota do projecto-lei do PS que visava o acesso, sem condicionamentos e sem limites, do grande capital estrangeiro às acções das empresas a privatizar, fazendo queixas pouco dignificantes ao governo alemão, afirmou que "haveria que contornar a Lei". Não foi original na medida em que, já em 1982, após a revisão da Constituição que manteve os princípios consagrados do SEE na Lei Fundamental, o então Primeiro-Ministro de circunstância, Balsemão, afirmou a necessidade de se "tornar a Constituição".

O Governo do PS não quer só "vender a prata da família". Quer hipotecar o futuro.

Um processo de grande fôlego

É evidente que qualquer análise ou medidas relacionadas com o Sector Público Empresarial comparadas com a de outros países da Europa Ocidental pressupõem uma questão prévia: em Portugal houve uma Revolução que provocou alterações económicas e sociais profundas, designadamente abalando todos os alicerces onde se sustentavam umas quantas famílias monopolistas. Através das nacionalizações retirou-se poder e privilégios a uns quantos em benefício de milhões de portugueses e centenas de milhares de trabalhadores.

Com a direita no poder era necessário passar à ofensiva, faseada é certo, hostilizando e denegrindo o SEE.

Numa formidável campanha ideológica agitavam-se os papões do "esbulho aos legítimos proprietários", inflacionavam-se os prejuízos, colocavam-se autênticas ninhadas partidárias ou homens de mão do grande capital na gestão das empresas que, salvo honrosas excepções, levavam por diante as medidas económicas, financeiras, sociais e laborais mais odiosas contra os trabalhadores e o público utente.

Era necessário demonstrar que a gestão pública era igual ou pior que a privada.

Assim se destruíram, desmantelaram e desmembraram grandes empresas, endividaram-nas obrigando-as a recorrer

a empréstimos externos, reduziram ou degradaram os serviços prestados, eliminaram milhares de postos de trabalho efectivos enquanto aumentavam os "boys" em conformidade com o Governo da ocasião.

Citemos dois exemplos:

A Quimigal EP tinha, em 1983, 11 300 trabalhadores e 11 membros da Administração e do Conselho Fiscal. Em 1995 restavam 2167 trabalhadores e o número de membros dos órgãos sociais cresceu para 134.

A Portucel, em 1983, empregava 6800 trabalhadores e tinha 11 membros na Administração e no Conselho Fiscal. Em 1995 existiam só 2988 postos de trabalho efectivos, crescendo para 98 o número de membros nos órgãos sociais. E são estes "boys" os maiores paladinos da privatização na esperança do reconhecimento e da recompensa do grande capital.

Foi com este pano de fundo que surgiu a Lei Quadro das privatizações enfeitada de solenes declarações do PS e do PSD quanto à



"garantia dos direitos legais e contratuais dos trabalhadores", da necessidade de criar condições para o surgimento de grupos económicos nacionais dinâmicos virados para o investimento. Até fez moda a teoria do "capitalismo popular", com a ilusória atribuição de um pequeno número de acções aos trabalhadores, que obviamente se desfaziam delas na primeira oportunidade após o ganho de alguns cobres, descobrindo por vezes tardiamente que de accionistas passavam rapidamente à condição de excedentários.

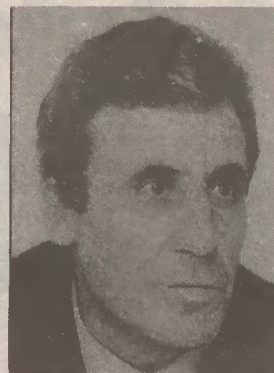
Os objectivos estratégicos do grande capital, a sua pressa em apoderar-se das principais alavancas da economia, já não se compadecem com cenários gastos, nem com tempos mortos! Satisfeitos os apetites das velhas famílias monopolistas e agora já em nome de Maastricht, da moeda única, da globalização da economia, procede-se a uma fantástica concentração e centralização de capitais com as múltiplas reestruturações. À nossa escala, o Governo do PS assume-se como o protagonista que conjunturalmente melhor serve ao grande capital nacional e estrangeiro para continuar a política de privatizações que o coçado Governo de Cavaco Silva já não tinha força nem apoio para realizar.

Nada escapa à gula do capital. Nem a CP, a quem a Revolução de Abril deu uma dimensão de serviço social em benefício da população utente.

Após sucessivas gestões desastrosas que se transformaram em autênticos casos de polícia, encerraram-se 900 quilómetros de via e 250 estações e apeadeiros. Eliminaram-se 7800 postos de trabalho efectivos, os prejuízos multiplicaram-se por onze, pulverizaram a empresa em 14.

Não bastava! Para entregar "carne limpa e sem osso" ao grande capital, o Governo quer partir o que resta criando uma empresa com a infra-estrutura e outra dos comboios de passageiros e mercadorias. Com uma clareza brutal um responsável do Governo afirmou que "o que se está a criar são as condições de privatização, porque ninguém, face ao estado em que se encontra o caminho-de-ferro, iria querer explorar uma linha."

Assim mesmo! Decalcando a desastrosa experiência de Thatcher o Estado investe, desmembra e despede com um objectivo:



JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

Não são os trabalhadores nem os cidadãos que beneficiarão das privatizações, mas tão só o grande capital nacional e estrangeiro.

privatizar, endeusar o lucro com sacrifício do carácter social do caminho-de-ferro.

A defesa do SEE

Recentemente, na vizinha Espanha, as duas centrais sindicais reuniram e decidiram avançar para uma greve geral, caso o Governo de Aznar concretize o programa de privatizações, que em nada difere do programa de privatizações do executivo de Guterres.

No nosso país não se espera, obviamente, da UGT uma posição que convirja para a unidade na acção na defesa do SEE. Mas a CGTP e as comissões de trabalhadores, onde participam muitos trabalhadores socialistas, num esforço notável, contra a corrente, quase sempre silenciado pelos grandes meios de comunicação social, persistem na acção e na denúncia contra esta fúria privatizadora que o cavaquismo iniciou e o Governo PS acelerou. É um combate desigual com resultados pouco visíveis mas que é necessário continuar. E ele começa em cada empresa ameaçada de privatização, alertando, consciencializando e envolvendo os trabalhadores, tendo como referência e ponto de partida os seus interesses e direitos, situando responsáveis e denunciando responsabilidades, demonstrando que nas empresas a privatizar, ou já privatizadas, os trabalhadores perderam sempre no plano do emprego, dos salários e dos direitos. Também aprendemos com a experiência alheia. E porque já se indicia a privatização da Saúde, da Segurança Social, de serviços de Administração Pública, da água, há que lembrar (porque já o ouvimos da boca da ministra da Saúde do Governo de Guterres) a frase de Thatcher quando chegou ao poder: "O melhor meio para melhorar a eficácia dos serviços públicos era confrontá-los com as forças do mercado", isto é, privatizá-los. Fez-se a coisa. E hoje Londres tem, proporcionalmente a Roma, Paris ou Berlim, menos 50% de camas em hospitais; mais de um milhão de súbditos de sua Majestade estão em longas listas de espera para serem tratados; e uma simples operação custa uma fortuna.

Em França, o poder autárquico, após a privatização de serviços de água, esgotos e lixos, teve de despedir em massa. Em todo o lado onde se processaram as privatizações diminuiu o emprego e perderam-se direitos. É essa a lógica implacável do lucro e da natureza do grande capital, que vê as empresas como fonte de lucro e não um empreendimento onde seres humanos com o seu trabalho lhe dão razão de ser na sua dimensão social. Também aqui Guterres rapidamente se esqueceu do seu slogan repetido até à exaustão: "As pessoas estão primeiro".

É um combate que não pode ser só dos trabalhadores e das suas organizações, que exige um redobrado alerta aos portugueses e ao público utente.

Não levou a EDP, por exemplo, a electricidade a mais de 1200 localidades do interior, tal como a Telecom abrindo linhas até às zonas mais isoladas e remotas? Alguém acredita que uma multinacional que se apodera destas empresas investirá nessas regiões mais isoladas, que terá preocupação com o carácter social do serviço a prestar?

Não é significativo que com a privatização da RN se esteja a suprimir carreiras só porque não dão lucro suficiente? Que com a privatização da CP à vista se processou a eliminação de quase mil quilómetros de via, centenas de estações e apeadeiros? E não são os enormes lucros gerados pela Telecom, Cimpor, Tabaqueira, BFE/BI e BTA, tal como a EDP e Caixa Geral de Depósitos, usados pelo Estado para investimento, em desenvolvimento e emprego? E que, perdidas estas receitas, daqui a poucos anos terão de ser aumentados os impostos dos cidadãos para reforçar as necessidades orçamentais?

Para os comunistas, defender, reestruturar e modernizar o Sector Empresarial do Estado é defender o futuro, é garantir importantes alavancas económicas para impulsionar o desenvolvimento, é, como diz a Constituição da República, "promover o bem-estar económico e social e a qualidade de vida do povo, assegurar a plena utilização das forças produtivas", é salvaguardar a nossa soberania económica, nos implacáveis desafios que nos são colocados no quadro da União Europeia, ante os incensuráveis apetites das multinacionais.

Tenhamos esta consciência: travamos a batalha para impedir que o futuro de novas gerações fique hipotecado.

Vale a pena o nosso empenhamento e a nossa luta!

Palavras

e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

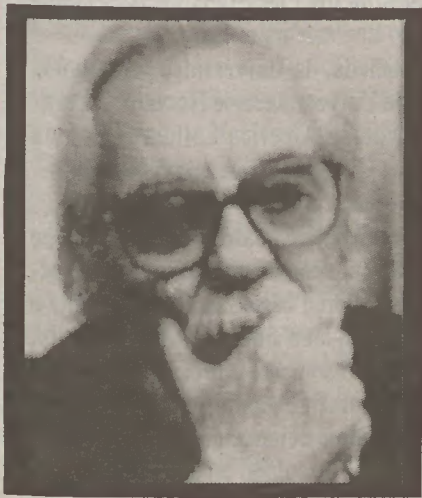


Relendo e lembrando o Miguel Serrano

Era bom como o pão de trigo da nossa terra. Tinha, entre os amigos, nas horas de charla descuidada, um humor cheio de sol e de riso, que carregava igualmente velhas dores, amarguras, indignações, como nesse conto fabuloso do seu livro *A Escada Rolante*, que se intitula «Tom Mix e a Malta da Geral», onde o Miguel Serrano retratou – e ninguém como ele o fez – o rapazio de rua da antiga vila de Moura da nossa adolescência, em contexto de repressão e desprezo; e tudo isso, berros, palavrões, socos da GNR, o tempo voltou em saudade nas linhas desse livro.

Releio, Miguel Serrano, os teus poemas e os teus contos, agora que está ainda em chaga a mágoa da tua partida, e revejo-te a correr no campo de futebol, fulgurante

na ponta-direita, com as cores do Atlético de Moura. E reimagino - te naquelas tardes calmosas e afogeadas do Verão,



quando vinhas nadar ao pego dos marmeleiros, com outros moços da vila, nas águas mansas do Ardila, tão perto do «monte» dos meus pais.

Eu na Faculdade de Letras e já repórter do *Diário de Notícias*, tu no duro da vida, subindo a pulso, esfolando-te em tantas dificuldades, conquistando arduamente a cultura possível, lendo tudo o que te vinha à mão e descobrindo por instinto o que era bom. Amavas, amaste sempre a escrita e no mundo das letras, onde começavas a entrar, fundando *A Planície*, que seria um alforre de revelações, tinhas o raro dom de saber admirar.

Desde cedo combateste o fascismo, mas acarinhavas a beleza de um poema ou de um romance, onde quer que ele aparecesse.

Apesar do muito que padeceste na hierarquizada e cruel sociedade de classes que era o Portugal de então, não te afogavam rancores. Tinhas, sim (e nisso encarnavas a tua gente) aversão aos mandões, aos endinheirados obtusos, aos grandes e pequenos carrascos daqueles por quem nos batíamos e que eram carne da tua carne.

Vi-te no *Diário Ilustrado*, nas fileiras de uma jovem e sonhadora redacção, cedo desfeita pelo poder, pelo ódio e pela traição, como não podia deixar de ser. No *República* te reencontrei e, mais tarde, no *Diário*, de novo ao lado de meu irmão Miguel.

Mas entretanto muitas horas de amizade e cavaqueira, muitos livros trocados e esperanças desfiadas nos uniram. E houve um dia inesquecível, corria o ano de 1969, com eleições que seriam, sabíamos-lo, fraudulentas, mas que nos permitiam falar, em voz alta, ao Alentejo dos pobres e chamá-lo à luta pela sua libertação. Eu era candidato a deputado pela CDE do distrito de Beja e tu estavas na comissão concelhia de Moura.

Agredido uma noite em Lisboa, até à exaustão, por pides e legionários, à saída de uma sessão no Teatro Vasco Santana, devia eu ficar sob vigilância médica. Mas a campanha chamava-me. Desmaiei, quando discursava, em Aljustrel, e ao chegar, dias depois, a Moura, à sala onde nos aguardavam os companheiros de combate e uma massa compacta, vibrante, ou melhor, expectante, de jornalistas, de camponeses, de pequenos artesãos, muitos dos quais eu conhecia por serem da minha criação ou porque haviam estado à soldada no «monte» da minha família, a tal ponto me emocioniei que, fraco como andava, os outros candidatos e meus amigos, o Célso Pinto de Almeida, o Areosa Feio, o Aníbal Costa, receberam-me que eu tornasse a desmaiar. Assim, Miguel Serrano, foste tu, tão perto de mim, quem deu voz às palavras que eu trazia escritas com o sangue de uma jura, ali evocando o outro Miguel, meu irmão, exilado no Brasil, dizendo ao povo de Moura que agarrasse com as mãos o seu destino e que a hora da libertação não podia tardar.

Tardou cinco anos, novas batalhas nos levaram ao Alentejo e agora, Miguel, que te despedes de nós – e morto, no caixão, ainda parecias sorrir, com a tua bondade folgazã e a tua forma tema de viver – agora te agradeço, uma vez mais, tudo o que generosamente disseste, escreveste sobre mim, sobre os nossos projectos, a nossa esperança, desde aquela noite de Moura.

Sessão legislativa Frustração e desencanto

Isto é visível nas iniciativas legislativas aprovadas nestes meses na AR.

Atracção pela direita

É verdade que o PCP votou favoravelmente muitas das leis aprovadas, e contribuiu activamente com os seus próprios projectos de lei para a aprovação de uma dezena de leis. Mas nas leis determinantes sobre as grandes opções económicas e sociais, o Governo e o PS solicitaram e acolheram o apoio da direita.

Foi o que sucedeu, desde logo, com a aprovação do Orçamento do Estado, caracterizado nomeadamente por uma política económica que conduz inevitavelmente ao aumento do desemprego, por deixar intocado um sistema fiscal profundamente injusto para com os trabalhadores e por em boa medida assentar num programa de privatizações que causa inveja aos próprios governos de Cavaco Silva.

Igualmente como sucedeu com a rejeição pelo PS do projecto de lei do PCP de redução do horário máximo de trabalho semanal para 40 horas e com a aprovação da vergonhosa lei de autêntica regressão social conhecida por lei da flexibilidade e da polivalência ou lei das 48 horas semanais. Ou, ainda, com a rejeição do nosso projecto de lei de reposição da idade de reforma das mulheres nos 62 anos.

E é o que inequivocamente ressaltou, no debate do estado da Nação do passado dia 11 de Julho, do espantoso apelo público formulado pelo Primeiro-Ministro ao PSD, visando a formação de um bloco central de apoio às políticas de Maastricht e à consequente aprovação do Orçamento para 1997!

Mas esta doentia atracção pela direita demonstrada pelo Governo do eng. Guterres e pelo Grupo Parlamentar do PS, não se confinam à legislação já aprovada. Ela persiste no principal debate actualmente em curso na AR, o da Regionalização/Revisão Constitucional.

A situação é conhecida: como resultado do negócio que sobre esta matéria começou por fazer com o CDS-PP e das continuadas cedências às chantagens do PSD, o PS deixou-se cair numa armadilha de autêntico bloqueio do processo de regionalização administrativa do País. Armadilha de que só poderia sair se invertesse rápida e decididamente a sua estratégia actual, fazendo avançar a regionalização com quem a defende e nos termos actualmente definidos na Constituição da República.

Mas não. O PS não dá qualquer sinal nesse sentido.

Antes pelo contrário. O prolongamento por mais 60 dias - por imposição do PS no passado dia 25 de Julho - do prazo para apreciação pública dos projectos de lei sobre as Regiões Administrativas, estendendo-o agora até 15 de Dezembro, a acrescer às referidas cedências aos adversários da regionalização no âmbito da Revisão Constitucional, só pode querer significar que o PS, também aqui, abandonou as suas posições anteriores e aderiu às teses da direita: já não está empenhado nem quer promover a regionalização administrativa do País.

Tal como sucedeu com o PSD, também o PS e o eng. Guterres, vendo-se no poder, não querem descentralizar o poder, não querem «largar» o poder.

Ao serviço dos «lobbies»

Em suma, desta primeira sessão legislativa da era pós-cavaquistas bem se pode dizer que foram criadas as condições objectivas para uma mais profícua e democrática actividade da Assembleia da República, visando fazer frente aos graves problemas económicos e sociais com que se confronta o País e dar satisfação às aspirações de mudança dos portugueses.

Mas que o Governo mostrou a ausência de capacidade e de real vontade política para atacar os problemas centrais que se colocam à sociedade portuguesa, nomeadamente o desemprego, o crescimento económico, a destruição do aparelho produtivo, a desertificação do interior e a insegurança, a pobreza e a marginalidade que se acumulam nos grandes centros urbanos.

Que o Governo e o PS se mostraram alheios ao cumprimento das suas promessas eleitorais ao Povo, mas que cada vez mais se apresentaram acorrentados e sempre disponíveis para dar satisfação aos interesses dos «lobbies», sejam eles da CIP, dos banqueiros ou dos dirigentes de futebol profissional.

E que por isso, por vontade e opção políticas do Governo e do PS, estes meses provocaram já uma indelével frustração e desencanto nos portugueses, e em particular nos trabalhadores.

A próxima sessão legislativa será decisiva e constituirá uma última oportunidade para a opção definitiva do Governo do PS. Com todas as correspondentes consequências económicas, sociais e políticas.

Mas deve dizer-se, em abono da verdade, que as esperanças de uma alteração das opções do Governo e do PS já não moram comigo...

Terminada a 1ª sessão legislativa da legislatura iniciada com as eleições de Outubro de 1995, justifica-se um balanço político da actividade global da Assembleia da República. Para isso parece-me útil recordar o quadro essencial de partida: 1) naquelas eleições foi derrotada uma maioria absoluta monopartidária, e os portugueses entenderam não conceder nova maioria absoluta de deputados a nenhum outro partido político; 2) nesse acto eleitoral, e de forma inequívoca, os cidadãos eleitores manifestaram a condenação das orientações políticas da governação do PSD e expressaram a aspiração a uma efectiva mudança de políticas no nosso País.

Em relação ao primeiro ponto do enquadramento da acção parlamentar, não me restam dúvidas de que a Assembleia da República se alterou profundamente e para melhor. Hoje, toda e qualquer iniciativa legislativa ou política que tenha de passar pela AR tem de ser aí efectivamente debatida politicamente, sujeitando-se ao contraditório das posições políticas e das opções de voto de todos os Grupos Parlamentares. Acabaram-se os (maus) tempos em que o Governo do PSD «despachava» para a AR e o Grupo Parlamentar do PSD «carimbava» sem ouvir, e muito menos considerar, as objecções e as alternativas suscitadas e apresentadas pelos partidos da oposição. Do mesmo modo que as iniciativas dos partidos da oposição deixaram de estar, à partida e independentemente da bondade do seu conteúdo, condenadas ao veto cego da maioria laranja.

Nesta perspectiva, a Assembleia da República recuperou os seus poderes constitucionais no âmbito legislativo e no da fiscalização da actividade do Governo. É positivo, mas...

Num quadro destes, em que o Governo é parlamentarmente suportado por um Partido com (apenas) uma maioria relativa de deputados, esse Governo e o seu Grupo Parlamentar têm a necessidade absoluta de procurar apoios nas oposições para as suas iniciativas legislativas e, lógica e naturalmente, de estarem abertos à aceitação de opiniões e propostas de alteração dessas opções.

O que exige uma opção política básica por parte do Governo e do seu Grupo Parlamentar: procurar um entendimento preferencial com um (ou mais, se política e ideologicamente próximos) partidos da oposição - «garantindo» assim uma lógica política de convergências que possibilite a concretização de uma linha de orientação estratégica das suas políticas - ou conduzir a sua acção política num instável e perigoso jogo tático, procurando apoios ora aqui, ora acolá.

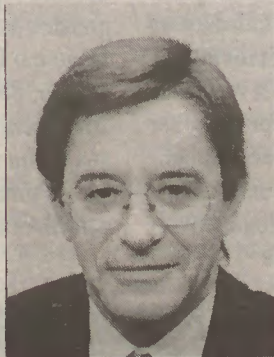
E aqui é que a «porca torce o rabo». O Governo do eng. Guterres e o Grupo Parlamentar do PS parecem ter optado pelo tacticismo procurando convergências pontuais ora à direita, ora à esquerda, ora de novo à direita e mais uma vez à direita. A verdade, porém, é que também devido a esta (perigosa) opção acabaram por privilegiar e, de alguma maneira, se amarraram ao CDS-PP, o Partido mais à direita do espectro parlamentar.

O nó górdio

As opções do Governo e do PS entroncam, fundamentalmente, com o segundo elemento de enquadramento da actividade política e parlamentar inicialmente referida. A partir do momento em que o eng. Guterres apresentou o seu Programa de Governo e, de forma mais clara, quando apresentou as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado, o Governo do PS mostrou que as suas prioridades absolutas para a actividade governativa seriam - a todo o custo e com todos os sacrifícios, injustiças e consequências económicas e sociais que isso implicasse - o cumprimento das orientações económicas e sociais do Tratado de Maastricht, com o objectivo «sagrado» de integrar a moeda única europeia.

E esta foi a questão central, o nó górdio desta sessão legislativa. As grandes orientações da política económica e social do Governo e do PS prosseguiram, no essencial, a política de direita do PSD. Ou, como afirmava o então presidente do PSD no debate do Programa de Governo do eng. Guterres, «há muitos pontos do Programa de Governo (...) que mais não são do que meras variantes das propostas do PSD, das opções de sempre do PSD e que o seu partido durante longos anos recusou e criticou».

Por isso durante esta sessão se multiplicaram as situações em que as posições assumidas e as medidas tomadas pelo Governo e pelo PS contrariaram as promessas eleitorais do PS e as posições que eles próprios defenderam quando se encontravam na oposição. Por isso que na procura de convergências na AR o Governo e o PS privilegiassem necessariamente a direita.



Octávio Teixeira

EM FOCO

A suspensão da Helms-Burton

Ao suspender o artº 3º da Lei Helms-Burton – o diploma pirata promulgado com o objectivo de estrangular Cuba – o Presidente Bill Clinton esforçou-se sem êxito por esconder a evidência: os EUA sofreram uma derrota política de enorme significado no plano internacional. O recuo norte-americano perante o protesto convergente dos seus aliados da União Europeia, do Japão, do Canadá e dos países latino-americanos não traduz somente uma vitória do povo de Cuba. Veio iluminar também o perigoso aventureirismo e a fragilidade da estratégia de dominação planetária de um Estado que, invocando a cada momento o direito e a moral, pratica uma política imperial que tripudia sobre ambos.

A Helms-Burton, farisaicamente intitulada da «Lei da Solidariedade e da Liberdade Cubana», saiu dos arquivos das comissões do Congresso onde dormitava desde o Outono de 1995, para responder a inconfessáveis interesses eleitorais. Clinton, empenhado em atrair o voto dos cubano-americanos mais radicais da Florida, não hesitou em a promulgar, não obstante ele próprio ter reconhecido em público, meses antes, que o texto continha artigos inconstitucionais e violava princípios de Direito Internacional universalmente aceites.

Teoricamente elaborada para preencher «insuficiências» da Lei Torricelli e reforçar o bloqueio, a Helms-Burton prevê entre outras aberrações jurídicas, a aplicação de sanções a empresas estrangeiras que tenham qualquer vínculo (propriedade, empréstimo ou aluguel) com bens patrimoniais que antes da Revolução pertenciam a cidadãos ou firmas norte-americanas e foram posteriormente expropriados. Entre essas sanções incluem-se a recusa de visto de entrada nos EUA a cidadãos que possam ser enquadrados na referida lei e a instauração de acções judiciais nos Tribunais americanos contra as suas empresas.

As manobras de chantagem, inseparáveis do desenvolvimento da campanha eleitoral, evoluíram de acordo com um esquema preparado com antecedência. Tudo começou com cartas dirigidas pelo Departamento de Estado a empresas seleccionadas de uma lista muito heterogénea.

A primeira grande empresa visada foi uma cimenteira mexicana, a quarta firma do ramo a nível mundial. A Cementos de Mexico estava a desempenhar um papel fundamental na recuperação da indústria cimenteira de Cuba. O acordo de cooperação vigente previa o investimento na ilha de centenas de milhões de dólares. Tive, aliás, a oportunidade de verificar pessoalmente a importância desse projecto, em Setembro de 1994, durante uma visita que fiz ao complexo fabril instalado no porto de Mariel.

A manobra de chantagem foi directa e brutal. O presidente da Cementos, Lorenzo Zambrano, foi chamado a Washington e ali notificado de que a sua empresa seria alvo de sanções se não suspendesse imediatamente o contrato de assistência técnico-financeira e administrativa assinado com a Companhia Cubana cuja fábrica fora construída em 1970 num terreno, em Mariel, que onze anos antes pertencia, ao ser expropriado, à Lone Star Corporation, uma obscura firma norte-americana.

A Cementos, que vende grande parte da sua produção no mercado dos EUA, capitulou sem luta. Informou que iria retirar-se de Cuba.

Encorajado por esse êxito inicial, o Departamento de Estado abriu fogo contra empresas da Europa, do Canadá, visando simultaneamente outras do Terceiro Mundo. No dia 31 de Maio, o Governo dos EUA, através das suas embaixadas, enviou notas intimidatórias à Sherri International do Canadá, à italiana Stet. Posteriormente, coube a vez à Sol Meliá, da Espanha, cujos investimentos no sector turístico de Cuba ascendem a milhares de milhões de dólares. Nem o Brasil escapou; a escolhida foi a Sousa Cruz, gigante da indústria do tabaco, de capital predominantemente britânico.

Washington avaliou mal a tempestade que desencadeou. Perante a arrogância e a ilegitimidade da manobra, os aliados dos EUA, dessa vez, não se submeteram e reagiram a

iluminou os bastidores apodrecidos da política norte-americana

■ Miguel Urbano Rodrigues

nível de Estado, negando a Washington o direito de tripudiar sobre princípios universais do Direito Internacional para impor a sua vontade e a sua lei na totalidade do planeta.

Inicialmente o governo norte-americano não cedeu. Mais notas foram encaminhadas a empresas com interesses em Cuba. Somente então os países europeus, fazendo frente comum, informaram que, através dos mecanismos da União Europeia, tomariam medidas de retaliação adequadas se os EUA insistissem em desafiar a letra e o espírito dos acordos da Organização Mundial de Comércio (sucessora do GATT) por eles assinados. Exigiram, nomeadamente, a revogação do artº 3º da Helms-Burton.

A prova de força findou com a derrota norte-americana. Colocado perante a perspectiva de uma guerra comercial e pressionado por grandes empresas americanas cujo acesso ao mercado europeu ficaria comprometido, Clinton ensaiou uma saída que lhe permitisse salvar a face: suspendeu por um semestre o artº 3º da Helms-Burton.

Entretanto, se o objectivo era ganhar tranquilidade durante o período eleitoral, a meta não foi atingida. Os grandes da União Europeia (incluindo o Reino Unido), o Japão e o Canadá receberam com frieza a medida da suspensão, por não a considerarem suficiente. As críticas à arrogância americana, em vez de diminuir, aumentaram nos meios europeus.

As piruetas do secretário de Estado Warren Christopher contribuíram para ampliar o mal-estar entre Washington e

O despudor e o cinismo de políticas que pretendem fazer do destino de Cuba e do seu povo uma mercadoria no jogo apodrecido da campanha presidencial dos EUA iluminam bem a degradação ética do sistema de poder implantado nos EUA.

A cumplicidade pessoal de Bill Clinton – um dos presidentes mais medíocres e incapazes que os EUA elegeram em dois séculos de história – no sórdido jogo de chantagens exercidas através de uma lei digna do III Reich é transparente.

O prof. Jorge Castañeda, da Universidade Autónoma do México e também da Universidade de Harvard, em artigo largamente difundido na América Latina, comentou assim a situação em que Clinton emerge como *marionette*:

«Que o Congresso tenha o poder de impor ao presidente uma lei desta natureza já é quase inconcebível; que a facção mais radical da pequena minoria de cubano-americanos de Miami tenha a força necessária para impedir o presidente de vetar a mesma lei é ainda mais inverosímil».

E, contudo, Clinton não somente a promulgou, depois de a haver criticado severamente, como se declarou identificado com o seu conteúdo e defendeu a sua aplicação.

Eminentes juristas têm formulado uma pergunta oportuna. Se a indignação contra a Helms-Burton é hoje generalizada e contra essa lei irracional se insurgem governos, parlamentos e instituições internacionais, por que motivo a União Europeia se limitou a exigir a revogação de um único artigo da Helms-Burton e não tomou a iniciativa de apresentar queixa forma junto do Tribunal de Haia ou, como era do seu dever, não accionou os mecanismos da Organização Mundial do Comércio cujos estatutos são desafiados impunemente pelos EUA?

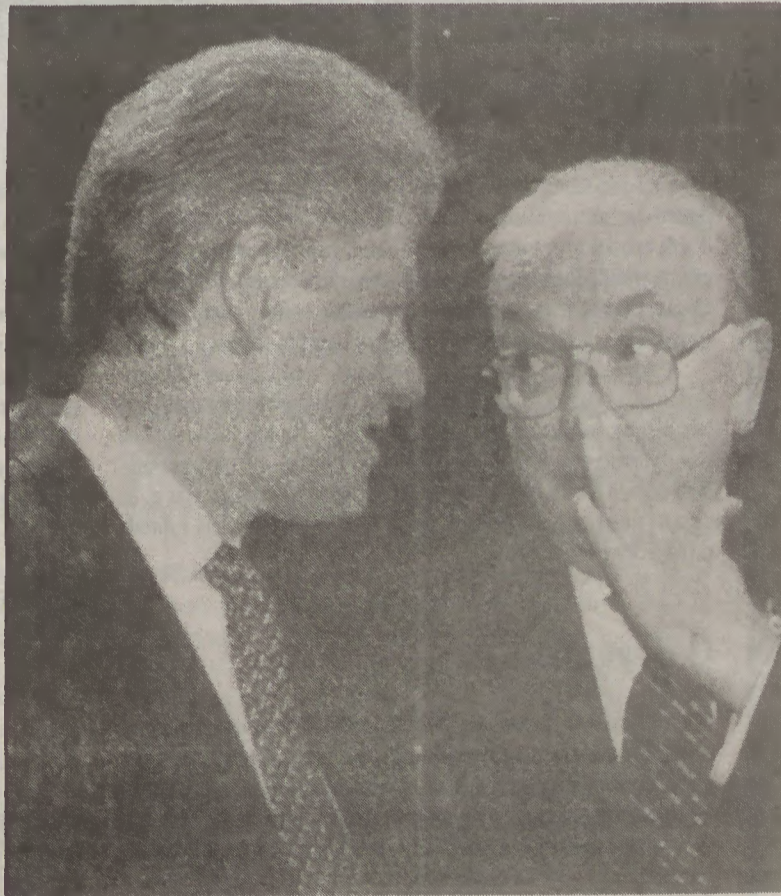
A resposta necessária levaria a uma análise da rede de cumplicidades dos grandes do capitalismo na era da globalização e da sacralização do mercado.

Os parceiros europeus (bem como o Japão e o Canadá), sentindo-se ameaçados numa área fundamental, reagiram até ao limite que acharam adequado para fazer Washington recuar. Mas não foram, nem tal pretendiam, até onde impunha um conceito minimamente ético da política.

Observadores internacionais admitem que o contencioso sobre a Helms-Burton não foi levado à OMC porque os eventuais queixosos temiam... ganhar a causa. Uma decisão condenatória do comportamento indefensável dos EUA poderia pesar de maneira imprevisível no andamento da campanha eleitoral dos EUA, levando a uma radicalização de posições dos defensores do proteccionismo norte-americano (republicanos e democratas) e dos adeptos da Doutrina Lake, segundo a qual os EUA devem agir unilateralmente no plano internacional sempre que isso seja útil aos seus interesses vitais.

Seria, aliás, um erro extrair do actual recuo norte-americano a conclusão de que a ofensiva tendente a estrangular Cuba foi abandonada ou vai entrar em banho-maria.

As confusas manobras que tiveram como porta-voz o secretário de Estado Warren Christopher (acompanhadas da ameaça de sanções contra o Irão e a Líbia) irritaram os governos europeus. Mas creio oportuno lembrar que todo esse nebuloso jogo diplomático alerta para a necessidade do reforço da solidariedade com o povo de Cuba. Devemos aproveitar a receptividade da opinião pública mundial e a sua repulsa pela estratégia de chantagem dos EUA.



os governos da União Europeia. Numa manobra pouco inteligente, a diplomacia americana parece condicionar agora a revogação do artº 3º ao apoio europeu a pressões políticas sobre Havana incompatíveis com a Carta da ONU e o respeito pela soberania de Cuba.

A sugestão de suspender a ajuda humanitária a Cuba foi, concretamente, recebida com repulsa mesmo pelos governos mais conservadores da Europa.

Não estamos a assistir apenas a mais um episódio da aplicação da velha teoria da *nação predestinada*, nem a uma demonstração do funcionamento da *nova ordem internacional* exposta por Bush no rescaldo da Guerra do Golfo.

Mulheres em via de ciber marginalização?

O cerco da dominação masculina no reino dos jogos para computadores vai ser rompido com o lançamento em Outubro no mercado mundial de um CD-Rom especialmente concebido para as raparigas pela Mattel. Uma estreia que só podia ser protagonizada por uma estrela, loira e polémica, como se querem as estrelas. Chama-se Barbie e veio para vender num campo onde até agora as miúdas eram totalmente ignoradas. Com consequências muito mais graves do que se poderia pensar.

Na Futurekids, uma escola de informática nascida nos Estados Unidos que dá os primeiros passos em Portugal, as raparigas representam apenas 37 por cento dos miúdos que frequentam os centros inaugurados este ano em diversos pontos do país.

Uma leitura dos últimos dados - relativos a 1992 - publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas revela que as mulheres não chegam a 20 por cento dos inscritos nos cursos superiores de informática.

No mundo da World Wide Web, as mulheres são apenas 11 por cento dos cibernetas europeus e 33 por cento dos utilizadores americanos, segundo o último inquérito semestral do Georgia Institute of Technology que acompanha a expansão da «rede» desde o início de 1994. Não há dados sobre o número de portuguesas ligadas à Internet, porque os principais fornecedores de acesso à rede não dispõem ainda de uma radiografia dos utilizadores.

Na Irlanda e no Reino Unido, onde a informática entrou cedo no sistema escolar, alguns estudos já foram realizados para determinar as razões da má ou menos boa relação das raparigas com o computador.

Numa tentativa de explicação do decréscimo, desde a década de 80, do número de mulheres que escolhem cursos superiores de informática no Reino Unido, quando as percentagens de mulheres noutros sectores ditos outrora tipicamente «masculinos» sobem, a investigadora Julia Dain, da Universidade de Warwick, realça que o computador pessoal é predominantemente pertença do pai e dos filhos homens na família. Consta que são utilizados 13 vezes mais pelos rapazes do que pelas raparigas, e só em 4 por cento dos lares as mães os usam.

Não há tecnologia «neutra» ou «assexuada», sublinha. O computador entra em casa pela mão dos homens, são eles que o escolhem, são eles que o compram e são eles que, geralmente, o utilizam.

Como o carro o foi durante décadas, o computador é do signo masculino. Dizem-no a publicidade, os jogos e um universo de gurus das novas tecnologias entre os quais as heroínas, tão solitária, do filme «A Rede» ou, tão romântica, da telenovela «Explode Coração» constituem a excepção.

As qualidades do Fiat Bravo/Brava foram descritas, em todas as televisões europeias, no computador do PAI, que a filha não se teria atrevido a ligar sem a cumplicidade do amiguinho. Numa das últimas campanhas do chocolate Nestlé, a mãe e filha seguem, em casa, as aventuras que pai e filho «vivem» na realidade virtual de uma selva cheia de perigos.

Dos jogos, as raparigas e as mulheres estão praticamente excluídas e quando aparecem é no papel «tradicional» da vítima. No desporto no ecrã, no futebol, basquete, fórmula 1, tudo é conjugado no masculino. A esmagadora maioria de jogos propostos para os miúdos tem cenários de guerra, artes marciais, extermínios. Heróis que chupam o cérebro dos adversários derrotados, monstros abatidos a metralhadora que se desfazem em pedaços de carne sanguinolenta, perseguições em labirintos de ossadas com ambiente sonoro a condizer.

Num dos grandes clássicos que marcaram a entrada em força dos computadores pessoais em Portugal, o «Prince», um jovem esbelto e atlético desafiava os mais cruéis xeques, as mais tenebrosas armadilhas, para, quando não acabava entalado numa ponte levadiça, salvar em fim de percurso uma linda princesa que o esperava passivamente, como convém às mulheres, deitada em almofadas de cetim.

Um estudo realizado em 1990 por Elizabeth Lage, da Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, revela que a partir de uma certa idade rapazes e raparigas deixam

de se sentir envolvidos da mesma maneira pelo computador. Se ao nível da primária, uma rapariga adepta do PC é considerada como uma pessoa «atraente», ao nível do ciclo, já é vista de forma «negativa». As próprias raparigas consideram que demasiado interesse pelos computadores é «sinónimo de solidão e de eventuais problemas de identidade sexuais».

Este afastamento gradual é confirmado por Luís Lavado, um dos responsáveis dos centros da Futurekids em Portugal. Se dos três aos oito anos, há uma repartição «igualitária» entre rapazes e raparigas, nota-se uma progressiva masculinização dos 8 aos 15 anos, que acaba por se traduzir numa média global para esta primeira leva de «ciberputos» portugueses de 37 por cento de raparigas.

Desde pequenino/a... que se tece a teia das discriminações, mesmo nos meios privilegiados que podem preparar os filhos para os desafios do futuro.

É que por mais reservas que os temas escolhidos para jogos possam inspirar, marcando golos, sorvendo miolos, ou quebrando ossos, os miúdos treinam. Reflexos, gestos, truques que mais tarde aplicarão em contextos totalmente diversos para trabalhar, criar, inovar.

Esta familiaridade com a «máquina» constitui uma mais valia evidente nos primeiros contactos com a informática na escola. Noutro estudo realizado no Reino Unido sobre o comportamento das crianças nas aulas de informática, Lorraine Curly, da Escola de Ciências Aplicadas, de Leicester, constata que os rapazes dominam as aulas, captam mais a atenção dos professores com os quais estabelecem uma certa cumplicidade do conhecimento, monopolizam o equipamento mais moderno.

O mercado potencial que constituem as raparigas e as mulheres não parecia ter por enquanto despertado o interesse das grandes empresas produtoras de *software*.

A norte-americana Rosanne Stone, directora do laboratório de Multimedia da Universidade do Texas, conta num livro recentemente publicado nos Estados Unidos o caso de uma criadora de *software* empenhada há anos num projecto de desenvolvimento de jogos interactivos concebidos para interessar os dois sexos. Depois de ter finalmente obtido o aval do seu patrão - um dos grandes nomes no mundo do *software* - para a concretização de um deles, tirou uma semana de férias. De regresso ao trabalho, foi-lhe comunicado que a ideia fora abandonada, por ser «demasiado complicada», e substituída por «um jogo de destruição de helicópteros».

Nos Estados Unidos, os serviços de *marketing* da Microsoft chegaram entretanto à conclusão que, investindo no *software* para crianças e no desenvolvimento do «ludo-educati-

vo», tinham também começado a chegar às mulheres, que foram as grandes responsáveis da explosão das vendas do Creative Writer e Fine Artist: um milhão de exemplares vendidos no ano de lançamento.

Mulheres que parecem afirmar-se antes de tudo como boas mães, dispostas a descobrir alguma aberta em dias carregadíssimos de «superwomen» para acompanhar os primeiros passos dos seus rebentos no mundo dos megabites.

Uma aprendizagem tardia que implica uma disponibilidade de que poucas mulheres, trabalhadoras e mães de família, dispõem. Não será por acaso que alguns livros de iniciação chamam a atenção pelos riscos que fazem correr à mais sólida das uniões a entrada no lar de um PC. Por mais manuais que se adquira, e os entendidos acham os manuais totalmente supérfluos e os cursos pura perda de tempo, a aprendizagem faz-se passo a passo, «experimentando»: uma tecla aqui, outra acolá, um clic sobre um ícone, um diálogo, quantas vezes de surdos, nas caixinhas concebidas por Bill Gates, em princípio para nos facilitar a vida. Na prática, muitas horas e um sem número de Crt-Alt-Del para recomeçar do zero quando já não conseguimos sair de determinada situação e já não temos a lata de voltar a telefonar ao colega mais experimentado que nos tinha garantido que «isto era canja». Para não falar do medo de dar cabo da «máquina» ou de apagar por engano o jogo preferido do puto, ou o último relatório do cônjuge.

Num recente relatório sobre os aspectos sociais da sociedade da informação que constitui uma das grandes apostas europeias deste fim de século, o eurodeputado Wim J. van Velzen inclui as mulheres no rol dos que correm o risco de se ver excluídos por falta de meios ou falta de contacto. Para van Velzen, as mulheres poderão novamente ficar em desvantagem se não se fizer uma tentativa consciente - a nível da educação e da formação - para familiarizar as jovens e as mulheres com as novas tecnologias.

Noutro parecer da Comissão dos Direitos da Mulher, a deputada britânica Imelda Read alerta para o risco de marginalização das mulheres na sociedade de dois níveis, de utilizadores e não-utilizadores das super auto-estradas da informação, que se poderá desenhar.

A eurodeputada sugere a realização de um estudo sobre o impacto, em função do sexo, da sociedade da informação na Europa, incidindo particularmente na facilidade de acesso à Internet, na repartição das tarefas domésticas por sexo e no seu efeito sobre o emprego.

O anúncio em Fevereiro último da criação pela Mattel de uma filial, a Mattel Media, com o objectivo prioritário de desenvolver *software* para as jovens constitui sem dúvida um primei-

ro sinal de mudança. No CD-Rom, «Barbie Fashion Designer», primeiro título prometido, as raparigas (e os rapazes) poderão desenhar, conceber e imprimir roupas para um clone virtual da famosa boneca.

Miss Barbie não será a boneca preferida das feministas, mas vende-se no mundo inteiro e em praticamente todas as classes sociais. É cúmplice e familiar, como os jogos de guerra o são para os rapazes nesta sociedade de estereótipos. E poderá constituir uma poderosa aliada na luta para travar uma perigosa tendência para a ciber marginalização das mulheres.



PONTOS

CARDEAIS

Mateus "Rosé"

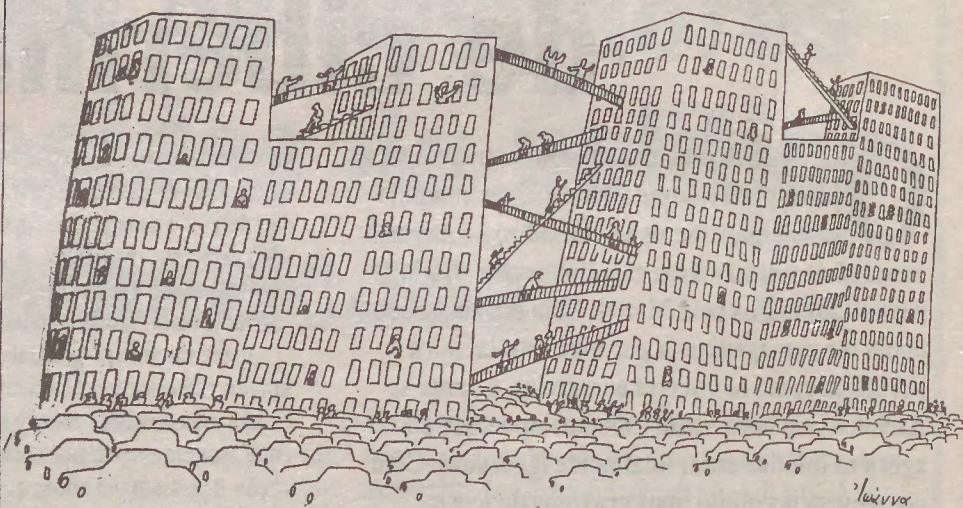
Com larga e espampanante cobertura noticiosa, quatro ministros - quatro! - apresentaram publicamente um conjunto de medidas que o Governo promete avançar para "recuperar" empresas em situação económica difícil. Chama-lhe certa comunicação social de "Plano Mateus". Dada a cor rosa da iniciativa, talvez fosse melhor dizer "Mateus Rosé". Até porque as medidas a tomar se apresentam com alguma "gradação" e foram servidas frescas. O plano, que prevê que o Estado assumira - fingindo que não perdoa - 50 milhões de contos de dívidas fiscais e à Segurança Social, espera vir a recuperar, "se tudo correr bem", o quádruplo dessa quantia. Isto se as

empresas beneficiadas cumprirem os seus compromissos. O que até agora não aconteceu... Parece mesmo tratar-se de uma aposta no escuro.

Desigualdade

As contas - e as notícias - vêm indicando nos últimos anos, um assustador aprofundamento do fosso que separa os países ricos dos países pobres. Continentes inteiros soçobram na miséria, na fome e na desgraça, agravado este quadro de trevas pelas guerras "locais" e "regionais", pelas epidemias, pela falta de segurança. Mas não é apenas entre os "pobres" que a pobreza alastra. Mesmo entre os mais ricos - no seio dos quais o

liberalismo cresce e os lucros aumentam desmesuradamente nos bolsos dos monopolistas - a desigualdade se acentua. Não se trata aqui de propagandear uma visão "marxista" deste estado de coisas. São os próprios jornais da burguesia quem lança o alarme. No caso do Reino Unido, o diário "The Independent", que cita o Relatório da ONU sobre o Desenvolvimento Humano, considera o país de John Major como aquele, em todo o Ocidente, em que o fosso entre ricos e pobres é maior, só comparável a países como a Etiópia e a Nigéria. Apesar de Thatcher afirmar, nos anos 80, que a prosperidade era



para todos, o rendimento dos pobres britânicos descia então pela primeira vez desde a II Guerra Mundial. Os ricos viam aumentar a riqueza em

61 por cento. Abaixo do limiar da pobreza vivem hoje 14 milhões, cerca de um quarto da população.

esquerda se mostra inflexível. A solução, claro, só pode ser uma. A maioria absoluta. É que isto da democracia, das oposições, do diálogo, da procura de consensos, é muito bonito no papel, mas cansa, minha gente, mas cansa.

Canseiras

A possibilidade de realização de eleições antecipadas paira no ar.

Praticamente todas as semanas o tema vem à baila na comunicação social, assim como quem não quer a coisa, preparando paulatinamente o terreno para a eventualidade. A exposição de motivos, servida a conta-gotas, é bastante prolifera, mas na verdade tudo se resume de facto num só: o Governo precisa de maioria absoluta para governar. Os portugueses, sem dúvida com sobejos motivos para estarem desiludidos com a prestação do executivo PS, são despuoradamente utilizados em sondagens em que vão manifestando apoios e desapoios, cujas conclusões apontam sempre num sentido único. Não é a política que se pratica que é posta em causa, o que se questionam são as pessoas que lhe dão cara. Assim como se em vez de um Governo houvesse vários mini-governos, geridos segundo os humores dos diferentes titulares das pastas, à sombra tutelar de um primeiro-ministro intocável e merecedor da melhor compreensão face ao pesado fardo que lhe toca de ter de gerir a bagunça. Acresce ao drama a canseira inerente à condição minoritária, cuja obriga a permanentes jogos de cintura, ora procurando apoios à esquerda e à direita, trabalho ainda mais esforçado porque a direita está a perder o pé e a

Os mais e os menos

Os *tops* da popularidade dos ministros, entretanto, vão contribuindo com achas para a fogueira da «necessidade» de eleições antecipadas. Os «dispensáveis» são os mais desejados por Guterres e que por força das circunstâncias estão à frente de pastas particularmente em foco nos últimos meses (Educação, Administração Interna, Agricultura...); os «insubstituíveis», por seu lado, são justamente os que dão cara a ministérios até agora tão pouco intervenientes que mal houve sequer oportunidade para estar contra ou a favor (Negócios Estrangeiros, Ambiente, Solidariedade, Saúde...). Convenhamos que é uma comparação desigual. Postas as prestações de cada um nesta balança mal aferida, o resultado é no mínimo duvidoso: 39 por cento acha que deve haver remodelação, 42 por cento pensa o contrário. Curiosamente, enquanto os dados das sondagens apontam para o descabro da popularidade do Governo, o PS aparece como o maior e Guterres como o maior dos maiores. Estranho? De modo nenhum. Primeiro, não têm nada a ver uns com os outros; depois, anda por aí uma maioria absoluta à solta que é preciso agarrar.

PONTOS NATURAIS

Telegramas

A arte faz que nada seja efémero.

*

Quem vive sem princípios, não tem bons fins.

*

Homem culto é o que está em dia com a História.

*

Um partido que diz servir duas classes, está de facto a servir apenas uma delas.

*

Jovem é o que, mesmo velho, defende ideias novas. Velho é o que, mesmo jovem, defende ideias velhas.

*

Quem vende a alma, vende sempre o que não presta.

*

Quem limita as suas necessidades, alarga o seu horizonte.

*

Comprar é hipotecar-se.

*

Aquele não tem palavra, tem palavras.

*

De manhã, quando acordam, como se sentirão os biltres?

*

Os poderosos não se dão, num abraço. Agarram, num abraço.

*

Um oportunista move-se perfeitamente à vontade dentro do círculo da sua barriga.

*

Os indiferentes nunca entram com o futuro nos seus cálculos. Moram na Sociedade como num sepulcro.

Alguns não pensam o que dizem, muitos não dizem o que pensam.

*

Em arte a simplicidade não é sua própria

[essência

ou só é, na realidade, se for só uma

[aparência.

*



Atenção! A televisão não te dá o que tu precisas de ver, dá-te aquilo que ela quer que tu vejas.

*

Não deixes que a televisão mande em ti, pois na realidade serás mandado por quem manda na televisão.

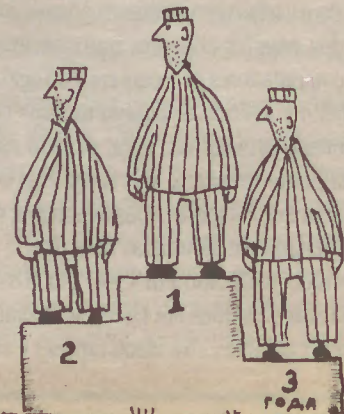
*

Um jornalista que luta por se mover livremente dentro do círculo que lhe traçaram, já merece o nosso respeito.

*

Os trabalhadores não possuem um diário, uma estação de Rádio, uma estação de TV. Já perguntaste a ti próprio a razão disso?

Mário Castrius



AGENDA

Ponto de Encontro
e Convívio

integrado na promoção e divulgação da
Festa do Avante!

Dia 7 de Agosto a partir das 16h
BANCA DO PCP

na esquina R. Augusta/R. Assunção
Animação musical
com o conjunto "3 de Abril"

NOVOS VALORES
MUSICAIS

Grande Final Distrital de BRAGA

Concluindo as várias iniciativas já realizadas no distrito integradas na preparação da Festa do Avante! e intituladas "Novos Valores Musicais", realiza-se hoje, quinta-feira, a final distrital, que levará o vencedor até ao «Palco da Liberdade» - espaço novo criado este ano na Festa para dar oportunidade aos novos valores da música portuguesa. O espectáculo é no Palco da Avenida Central, em Braga, e tem início às 21h30 com a actuação dos seguintes grupos:

RIFF	(música rock)
MIGUELITO & FLÁVIO	(música popular)
STEEL CRASH	(música rock)
RIBANCEIRA	(música alternativa)
THEMA	(pop rock)

TRANSPORTES
PARA A
FESTA DO AVANTE!

Em Lisboa
TODOS OS SÁBADOS
TEMOS TRANSPORTE
PARA A FESTA
Saída do CT Vitória às 08h30
Regresso da Atalaia às 18h

Carlos Carvalhas
com a JCP

Com a presença do Secretário-Geral do PCP, a Comissão Política da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa promove hoje, quinta-feira, às 16h30, no Terraço do Centro de Trabalho Vitória em Lisboa, um encontro com a Comunicação Social para apresentação de propostas de políticas na área da Juventude e balanço da acção do Governo. Na ocasião usará também da palavra o Secretário-Geral do PCP.

JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA —
sonhar, viver, intervir, construir

BARLAVENTO RADICAL
domingo - 4 Agosto

96

SILVES
DESCIDA EM CANOAS DO RIO ARADE

muita animação, diversão e convívio

PORTIMÃO
JANTARADA E MUITA ANIMAÇÃO



informa-te e inscreve-te
tel. 089-805734 / 082-442274

Baile-convívio
em TIRES

Dia 3, a partir das 21h30, no terraço do CT
Música ao vivo com o Conjunto "3 de Abril"

ATALANTA??

QUAL
ATALANTA !?!?

ATALAIA
É QUE É!

COM JORNADAS DE
TRABALHO, TODOS OS
FINS-DE-SEMANA.



TELEVISÃO

Quinta, 1

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.35 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
11.25 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 País Real
14.10 Clássicos da RTP
14.55 Herman Total
16.05 Infantil / Juvenil
16.55 Malha de Intrigas
18.15 Azul
19.00 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telejornal
21.00 Moda Paris
21.10 Reformado e Pal Pago
21.45 Primeiro Amor
22.50 24 Horas
23.05 RTP/Financial Times
23.20 Atlanta 96
04.00 O Tempo

RTP 2

11.30 Atlanta 96

Sexta, 2

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.35 Cinzas
10.30 Praça da Alegria
11.25 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 País Real
14.20 Clássicos da RTP
16.00 Infantil / Juvenil
16.55 Malha de Intrigas
18.15 Azul
19.00 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telejornal
21.00 Moda Paris
21.10 A Mulher do Sr. Ministro
21.45 Primeiro Amor
22.35 Agarrem Esse Detective
(de Pat Connor, EUA-1989, com Kelvin Kline, Susan Sarandon, M.E. Mastrantonio, Rod Steiger. Comédia Policial.)
00.15 24 Horas
00.35 RTP/Financial Times
00.45 Atlanta 96
06.00 O Tempo

Sábado, 3

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Atlanta 96
13.30 Top +
14.45 Beverly Hills 90210
15.45 Conan
16.15 A Espada de Ivanoe
(de Ralph Thomas, Can./Fra./Gr.Br.-1955, com Stacy Keach, Margot Kidder. Aventuras)
17.45 86-60-86
18.35 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
21.00 Primeiro Amor
21.50 Parabéns
24.00 Atlanta 96
06.00 O Tempo

RTP 2

11.00 Atlanta 96

Domingo, 4

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
10.45 Atlanta 96
14.30 Jornal da Tarde
14.50 Made in Portugal
16.05 Alta Voltagem
16.30 Os Jovens Cowboys
17.35 100% Natural
18.05 Portugal ao Desafio
19.10 Casa Cheia
20.00 Telejornal
21.20 Jet 7
21.50 Primeiro Amor
22.35 A Corrida Mais Louca do Mundo
(de Kim Drake, EUA/Can.-1989, com Melody Anderson, Peter Boyle, Jonh Candy. Acção)
00.10 24 Horas
00.30 Atlanta 96
06.00 O Tempo

Segunda, 5

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
10.00 Cinzas
10.30 O Meu Verão Secreto
11.00 Paul MacKena
11.30 Culinária
11.45 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
15.15 Infantil / Juvenil
16.00 Marco Paulo
16.25 Infantil/Juvenil
17.10 Malha de Intrigas
18.05 Azul
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
21.00 Queridas e Maduras
21.40 Primeiro Amor
22.40 Histórias da Noite
23.00 Tourada

Terça, 6

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.35 Uma Casa ao Sol
10.00 Cinzas
10.30 O Meu Verão Secreto
11.00 Paul MacKena
11.30 Culinária
11.45 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.30 Todos ao Palco
15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Malha de Intrigas
18.05 Azul
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
21.00 Primeiro Amor
22.00 Jogos Sem Fronteiras
23.35 24 Horas
24.00 RTP / Financial Times

Quarta, 7

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Acrobatas Detectives
09.35 Uma Casa ao Sol
10.00 Cinzas
10.30 O Meu Verão Secreto
11.00 Paul MacKena
11.30 Culinária
11.45 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
15.15 Infantil / Juvenil
16.15 Ligações Perigosas
17.10 Malha de Intrigas
18.05 Azul
19.00 Pedra sobre Pedra
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
21.00 Primeiro Amor
22.40 Todos ao Palco
23.50 Herman Total



«Histórias (mesmo) de Arrepiar», na SIC



«Médicos sem Fronteiras»



Jogos Olímpicos de Atlanta - o fim de mais uma grande maratona desportiva

«Gulliver», ainda na SIC, e «A Balada de Hill Street», a concorrer na TVI com as telenovelas dos outros canais

Uma «ópera-rock» de La Féria, «Jasmin», um nome que homenageia o cenógrafo Jasmin de Matos

13.30 Carrinha Mágica
13.30 Conan
14.00 Atlanta 96
19.30 A Última Fronteira
20.00 Atlanta 96
22.00 Jornal 2
22.35 Atlanta 96
23.15 Um Americano em Roma
(de Steno, It.-1954, com Alberto Sordi, Maria Pia Casilio. Comédia)
00.50 Uma Cidade, Dois Mundos
01.40 Planeta Música: «Tito Puente»

SIC

09.00 Os Conquistadores
09.30 Buééré
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Os Imortais
15.00 Buééré
17.25 Notícias
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Trapalhões
21.20 História de Amor
22.20 Circo Mágico da Coreia
23.30 Grande Reportagem
00.30 Olimpíadas
00.55 Último Jornal
01.00 Contos Eróticos
01.50 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Malta Curtida
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 A Balada de Hill Street
21.30 Martin
22.00 Quarto com Vista sobre a Cidade
(de James Ivory, EUA-1986, com Maggie Smith, Helna Bonham Carter, Denholm Elliot. Ver Destaque)
24.00 TVI Jornal
00.35 Fora de Jogo
01.30 Picket Fences

RTP 2

11.30 Atlanta 96
13.00 Carrinha Mágica
13.30 Conan
14.00 Atlanta 96
19.30 Máquinas
20.00 Atlanta 96
22.00 Jornal 2
22.30 Atlanta 96
23.15 Um Ladrão na Ribalta
(de Fredinand Baldi, It.-1954, com Silvio Bagolini, Marco Tullii. Comédia Policial)
00.20 Uma Cidade, Dois Mundos
01.15 Planeta Música: The Boston Pops Orchestra

SIC

09.00 Buééré
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Os Imortais
15.00 Buééré
17.25 Notícias
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Olimpíadas
20.50 Malucos do Riso
21.20 História de Amor
22.30 All You Need Is Love
23.30 Donos da Bola
01.20 Último Jornal
01.35 Playboy
02.35 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Malta Curtida
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 O Poder da Lei
21.30 Doido por Ti
22.00 Preço da Paixão (1ª parte)
23.50 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.30 Booker

13.00 Vida por Vida
13.10 Euronews
14.00 Desporto 2
19.30 Semana ao Sábado
20.00 Atlanta 96
24.00 Um Homem em Casa
00.35 Johnny Palito
(de Roberto Benigni, It.-1991, com R. Benigni, Nicoletta Braschi. Comédia)

SIC

08.30 Buééré
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Passo a Passo
14.10 Malhação
15.20 Portugal Radical
15.50 Justiça Negra
16.40 Médicos Sem Fronteiras
17.50 Cuba
(de Richard Lester, GGr.Br.-1979, com Sean Connery, Brooke Adams, Denholm Elliot. Aventuras / Espionagem)
20.00 Jornal da Noite
20.50 Clube VIP
21.20 Vira Lata
22.30 Big Show Sic
01.00 Olimpíadas
01.20 Último Jornal
01.35 Sexta-feira, 13 - O Regresso
(de Danny Steinmann, EUA-1985, com John Sheppard, Melanie Kinnaman. Terror)

TVI

09.40 Animação
12.00 Novos Ventos
13.00 Contra-Ataque
14.15 Troféu Carina
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Ténis
16.00 A Todo o Vapor
(de Peter H. Hunt, EUA-1980, com Robert Damsing, David Knell, James Kean. Autobiográfico)
18.15 California Dreams
18.40 Os Novos Intocáveis
19.30 Telejornal
20.30 Babylon 5
21.20 Preço da Paixão
23.20 Últimas Notícias
23.40 Alice nas Cidades
(de Wim Wenders, RFA-1974, com Ridiger Vogeller, Yella, Rottander, Elizabeth Kreuzer. Ver Destaque)
01.40 Brainscan: Viagem para o Inferno
(de John Flynn, Can./EUA-1994, com Edward Furlong, Frank Langella. Terror/Ficção Científica)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 O Homem e a Cidade - «Vila do Corvo»
12.00 Euronews
13.00 Coleção Platinum
13.50 Para Além do Ano 2000
14.30 Atlanta 96
01.45 O Tempo

SIC

08.30 Buééré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Assuntos de Família
14.10 Malhação
15.10 Portugal Radical
15.40 Guerra dos Mundos
16.40 Walker, o Ranger do Texas
17.30 Volta a Portugal em Bicicleta (Prólogo)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Olimpíadas
20.50 Vira Lata
22.00 Chucky, o Boneco Diabólico - Parte 2
(de John Lafia, EUA-1990, com Alex Vincent, Jenny Agutter. Terror)
24.00 Olimpíadas
00.25 Último Jornal
00.45 A Justiça de Jesse James
(de Henry King, EUA-1939, com Tyrone Power, Henry Fonda, Randolph Scott, Nancy Kelly. Ver Destaque)

TVI

09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.30 O 8º Dia
14.25 Portugal Português
16.00 Futbol Só para Mulheres
(de Sidney J. Furie, EUA-1992, com Rodney Dangerfield, Jackée, Jonathan Brandis. Comédia)
18.00 Toques de Magia
18.35 Adultos à Força
19.30 Telejornal
20.15 Confissões de Adolescentes
20.50 Melrose Place
21.50 Vidas sem Rumo
(de Manuel Guimarães, Port.-1956, com Milú, Eugénio Salvador, Madalena Soto, Artur Semedo. Drama)
00.30 Últimas Notícias

00.40 24 Horas
01.05 Visitante Nocturno

RTP 2

17.05 Carrinha Mágica
17.45 Infantil / Juvenil
18.30 Olho Clínico
19.05 Atlanta 96
20.00 A Europa do Cinema
21.25 A Jóia da Coroa
22.30 Jornal 2
23.15 A Colecionadora
(de Eric Rohmer, Fr.-1971, com Patrick Bauchau, Haydée Politoff, Mijanou Bardot. Ver Destaque)
00.30 Uma Cidade, Dois Mundos
01.30 Planeta Música - Grandes Árias

SIC

09.00 Os Conquistadores
09.30 Buééré
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Buééré
14.45 Volta a Portugal
16.00 Buééré
17.25 Notícias
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Volta a Portugal
21.30 História de Amor
22.30 Invasão USA
(de Joseph Zito, EUA-1985, com Chuck Norris, Richard Lynch, Melissa Prophet. Ver Destaque)
00.55 Último Jornal
01.15 Volta a Portugal
01.35 Contos de Arrepiar
02.35 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Malta Curtida
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Pessoas Desaparecidas
21.30 Lar, Louco Lar
22.00 No Interesse Delas
(de Ed Kaplan, EUA-1992, com Elizabeth Perkins, Laura San Giacomo, Charles Haid. Drama)
23.50 TVI Jornal
00.30 Fora de Jogo
00.30 Luta pela Verdade

00.15 O Renegado
01.15 Coração Magoado

RTP 2

17.05 Carrinha Mágica
17.45 Infantil / Juvenil
19.05 Rumo à Lua
20.10 Civilizações Perdidas
21.35 Os Vingadores
22.30 Jornal 2
23.25 A Minha Noite em Casa de Maud
(de Eric Rohmer, Fr.-1969, com Jean-Louis Trintignant, Françoise Fabian, Marie-Christine Barrault. Ver Destaque)
01.05 Uma Cidade, Dois Mundos
02.10 Planeta Música - Jazz

SIC

09.00 Os Conquistadores
09.30 Buééré
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Volta a Portugal
15.30 Buééré
17.25 Notícias
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Volta a Portugal
20.50 Jasmin
21.20 História de Amor
22.30 Cantigas da Rua
23.30 As Viagens de Gulliver
00.30 Volta a Portugal
00.50 Último Jornal
01.10 Arizona Dream
(de Emir Kusturica, EUA/Fr.-1993, com Johnny Depp, Jerry Lewis, Faye Dunaway. Drama)
03.25 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Malta Curtida
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Em Nome da Justiça
21.30 Competente e Descarada
22.00 A Lenda de Billie Jean
(de Matthew Robbins, EUA-1985, com Helen Slater, Keith Gordon, Peter Coyote. Ver Destaque)
23.50 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.30 Quase Modelo, Quase Detective
00.35 Os Mistérios de Bill Cosby

00.50 24 Horas
01.05 RTP / Financial Times
01.10 Virus Assassino
01.25 Amigos Inseparáveis

RTP 2

17.05 Carrinha Mágica
17.45 Infantil / Juvenil
19.05 Rotações
19.30 Eu, Cláudio
20.00 Sinais do Tempo
22.30 Jornal 2
23.15 O Joelho de Claire
(de Eric Rohmer, Fr.-1971, com Jean-Claude Brialy, Aurora Cornu, Beatrice Romand. Ver Destaque)
001.35 Planeta Música: «Beat Special»

SIC

09.00 Os Conquistadores
09.30 Buééré
11.00 Olimpíadas Radicais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 A Brincar, a Brincar
14.00 Buééré
14.30 Volta a Portugal
15.40 Buééré
17.25 Notícias
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Volta a Portugal
20.50 Pensão Estrela
21.20 História de Amor
22.30 Moda Mar
23.30 A Lei do Mais Forte
00.30 Volta a Portugal
00.55 Último Jornal
01.15 Toda a Verdade
02.15 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Malta Curtida
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Em Nome da Justiça
21.30 Competente e Descarada
22.00 A Lenda de Billie Jean
(de Matthew Robbins, EUA-1985, com Helen Slater, Keith Gordon, Peter Coyote. Ver Destaque)
23.50 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.30 Quase Modelo, Quase Detective

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Quarto Com Vista Sobre a Cidade

(Quinta, 22.00, TVI)

Situada no princípio do século, a história deste filme vai encontrar uma jovem inglesa e sua tia em Florença durante umas férias que vão ser surpreendidas pelo surgimento dos Emerson, pai e filho, livres-pensadores. Mas a atracção da bela Lucy pelo jovem Emerson vai provocar a retirada súbita para a atmosfera bem mais prudente e recatada da velha Inglaterra, onde a jovem inglesa é forçada a um casamento de conveniência. Até que, inesperadamente, os Emerson de novo se cruzam com os caminhos da jovem inglesa e sua tia... James Ivory sabe, como poucos, transmitir-nos (até mesmo através das inúmeras alusões à arte e à literatura, que povoam todo o filme) tanto a frieza e a hipocrisia dos interiores burgueses britânicos como o calor das ruas de Florença. E as brilhantes interpretações de Maggie Smith, Helena Bonham Carter e Daniel Day Lewis aí estão para lhe dar o indispensável suporte.

Alice nas Cidades

(Sábado, 23.40, TVI)

Este filme notável e hipnótico de Wim Wenders, que nos conta através do percurso de uma criança de nove anos uma história de encontros e desencontros, ao mesmo tempo que é mais uma peça do fascínio do cineasta pelo cinema americano, encerra uma reflexão sobre a juventude alemã contemporânea, simbolizada na busca errante desta criança e do seu pai atrás de uma identidade perdida em 45.

A Justiça de Jesse James

(Domingo, 00.45, SIC)

Com Tyrone Power e Henry Fonda, respectivamente nos papéis dos irmãos Jesse e Frank James, e Randolph Scott na pele do implacável *sheriff*, este *western* de Henry King foi o primeiro a lançar, no cinema, a lenda dos célebres fora-da-lei, seguido por não menos interessantes *remakes* de cineastas como Fritz Lang e Nicholas Ray. Aqui, os dois irmãos, com Jesse a tomar a decisiva liderança, revoltam-se contra o assassinato da mãe na sequência das injustiças desencadeadas pelos grandes senhores ao expropriarem as terras dos camponeses para as fazerem atravessar pelo caminho-de-ferro; e o filme encena com notória desenvoltura para a época os ataques levados a cabo pelo bando, com inesquecíveis sequências de *mise-en-scène* e *montagem* como as dos cavalos atravessando as montras no frustrado e fatal assalto ao banco. Se estiver em férias, não perca; se ainda (ou já) está a trabalhar, então grave, para depois ver mais tarde em vantajosa substituição de uma qualquer miserável indignância que, na matéria, abunda na programação cinematográfica dos vários canais.

Invasão U.S.A.

(Segunda, 22.30, SIC)

Entre as várias indigências, aqui está uma sujeita a destaque apenas para sublinhar o carácter fascistoide do argumento do filme, verdadeiro objecto de paranóia anticomunista. É mais um pedaço da «obra completa» de Chuck Norris com que a SIC mais uma vez nos presenteia este mês...

A Coleccionadora

(Segunda, 23.15, RTP2)

São as próprias alterações apenas ao mapa mensal de filmes da RTP que agora nos vêm anunciar um ciclo que a estação programara há um mês atrás (!), dedicado ao excelente cineasta francês Eric Rohmer, e que por razões não convenientemente publicitadas pelos vistos foi alterado. Um sinal mais da incompetência dos programadores da RTP que já nem sequer são capazes de programar um mês de filmes à distância de 30 dias. Como aqui dissemos então, *A Coleccionadora* debruça-se sobre o vazio que «preenche» a vida de dois homens que discorrem longamente sobre os seus problemas numa vivenda de Saint Tropez, emprestada por um pintor amigo, onde decidem passar uma temporada. Até que surge uma jovem muito bela cuja principal ocupação é... coleccionar rapazinhos. E é assim que os jogos deste triângulo acabam por vir a entreter o tédio da existência. Como é evidente, o anticonformismo do tema está bastante datado,



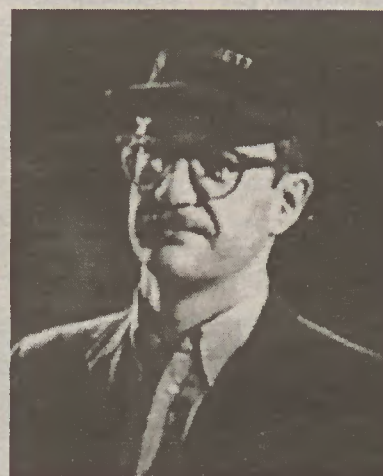
Helena Bonham Carter e Maggie Smith, intérpretes principais de «Quarto Com Vista Para a Cidade», de James Ivory

assim como uma certa «intelectualite» dos diálogos, mas o talento de Rohmer, livre nas suas convenções de encenação tanto quanto «despachada» é a sua principal personagem, sai daqui incólume.

Missão: Captura de Gotti

(Terça, 22.00, TVI)

Tomando como ponto de partida, a exemplo de outros filmes do género, os problemas da justiça e da corrupção, este filme acompanha a par e passo o percurso de uma advogada do Ministério Público que é confrontada com a desautorização do FBI em relação à investigação de um caso mafioso. Boas interpretações de Lorraine Bracco e Ellen Burstyn.



Wim Wenders e Henry King são dois cineastas contemplados na programação de filmes desta semana



Um fotograma de «O Joelho de Claire», um filme do ciclo dedicado a Eric Rohmer

tinha sido amante do ex-marido de *Maud*... Com um diálogo fascinante e extremamente inteligente, este filme (terceiro dos seis *contos morais* de Rohmer) é admiravelmente fotografado a preto-e-branco por Nestor Almendros e foi nomeado para o Óscar do Melhor Filme Estrangeiro, tendo recebido o Prémio do Melhor Argumento Cinematográfico da associação de críticos de Nova Iorque.

A Lenda de Billie Jean

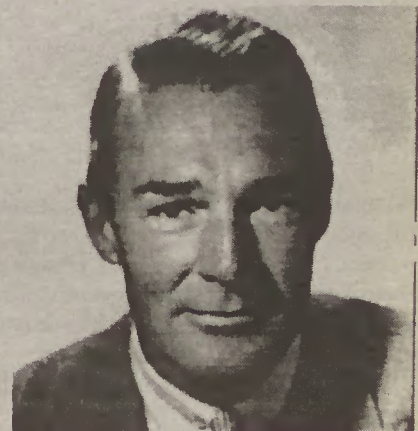
(Quarta, 22.00, TVI)

Dois jovens irmãos são implicados num crime e fogem ao saber que são também injustamente acusados de outros crimes, tornando-se heróis rebeldes. Uma história ao jeito de *Bonnie e Clyde* com boas interpretações mas um argumento mal trabalhado.

O Joelho de Claire

(Quarta, 23.15, RTP2)

Quem, senão Eric Rohmer, poderia ter inventado um título tão laboriosamente... «programático» como este? A história é fabulosa: um diplomata em férias, diz-se exclusivamente interessado em mulheres com ideias, está mesmo em vésperas de casar com uma, mas à sua volta, em pleno Verão cheio de lumi-



Tyrone Power, Henry Fonda e Randolph Scott são os principais intérpretes de «A Justiça de Jesse James», um clássico de Henry King

A Minha Noite em Casa de Maud

(Terça, 23.15, RTP2)

Em Clermont-Ferrand, num dia de Inverno, *Jean-Louis*, um engenheiro, católico, depara numa igreja com uma rapariga que, no entanto, é incapaz de abordar. *Vidal*, um seu amigo, convida-o a passar a noite de Natal em casa de uma amiga,

nosidade e ligeiras, esvoaçam jovens ninfas que lhe entretêm o olhar - sobretudo uma, *Clara*, cujo joelho se transforma no mais delicioso dos frutos proibidos... Uma encenação subtil e deslizante para uma história (mais um *conto moral*, o quinto) que se vê com o maior dos sorrisos.

TELEVISÃO

Vai um tirinho?

■ Francisco Costa

Em vésperas de férias e já sem muita paciência para buscar inspiração temática numa frustrante grelha de programas a atingir o ponto de saturação e a preparar-se para ser substituída, lá para Setembro ou Outubro - quando for julgado conveniente reforçar o papel da RTP, enquanto almofada de amortecimento e elemento de distração face ao previsível agravamento da crise económica e social provocada pelo «poder rosa» -, deixem-me lamentar a partida e deplorar a chegada de dois programas de sinal contrário.

Antes de mais, porém - e apesar de não ser este o objecto de análise da presente crónica -, uma referência curta mas necessária para salientar a recente transmissão pela RTP 2 da gravação da récita da ópera *Nabucco*, de Verdi, realizada há um ano no Teatro Nacional de S. Carlos. Independentemente da objectiva e elevada qualidade musical desta versão, erguida com considerável participação artística nacional, esta raríssima circunstância proporcionou um excelente espectáculo de televisão (embora para muitos perdido em virtude das altas horas a que foi para o ar), já que ultrapassou em muito o mero registo burocrático da encenação de palco para interpretá-la e devolvê-la ao telespectador de um ponto de vista eminentemente televisivo, com acertada planificação das câmaras e sua localização e um óbvio rigor organizativo interno, cujos resultados deu gosto contemplar. Evidentemente que, para tal, muito ficou a dever-se à intervenção criativa de um dos profissionais mais sérios ainda ao serviço da RTP - o realizador Oliveira Costa - o qual soube apoiar-se e rodear-se, para além de uma eficaz equipa técnica, em dois assistentes (áudio e vídeo) também eles competentes profissionais: Paula Aresta e Rui Esteves.

Precisamente ao contrário do que sucedera com a gravação do Concurso de Piano do Porto, cuja notória ausência de qualidade não

ção e realização ou foram subvertidas por um espírito meramente mercantil. Refiro-me a «Ver Artes», cuja derradeira edição, substituída «Um Dia na Feira», sem nunca abandonar uma assumida tendência para a sofisticação (aliás, nunca escondida ao longo da série e já aqui referida), foi um modelo de narrativa televisiva. De curta duração e claramente organizado como uma espécie de bilhete de despedida - com a canção em fundo a ilustrar a última ceia ou o último copo da equipa, por sua vez documentado para a posteridade na «foto de família» -, foi interessante ver como desta cena, digamos de carácter privado e particular, se partiu para o geral, começando numa panorâmica que percorria os adereços dispersos pelas paredes do restaurante até desembocar na revelação de um local tipicamente demonstrativo de um certo «desenho urbano», a Feira Popular, por um lado suscitador dos mais delirantes «anacronismos» e por outro não escondendo o seu «encanto provinciano» face a idênticas instalações da Europa rica e cosmopolita e enquanto «espaço de resistência e bloqueio à cidade dos negócios, da especulação imobiliária, do crescimento atento e irregular» desta Lisboa contemporânea, isto para utilizar algumas pistas de entendimento e observação lançadas pelo próprio texto.

Mas foi, como sempre, ao nível da organização da imagem e da sua ligação ou contraste com a banda sonora (ambas da autoria de Edgar Feldman) que «Ver Artes» provou a sua já familiar singularidade como objecto televisivo: primeiro, através da movimentação da câmara para ir de encontro aos «objectos» a mostrar ou, pelo contrário, deixando entrar o movimento destes nos seus estáticos enquadramentos, quantas vezes transformando-os em abstractas imagens evocativas de uma qualquer «lanterna mágica», tal a proximidade do plano e a decorrente velocidade da deslocação em redondo dos elementos visuais; depois, pela adequada e versátil montagem de fragmentos de músicas várias e díspares, com vantagem se substituindo a um texto que poderia arriscar-se ao pleonasmos. Por fim, como não sorrir de admiração ao ver as tomadas de vista diurnas ser encadeadas com as tomadas de vista nocturnas, a partir das alturas dos apa-

origem sul-americana dobrada em português, desde há pouco tempo a ser transmitida pela RTP 1 aos fins da tarde dos dias úteis e com notório estardalhaço anunciada em vários spots de promoção vergonhosamente falseadores da verdadeira abjeção televisiva que a mesma representa. Dificilmente o votante de 1 de Outubro poderia imaginar vir a ser confrontado na televisão da «nova maioria» com uma produto de qualidade tão miserável. Também a este nível, talvez seja agora claro que as coisas não estão assim tão diferentes do que eram no tempo do mais requentado «cavaquismo laranja».

Por exemplo, no dia em que escrevo estas linhas, oiço na rádio que um grupo de actores e atrizes entregam na 5 de Outubro um documento protestando contra o facto de ser raríssima ou praticamente inexistente a presença, no nosso serviço público, de ficção portuguesa, concebida e interpretada por artistas e profissionais nacionais. Nada de mais oportuno se tivermos em conta que é ao nível mais rasteiro que hoje são tratadas, na televisão portuguesa, não apenas a nossa língua e cultura como também os nossos artistas e criadores.

Mas a exibição, na RTP 1, desta telenovela «Azul», nas condições em que está a processar-se, representa também uma excelente oportunidade para se despoletar e desenvolver a prazo uma frontal discussão sobre as virtudes e os malefícios, no plano artístico, da chamada «dobragem». Para já, denunciando a propósito deste caso paradigmático a falsidade (ou ingenuidade) daqueles que argumentam ir ela desenvolver a indústria nacional do audiovisual ou dar trabalho aos artistas e técnicos nacionais. Na realidade, quem é o espectador que foi capaz de reconhecer, por entre as vozes anónimas de quem dobra as personagens de «Azul», sequer um actor ou actriz portugueses? Será que aquela língua existe assim, será que alguma vez poderão aceitar-se tamanhos atropelos à gramática em traduções feitas a martelo? Como é possível admitir como razoável e admissível que falsos mixordeiros previsivelmente se substituam a verdadeiros profissionais e técni-

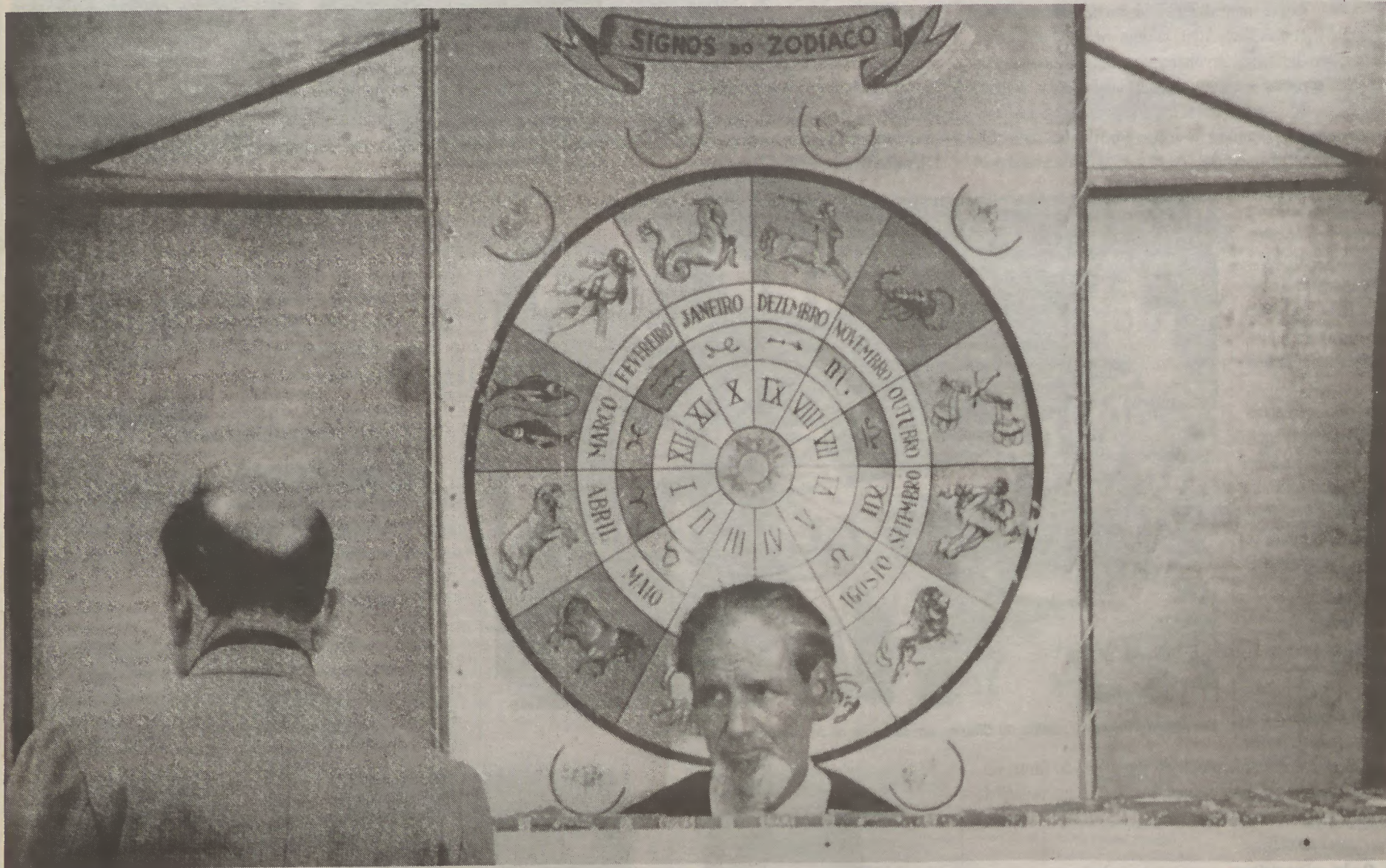


Foto: Eduardo Gagelo

pudemos deixar de criticar com a necessária frontalidade em número anterior do «Avante!», é desta vez possível e justo salientar positivamente este exemplo de como a RTP pode exercer, se quiser, a função de zeladora da qualidade do serviço público de televisão, sem necessitar para tal (antes pelo contrário) de fazer apelo a meios de produção e profissionais externos.

Justiça seja feita, portanto. Como costuma dizer-se: «o seu a seu dono».

Mais uma corrida!

Começamos, então (e a propósito), por lamentar a partida de um dos poucos programas que justificaram ter sido correcta a sua encomenda a produtores externos por parte da RTP, uma vez que jamais a honestidade ou a competência estiveram arredadas da sua concep-

relhos de diversão, e transformando a realidade concreta e popular descoberta ao nível do terreno numa espécie de inventada ficção científica - uma espécie de «Spielberg & Lucas à moda do Minho», com a «montanha russa» a fazer lembrar os «Salteadores da Arca Perdida» e a conjugação dos movimentos das «rodas» a sugerir os bailados das naves e estações espaciais da «Guerra das Estrelas»?!

Achado? Acaso? Imaginação minha? Mas não serão às vezes as obras de arte puras conjugações de felizes acasos? E ver as artes não é estar-se disponível para também inventar?

O lugar ao nojo

De «invenção» e «arte» não vem ao caso falar quando se pretende abordar no plano crítico objectivo esse inqualificável produto audiovisual que dá pelo nome de «Azul», uma telenovela de

cos profissionalmente apetrechados em matéria de captação de som, mistura, montagem, etc.?

O problema é que a versão nacional do produto que dá pelo nome de «Azul» está para a ficção em português como o «Televidas» está para a arte da Publicidade. Não é aliás difícil reconhecer que foi o «modelo» de dobragem deste que presidiu à «nacionalização» daquele. A própria piroseira das vozes é, em muitos casos, característica e reconhecível. Bem como a paupérrima «técnica» de pós-sonorização que, para além de um contínuo e inaceitável sopro de fundo, se limita, na elaboração dos ruídos da banda sonora, a fazer *click, click* quando se abrem e fecham portas e gavetas ou se deslocam cadeiras, a produzir *clack, clack* quando se anda no soalho ou se sobem escadas, e a ouvir *clock, clock* quando (como o nome indica) se ouve... o relógio da casa de jantar!

Não, caro leitor-espectador! É impossível que continues a assistir a tudo isto, impávido e sereno! Vai um tirinho?

ESCAPARATE

CINEMA



Notícias do Oeste

Aconteceu no Oeste (*C'Era Uma Volta... Il West*) - Filme de Sergio Leone (It./EUA/1968) com Charles Bronson, Henry Fonda, Claudia Cardinale, Jason Robards, Keenan Wynn. Cor, 165 min. Reposição: Cinema Ávila, Lisboa.

Não deixa de ser interessante constatar, ao rever a cópia nova deste filme, que o seu argumento se tornou dos mais «clássicos» em toda a história do *western*: um enredo que gira à volta de um «ponto de água» que é o centro das atenções para o qual convergem cinco personagens - todas, por motivos diversos, a ele ligadas. O que é surpreendente é ter ele nascido de um cineasta, não americano, mas... italiano. Trata-se, como é natural, de Sergio Leone, que nos acostumámos a etiquetar de «especialista» do *western-spaghetti* mas que aqui encena (ou não lhe estivesse na massa do sangue...) um autêntico *western-ópera*. Como sempre impressionantes na sua cinematografia são, sem dúvida, o tempo cinematográfico que Leone cria nas sequências que filma (como que dando ainda mais força à história e à caracterização psicoló-

gica das personagens envolvidas) ou, ainda, em geral, o *hieratismo* dos seus intérpretes (que o realizador vai de início buscar, em grande parte, à série B norte-americana ou à inesgotável galeria dos eternos «secundários» de Hollywood). Mas, neste filme, Leone tem à sua disposição nada menos do que Henry Fonda, Jason Robards, Charles Bronson, Claudia Cardinale ou, ainda, nas figuras de dois implacáveis «matadores», dois desses espantosos «secundários», como são Woody Strode ou o zarolho Jack Elam, aqui na cena de antologia que é a sua tensa e demorada relação conflituosa com... a mosca que o importuna - o que garante um autêntico espectáculo de representação. De referir, ainda, algumas sequências ou planos que constituem como que citações da obra de John Ford ou Peckinpah, sendo o final do filme (na feliz referência de Jean Tulard) uma clara evocação deste último: o Oeste está morto; o caminho-de-ferro introduz a civilização; o cowboy deixa o seu lugar ao operário explorado. Sem deixar de falar, claro, do estudado *enquadramento* dos planos, por que prima Leone.

JAZZ

Nos jardins da Gulbenkian

A realização do «Jazz em Agosto», numa organização do ACARTE, costuma tradicionalmente encerrar a temporada de concertos deste género musical. Este ano, avulta a presença da música de Charlie Mingus, numa evocação da «Mingus Big Band», uma orquestra organizada e impulsionada pela viúva do grande músico. Será de hoje a oito dias, na noite de 8, no Auditório ao Ar Livre da Fundação Calouste Gulbenkian. Mas os restantes concertos são os seguintes: hoje, o trio do pianista Marcus Roberts; sexta, 2, o Quarteto da cantora Maria Pia de Vito e o pianista Randy Weston com os músicos «Gnawa» de Marrocos; novo concerto-duplo, no dia 6, com o trio da pianista Lynne Arriale e o grupo Euphoria do baterista Chico Hamilton; jazz português na noite de 7, com a cantora Ana Paula Oliveira e o trio do contrabaixista Carlos Bica; e, ainda, dois grupos dirigidos por trompetistas - no dia 9, o grupo de Terence Blanchard e no dia 10 o grupo de Tom Harrell. Todos os concertos se realizam às 21.30 horas.



Charlie Mingus (1922/1979)

... e em Loulé

Nesta cidade argarvia continua a decorrer, desde a segunda quinzena de Julho e até meados deste mês, o II Festival Internacional de Jazz («Jazz no Castelo»), numa organização do contrabaixista e director de orquestra Zé Eduardo com o apoio da Casa da Cultura de Loulé. Amanhã à noite, na cerca do convento do Espírito Santo, um concerto-duplo terá a participa-

ção do «Quarteto Jade», com Duncan Kinell, João Galante, Zé Eduardo e Manuel Soares e do Quinteto de Pedro Guedes / Joe Chambers para o qual o pianista português convidou aquele baterista norte-americano. Os restantes membros são Bob Sands e Mário Santos (saxofones) e Carlos Barretto (contrabaixo).

TEATRO



Ruy Belo na Cornucópia

Ainda pode ver até sábado, sempre às 21.30, no Teatro da Cornucópia, as últimas três representações de uma série de nove do espectáculo «A Margem da Alegria», uma encenação de Luís Miguel Cintra para o texto do poeta Ruy Belo. Com cenário e figurinos de Cristina Reis e banda sonora de Emílio Buchinho, a interpretação estará, entre outros, a cargo

de António Fonseca, Luís Lima Barreto, Luís Miguel Cintra, Luísa Cruz e Manuela de Freitas

Teatro em Montemor

Na ponta final de mais um Festival de Teatro de Montemor-o-Velho - o «XVIII CITEMOR'96» - a atenção vai ainda para dois últimos espectáculos. Hoje, 23 horas, o Grupo

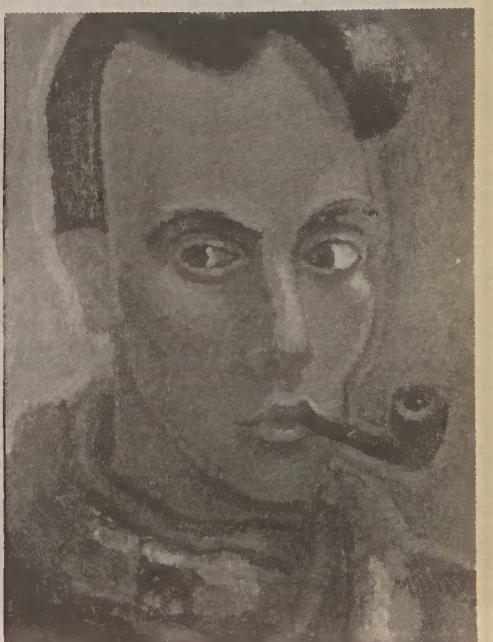
de Teatro «O Bando» leva à cena na Praça da República a «Balada de Garuma», de Ad de Bont, numa encenação de João Brites, com Ana Brandão, Miguel Moreira, Paula Só e Carla Polito, entre outros. E amanhã, pelas 22 horas, será a vez do bailado contemporâneo com a Companhia de Dança de Olga Roriz a dançar, no Castelo, a sua coreografia «Propriedade Privada», sobre uma colagem musical de Ludger Lamers, com cenários de João Mendes Ribeiro e figurinos da própria Olga Roriz. Os bailarinos são: Sónia Aragão, Luís Carolino, Ludger Lamers, Fabrizio Pazzaglia, Susana Queiroz, Carla Ribeiro e Lina Santos.

EXPOSIÇÕES

Retrospectiva de Mário Eloy

Trata-se de uma ambiciosa exposição que, organizada de um ponto de vista cronológico, nos dá a ver as principais fases da arte pictórica de Mário Eloy, um dos vultos decisivos da arte contemporânea portuguesa.

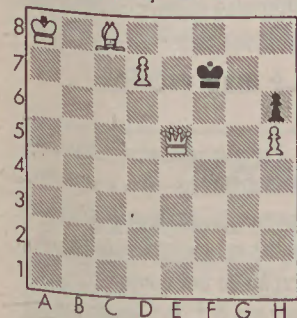
O local desta exposição é o Museu do Chiado e o horário ocupa o período das 10 às 18 horas (de quarta a domingo) e das 14 às 18 (às terças), estando encerrada às segundas-feiras.



XADREZ

DLXXI - 1 DE AGOSTO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X032
Por: WILLIAM ANTHONY SHINKMAN
New York Clipper, 1874

Pr.: [2]: Ph6 - R7
Br.: [5]: Ps. d7, h5 - Bc8 - D6s - Ra8



Mate em dois [dois] lances

SOLUÇÕES DO Nº DLXXI

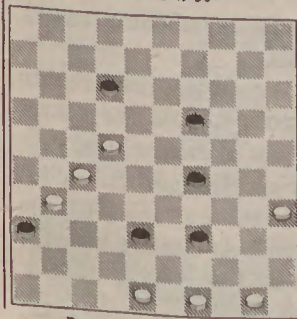
Nº 1996X032 [W. A. Sh.]: 1. Dc7!, R-; 2. d8-D#

A. de M. M.

DAMAS

DLXXI - 1 DE AGOSTO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D032
Por: LOUIS DALMAN
Combat Dans L'Arène [114/12], Nîmes, 1976

Pr.: [6]: 12-19-29-36-38-39
Br.: [7]: 22-27-31-35-48-49-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXI

Nº 1996D032 [L. D.]: 1. 49-43!, (38x49-D); 2. 48-42, (49x16); 3. 42-38!, (36x18); 4. 50-44!., (16x40); 5. 35x22+

A. de M. M.

AO AR LIVRE

Para todos os gostos no CCB

Prossegue nestas quentes noites de Agosto, o ciclo «Ritmos em Belém», uma série de concertos realizados ao ar livre (no Jardim das Oliveiras e na Praça do Museu) e organizados pelo Centro Cultural de Belém. Nas próximas noites, poderão ouvir-se: hoje, «Real Companhia», grupo de MPP; amanhã, o sexteto do

guitarrista Pedro Jóia, uma fusão de linguagens musicais; e domingo, o grupo Ficções, quarteto de música improvisada. Todos os concertos terão entrada livre (excepto o concerto de Jorge Palma com Paulo Gonzo, na próxima semana, dia 10) e realizar-se-ão a partir das 22 horas.



BAILADO

Noites de Bailado em Sintra

Com direcção artística de Armando Jorge realiza-se a partir de amanhã e até 31 do corrente, numa organização da Câmara Municipal de Sintra, o festival «Noites de Bailado», no qual participarão este ano cinco companhias estrangeiras: o Ballet do Teatro de Colón, o Ballet du Capitole, o London City Ballet, a Dance of America e o Ballet de Kiev. Esta última companhia será a primeira a actuar em três espectáculos, todos realizados nos Jardins do Palácio de Seteais: nos dias 2 e 4, sexta e domingo, o programa constará de «Gisèle» (2º. acto) e «Don Quixote» (suite) e no dia 3, sábado, serão dançados o «Festival das Flores», o Adágio do «Lago dos Cisnes», o «Concerto de Aranjuez», a suite da «Carmen» e fragmentos de «Raymonda». Todos os espectáculos terão início às 21.30.



ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE Clandestinos

Em finais de Junho, um grupo de imigrantes clandestinos, oriundos de países africanos, é preso em Melilla pelas autoridades espanholas. Depois de drogados, para «evitar acidentes», os africanos são embarcados em três aviões militares que rumam ao Mali, Senegal e Camarões. A «carga» é distribuída pelos três países, que aceitam ficar com a « encomenda » mediante o pagamento de determinado montante, ainda indeterminado. A história poderia ter acabado aqui, não fora um imponderável: três dos cinquenta polícias encarregados da distribuição dos clandestinos contraíram paludismo durante a insólita missão africana, estando um deles em perigo de vida. Mais, os próprios polícias, ou pelo menos alguns deles, sentindo-se aviltados pela tarefa de que foram incumbidos, denunciaram o caso aos dois sindicatos policiais que os representam. O caso tornou-se público. Alertadas, algumas organizações humanitárias procuraram saber do paradeiro dos clandestinos. Apurou-se então que nos Camarões se encontram presos mais de cem dos imigrantes expulsos, em condições sub-humanas, em vias de expulsão do país de «acolhimento» e, o que agrava ainda mais a situação, que se desconhece o paradeiro de pelo menos uma dezena deles.

O governo de José Maria Aznar reagiu à velha moda da direita, sem os punhos de renda tão laboriosamente forjados para chegar ao poder: chamou «irresponsáveis» aos polícias que denunciaram o caso, acusando-os de «atentarem contra a imagem do corpo»; garantiu não ter feito «nada que não tivesse sido feito antes»; e o próprio Aznar veio a público dizer que «existia um problema e, simplesmente, resolveu-se».

Só que «problemas» destes não se resolvem «simplesmente».

O escândalo galgou as fronteiras do país e ainda bem, porque o caso só acidentalmente se poderá classificar como um problema espanhol, numa época em que as fronteiras têm a dimensão dos interesses da Europa dita comunitária. A responsabilidade do que se passou com o grupo de africanos que ilegalmente entraram em Melilla, não podendo deixar de ser assacada às autoridades do país vizinho, não é exclusiva de Espanha. Aos países do Sul da União Europeia - o que inclui Portugal, é bom não esquecer - está atribuída a missão de guardar as fronteiras dos visitantes indesejáveis. E, em tempos de vacas magras, indesejáveis são todos os que, em tempos de vacas gordas, são alegremente explorados como mão-de-obra barata. Indesejáveis são todos os que, morrendo de fome nos seus países subdesenvolvidos pela exploração dos países ricos, se arriscam a vir tentar a sorte onde se acolhe a riqueza de que são esbulhados. A imigração clandestina é evidentemente um problema que urge resolver, mas não é menos evidente que a sua resolução passa por medidas que nada têm a ver com a criação de fortalezas, nem com repressão policial, nem com o total desrespeito pelos direitos humanos. Como não tem a ver com a «inexperiência» do governo de Aznar, como chamava um articulista do «Expresso» à actuação das autoridades espanholas. A realidade tem outro nome e não vale a pena esconder a cabeça na areia a fazer de conta que não se dá por isso. A realidade chama-se sistema capitalista, que impõe ao mundo uma ordem económica desumana, profundamente injusta, caldo de cultura de todos os desesperos. Há um continente a morrer de fome às portas da Europa. Quanto tempo mais será preciso para os que têm fome venham cobrar o que lhes é devido aos que lhes roubam o pão?

■ AF

Ainda o tomate PCP comenta declarações do ministro da Agricultura



O ministro fixa-se no tomate e esquece a fruta e os legumes

Reagindo às declarações produzidas pelo ministro da Agricultura a propósito da quota do tomate,

designadamente através de uma notícia de «A Capital» de terça-feira, em resposta às posições

assumidas pelo PCP na segunda-feira em conferência de imprensa, o Gabinete de Imprensa emitiu um comentário onde chama a atenção para os seguintes aspectos:

Ao contrário do que atrevidamente afirma o ministro da Agricultura, o PCP percebe o que lê. Ao contrário do que especula o ministro da Agricultura, o PCP não baseou a sua tomada de posição na leitura do chamado «compromisso da presidência» mas sim na leitura do documento das conclusões da sessão do Conselho de Ministros da Agricultura (Documento 9145/96, Press 211-G).

O que o PCP não é obrigado a adivinhar são as declarações ou compromissos orais que o próprio ministro não referiu quando divulgou os resultados da reunião e da negociação.

De qualquer forma, o que está no documento de conclusões é que «nenhuma modificação nos níveis iniciais das quotas será feita até ao terceiro ano». E nesse documento o que consta não é nenhum aumento futuro efectivo de quota de tomate mas a previsão da «possibilidade de um aumento de 5% da quota portuguesa de tomate transformado». Ao ministro da Agricultura o dever de esclarecer se o compromisso oral a que alude substitui estas formulações.

Finalmente, é de registar que o ministro da Agricultura continua apenas a centrar as suas declarações na questão do tomate, não respondendo a nenhuma das críticas, detalhadas e fundamentadas, feitas pelo PCP quanto à reforma da Organização Comum das Frutas e Legumes, indiscutivelmente a matéria mais importante e de mais negativas consequências para Portugal que esteve em discussão no Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia.

Fogos florestais Governo persiste nos mesmos erros

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acusou o Governo de estar a cometer os mesmos erros dos seus antecessores em matéria de combate aos incêndios florestais e de levar a cabo uma política irresponsável ao transferir competências no âmbito da vigilância para as freguesias e entidades particulares.

A evolução negativa que se vem registando na época dos fogos florestais - diz aquela Federação em nota à comunicação social - confirma a ideia de que esta calamidade «não acaba tendo por base uma política de combate aos incêndios e de «prevenção» em plena época dos fogos».

Particularmente criticado pelos sindicatos é o facto de o Governo continuar a gastar muito dinheiro dos contribuintes em meios de combate, com isso favorecendo o negócio de algumas empresas, sobretudo as de meios aéreos, em detrimento de uma prevenção séria e eficaz que deveria assentar no investimento nas estruturas do Ministério da Agricultura vocacionadas para a protecção florestal.

Verberada é ainda a decisão do Executivo de transferir para

as freguesias a responsabilidade pela prevenção dos fogos florestais, uma vez que, observam, estas «não têm meios humanos e técnicos para garantirem um trabalho eficaz neste campo». «Não basta falar de transferência de verbas do poder central para as autarquias para que a protecção

fique assegurada», faz notar a Federação dos Sindicatos da Função Pública, antes de lembrar a falta de meios com que se debate a Direcção-Geral das Florestas e a insuficiência de efectivos do Corpo de Guardas Florestais e carência de equipamentos.

Novo espaço verde em Lisboa

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou na sua última reunião a adjudicação da empreitada para arranjo dos espaços exteriores do Mercado de Olivais Sul (célula E), empreendimento que ascenderá a cerca de 22 900 contos.

Esta intervenção neste mercado da capital, proposta pelo vereador comunista Rui Godinho, irá requalificar aquele espaço com mais uma zona verde, que não apenas embelezará o local, como porá à disposição dos utentes mais uma infra-estrutura de requalificação ambiental.

O equipamento agora adjudicado integra-se na política prosseguida pela município, através do pelouro do Ambiente e Espa-

ços Verdes, em dotar a capital de uma vasta e completa rede de equipamentos de lazer, onde pontificam jardins de diversas dimensões e o apetrechamento da cidade com numerosos, vastos e qualificados espaços verdes.

Recorde-se que ainda na semana passada o executivo camarário aprovou o lançamento do concurso público para a concepção/construção do Parque Urbano de Alvalade, uma infra-estrutura com 21 hectares, metade dos quais integrando a actual mata de Alvalade e a outra metade qualificando um espaço verde público de cerca de 10,5 hectares, servido por uma rede de caminhos pedonais e equipado com um pólo cultu-

ral e um pólo desportivo, obra que está orçamentada em 450 mil contos e tem um prazo de execução de 24 meses.

...e mais escolas

Prevista para a reunião camarária de ontem estava também a aprovação de duas outras propostas relacionadas com a construção de um conjunto escolar da zona N 1 de Chelas: um jardim de infância de três salas (75 crianças) e uma escola do 1º ciclo (primária) de 12 salas (300 alunos), no valor estimado de 400 mil contos.

Subscritas pelo vereador comunista António Abreu, as propostas referem-se, num caso, ao lançamento do concurso público para a correspondente empreitada, no outro, ao adjudicar da fiscalização e gestão da qualidade da empreitada.

A construção deste conjunto escolar, segundo uma nota aos órgãos de informação, faz parte de um plano que visa equipar Chelas até ao ano 2000 com escolas do 1º ciclo e jardins de infância nas zonas N1, M e L.

Reformas da Monpor e Equimetal Provedor de Justiça dá razão ao Sindicato

O Provedor de Justiça deu razão ao Sindicato dos Metalúrgicos do Sul ao recomendar ao IPE (Investimentos e Participações Empresariais) a adopção de medidas que compensem os reformados e demais pensionistas da Monpor e Equimetal pela extinção dos respectivos complementos de reforma. Estes complementos estão a ser negados desde 1988 em virtude do IPE ter declarado a falência daquelas empresas.

Inconformados com esta situação, os reformados em acção conjunta com o seu Sindicato têm

reclamado justiça e estabelecido contactos junto de várias entidades, tendo obtido de todas elas o reconhecimento da injustiça criada.

Em nota aos órgãos de comunicação social, onde manifesta regozijo pela recomendação do Provedor de Justiça, o Sindicato anuncia entretanto ter já diligenciado junto do IPE com vista à marcação de uma reunião, estando marcado um encontro com os reformados para o próximo dia 6 do corrente, às 16 e 30, junto à piscina do Barreiro.



5 603199 000445